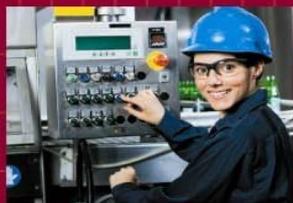


FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE – FNE



RELATÓRIO DE RESULTADOS E IMPACTOS EXERCÍCIO DE 2019



Presidente:

Romildo Carneiro Rolim

Diretores:

Antônio Jorge Pontes Guimarães Júnior

Cláudio Luiz Freire Lima

Cornélio Farias Pimentel

Perpétuo Socorro Cajazeiras

Sandra dos Santos Souza Lisbôa

Wanger Antônio de Alencar Rocha

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene

Economista-Chefe: Luiz Alberto Esteves

Gerente: Tibério Rômulo Romão Bernardo

Célula de Avaliação de Políticas e Programas - CAPP

Gerente Executivo: Marcos Falcão Gonçalves

Revisão Vernacular

Hermano José Pinho

Equipe Técnica:

Marcos Falcão Gonçalves - Coordenador

Elizabeth Castelo Branco

Iracy Soares Ribeiro Maciel

Jacqueline Nogueira Cambota

Jane Mary Gondim de Souza

Luiz Fernando Gonçalves Viana

Maria Inez Simões Sales

Maria Odete Alves

Unidades Colaboradoras:

Ambiente de Administração de Crédito

Ambiente de Contabilidade

Ambiente de Controladoria

Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito

Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar

Ambiente de Negócios Corporate e Estruturação de Operações

Ambiente de Negócios Empresariais e Governo

Ambiente de Negócios com Micro e Pequena Empresa

Ambiente de Negócios com Pessoa Física, PMPR e Agronegócio

Ambiente de Políticas de Desenvolvimento

Ambiente de Recuperação de Crédito

Escritório de Promoção e Atração de Investimentos e Relacionamento
Institucional São Paulo

Escritório de Promoção e Atração de Investimentos e Relacionamento
Institucional Rio de Janeiro

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - TAXA DE CRESCIMENTO (%) DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) TOTAL E SETORIAL EM 2019 ⁽¹⁾	16
TABELA 2 - PRINCIPAIS PRODUTOS DA SAFRA AGRÍCOLA NO BRASIL - 2018 E 2019 - EM TONELADAS	17
TABELA 3 - NORDESTE E ESTADOS DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO BNB: PRODUTO INTERNO BRUTO TOTAL E SETORIAL EM 2019 (%).....	19
TABELA 4 - PRINCIPAIS PRODUTOS DA SAFRA AGRÍCOLA DO NORDESTE EM 2018 E 2019 - EM TONELADAS	20
TABELA 5 - ESTADOS DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO BNB: PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL EM 2019	20
TABELA 6 - ESTADOS DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO BNB: VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS EM 2019	21
TABELA 7 - BRASIL, REGIÕES E ESTADOS DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO BNB: MOVIMENTAÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM 2019.....	22
TABELA 8 - FNE 2019: ESTIMATIVA DE RECURSOS.....	24
TABELA 9 - FNE - ESTIMATIVA DE RECURSOS - 2019 - REPROGRAMAÇÃO DO FNE	25
TABELA 10 - PROJEÇÃO DE FINANCIAMENTO POR PROGRAMA DE CRÉDITO	26
TABELA 11 - DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR UF	27
TABELA 12 - PROJEÇÃO DE FINANCIAMENTO POR ESTADO E SETOR DE ATIVIDADE (*) (**)	28
TABELA 13 - FNE - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2019.....	30
TABELA 14 - FNE - DESEMPENHO OPERACIONAL - 2019 ⁽¹⁾	31
TABELA 15 - FNE - CONTRATAÇÕES POR UF E TIPOLOGIA DE MUNICÍPIO - 2019.....	33
TABELA 16 - FNE - CONTRATAÇÕES NO SEMIÁRIDO -2019.....	35
TABELA 17 - FNE - CONTRATAÇÕES POR MESORREGIÃO - 2019	35
TABELA 18 - FNE - CONTRATAÇÕES - RIDE - PROGRAMADO X REALIZADO - 2019.....	36
TABELA 19 - FNE - CONTRATAÇÕES POR PROGRAMA - PROGRAMADO X REALIZADO - 2019 ⁽¹⁾	36
TABELA 20 - FNE - CONTRATAÇÕES POR UF - PROGRAMADO X REALIZADO - 2019 ⁽¹⁾	37
TABELA 21 - FNE - CONTRATAÇÕES POR UF E SETOR - 2019.....	38
TABELA 22 - FNE - CONTRATAÇÕES POR FINALIDADE DO CRÉDITO - 2019.....	39
TABELA 23 - FNE - CONTRATAÇÕES POR PROGRAMA DE FINANCIAMENTO	40
TABELA 24 - FNE - CONTRATAÇÕES POR ESTADO	41
TABELA 25 - FNE - CONTRATAÇÕES POR PORTE DO MUTUÁRIO E ESTADO.....	43
TABELA 26 - FNE - CONTRATAÇÕES NO ÂMBITO DO PRONAF POR ESTADO	44
TABELA 27 - FNE - CONTRATAÇÕES POR FAIXA DE VALOR - 2019.....	45
TABELA 28 - FNE - BENEFICIÁRIOS DE PRIMEIRA CONTRATAÇÃO.....	46
TABELA 29 - FNE - BENEFICIÁRIOS DE PRIMEIRA CONTRATAÇÃO POR UF - 2019.....	46
TABELA 30 - FNE - BENEFICIÁRIOS DE PRIMEIRA CONTRATAÇÃO POR SETOR - 2019	47

TABELA 31 - FNE-BENEFICIÁRIOS DE 1ª CONTRATAÇÃO POR TIPOLOGIA SUB-REGIONAL DO MUNICÍPIO - 2019	47
TABELA 32 - FNE - BENEFICIÁRIOS DE PRIMEIRA CONTRATAÇÃO POR PORTE - 2019	48
TABELA 33 - FNE - BENEFICIÁRIOS DE PRIMEIRA CONTRATAÇÃO POR MESORREGIÃO PRIORITÁRIA - 2019	48
TABELA 34 - FNE - SITUAÇÃO DAS PROPOSTAS EM CARTEIRA POR UF - 2019	49
TABELA 35 - FNE - PROPOSTAS EM CARTEIRA POR SETOR E PROGRAMA - 2019	50
TABELA 36 - FNE - VALORES DESEMBOLSADOS POR UF - 2019.....	51
TABELA 37 - FNE - VALORES DESEMBOLSADOS POR PROGRAMA - SETOR RURAL.....	52
TABELA 38 - FNE - VALORES DESEMBOLSADOS POR PROGRAMA - DEMAIS SETORES - 2019.....	52
TABELA 39 - FNE - VALORES DESEMBOLSADOS POR PORTE - SETOR RURAL - 2019.....	53
TABELA 40 - FNE - VALORES DESEMBOLSADOS POR PORTE - DEMAIS SETORES - 2019.....	54
TABELA 41 - FNE - INSTITUIÇÕES REPASSADORAS - CONTRATAÇÃO ¹ POR MUNICÍPIO - 2019.....	55
TABELA 42 - FNE - INSTITUIÇÕES REPASSADORAS - BENEFICIÁRIOS POR PORTE E SETOR - 2019.....	55
TABELA 43 - FNE - INSTITUIÇÕES REPASSADORAS - CONTRATAÇÕES ⁽¹⁾ POR REGIÃO - 2019	55
TABELA 44 - FNE - INSTITUIÇÕES REPASSADORAS - SALDO DEVEDOR E INADIMPLÊNCIA - 2019..	56
TABELA 45 - FNE - PRIORIDADES ESPACIAIS - DESEMPENHO DAS METAS - 2019.....	58
TABELA 46 - FNE - CONTRATAÇÕES POR ESTADO	59
TABELA 47 - ALIANÇAS INSTITUCIONAIS VIGENTES EM 2019	68
TABELA 48 - FNE ITINERANTE - 2010 - 2019	73
TABELA 49 - FNE - ATENDIMENTOS PRESTADOS PELO CRCIC - 2019.....	77
TABELA 50 - REPERCUSSÕES ECONÔMICAS DAS CONTRATAÇÕES DO FNE - 2019 ¹	88
TABELA 51 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS QUE COMPÕEM A FUNÇÃO DE PRODUÇÃO DO MODELO DE EFICIÊNCIA MUNICIPAL	99
TABELA 52 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS FATORES DETERMINANTES DA EFICIÊNCIA MUNICIPAL	100
TABELA 53 - ESTIMAÇÃO DA FRONTEIRA ESTOCÁSTICA.....	104
TABELA 54 - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DA EFICIÊNCIA TÉCNICA.....	106
TABELA 55 - EFEITO DO FNE SOBRE A EFICIÊNCIA TÉCNICA.....	106
TABELA 56 - DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS POR FAIXA DE PESSOAL OCUPADO (2017)	122
TABELA 57 - FNE MPE: QUANTIDADE DE OPERAÇÕES E VALORES CONTRATADOS POR ANO (2009 - 2017)	128
TABELA 58 - FNE MPE: QUANTIDADE DE OPERAÇÕES E VALORES CONTRATADOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO FNE (2009-2017)	129
TABELA 59 - PIB DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO FNE (2016).....	129
TABELA 60 - PROGRAMA FNE MPE: MUDANÇA NO QUADRO DE OCUPAÇÕES APÓS O CRÉDITO..	132
TABELA 61 - EVOLUÇÃO DO VOLUME DOS CRÉDITOS BANCÁRIOS CONCEDIDOS PELO SFN (2009- 2017).....	136

TABELA 62 - FNE - VALORES CONTRATADOS EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS E TOTAL - 2010 A 2019	151
TABELA 63 - FNE - SALDOS DAS APLICAÇÕES POR UF - 2019	156
TABELA 64 - FNE - SALDOS DAS APLICAÇÕES POR SETOR - 2019.....	156
TABELA 65 - FNE - SALDOS DAS APLICAÇÕES POR PORTE - 2019	157
TABELA 66 - FNE - PRONAF - SALDO DAS APLICAÇÕES - POR UF - 2019.....	157
TABELA 67 - FNE-PRONAF- SALDOS DAS APLICAÇÕES POR PROGRAMA- 2019	158
TABELA 68 - FNE - SALDOS DAS APLICAÇÕES POR RISCO DE CRÉDITO (1) - 2019	158
TABELA 69 - FNE - APLICAÇÕES E INADIMPLÊNCIA POR RISCO DO TOMADOR - 2019	159
TABELA 70 - FNE - SALDOS DAS APLICAÇÕES E INADIMPLÊNCIA POR UF - 2019.....	160
TABELA 71 - FNE - SALDOS DAS APLICAÇÕES E ATRASO POR SETOR - 2019	160
TABELA 72 - FNE - SALDOS DAS APLICAÇÕES E ATRASO POR PORTE DOS BENEFICIÁRIOS -2019	161
TABELA 73 - FNE - PRONAF - SALDOS DAS APLICAÇÕES E INADIMPLÊNCIA POR PROGRAMA- 2019	161
TABELA 74 - FNE - SALDOS DAS APLICAÇÕES E INADIMPLÊNCIA POR RISCO ⁽¹⁾ - 2019	162
TABELA 75 - FNE - SALDOS DAS APLICAÇÕES E INADIMPLÊNCIA POR RISCO DO TOMADOR ⁽¹⁾ - 2019	163
TABELA 76 - FNE - MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO E DO PREJUÍZO - 2019	164
TABELA 77 - FNE - REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS/2019	165
TABELA 78 - FNE - RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS - 2019	165
TABELA 79 - FNE - REGULARIZAÇÕES DE OPERAÇÕES (LEI Nº 13.340/2016) - 2019.....	168
TABELA 80 - FNE - REGULARIZAÇÕES DE OPERAÇÕES (LEI Nº 13.606/2018) - 2019.....	168
TABELA 81 - FNE - INFRAESTRUTURA - CONTRATAÇÕES POR UF - 2019	170
TABELA 82 - FNE - INFRAESTRUTURA - CONTRATAÇÕES POR TIPOLOGIA DE MUNICÍPIO - 2019	171
TABELA 83 - CONTRATAÇÕES POR ATIVIDADE FINANCIADA - INFRAESTRUTURA - 2019	172
TABELA 84 - FNE - INFRAESTRUTURA - CONTRATAÇÕES POR FINALIDADE DO CRÉDITO - 2019	173
TABELA 85 - FNE - INFRAESTRUTURA - CONTRATAÇÕES NO SEMIÁRIDO - 2019.....	174
TABELA 86 - FNE - INFRAESTRUTURA - VALORES DESEMBOLSADOS - 2019.....	174
TABELA 87 - FNE - INFRAESTRUTURA - CONTRATAÇÕES POR FAIXA DE VALOR - 2019.....	175
TABELA 88 - FNE - INFRAESTRUTURA - PROPOSTA EM CARTEIRA POR SITUAÇÃO - 2019	176
TABELA 89 - FNE - VERDE SOL - CONTRATAÇÕES POR UF - 2019	177
TABELA 90 - FNE - VERDE SOL - CONTRATAÇÕES POR TIPOLOGIA DE MUNICÍPIO - 2019	178
TABELA 91 - FNE - VERDE SOL - CONTRATAÇÕES NO SEMIÁRIDO- 2019	179
TABELA 92 - FNE - FNE VERDE SOL - PROPOSTA EM CARTEIRA POR SITUAÇÃO - 2019	180
TABELA 93 - FNE - CONTRATAÇÕES POR PROGRAMA DE FINANCIAMENTO - FIES (PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA) - PROGRAMADO X REALIZADO	181

TABELA 94 - FNE - CONTRATAÇÕES POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO E PROGRAMA - FIES (PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA) - 2019.....	182
TABELA 95 - FNE - CONTRATAÇÕES POR UF E TIPOLOGIA DE MUNICÍPIO - FIES (PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA).....	183
TABELA 96 - FNE - CONTRATAÇÕES POR MESORREGIÃO FIES (PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA) - 2019	184

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - BRASIL: PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL - VARIAÇÃO ACUMULADA (%) EM 2019	18
GRÁFICO 2 - BRASIL: COMÉRCIO VAREJISTA RESTRITO E AMPLIADO, VARIAÇÃO EM % EM 2019..	18
GRÁFICO 3 - BRASIL: SERVIÇOS, VARIAÇÃO EM % EM 2019	19
GRÁFICO 4 - FNE - ORÇAMENTO POR SETOR (%) - 2019.....	28
GRÁFICO 5 - HISTOGRAMAS DOS ESCORES DE EFICIÊNCIA.....	105
GRÁFICO 6 - PROGRAMA FNE MPE: DISTRIBUIÇÃO DAS OCUPAÇÕES POR CATEGORIA NAS EMPRESAS FINANCIADAS.....	131
GRÁFICO 7 - CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM A PNDR - MUNICÍPIOS SELECIONADOS (ALTO DESENVOLVIMENTO RODEADO POR MUNICÍPIOS DE BAIXO DESENVOLVIMENTO)	152
GRÁFICO 8 - FNE 2019 - PROGRAMADO X REALIZADO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA	169

QUADROS

QUADRO 1 - DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS.	99
QUADRO 2 - QUADRO-RESUMO DOS COMPONENTES DO IFDM - POR ÁREA DE DESENVOLVIMENTO	147

FIGURAS

FIGURA 1 - CLUSTERS MUNICIPAIS - 2000.....	149
FIGURA 2 - CLUSTERS MUNICIPAIS - 2005.....	150
FIGURA 3 - CLUSTERS MUNICIPAIS - 2015.....	150

LISTA DE SIGLAS

ACJ	Autorização de Cobrança Judicial
AGN	Agência de Fomento do Rio Grande do Norte
Agroamigo	Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste
AL	Estado de Alagoas

AR	Alta Renda
BA	Estado da Bahia
BCB	Banco Central do Brasil
Banese	Banco do Estado de Sergipe
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BR	Baixa Renda
CAPP	Célula de Avaliação de Políticas e Programas do Etene
CE	Estado do Ceará
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
Condel	Conselho Deliberativo da Sudene
Desenbahia	Agência de Fomento do Estado da Bahia
DMR	Dinâmico de Média Renda
EMR	Estagnado de Média Renda
ES	Estado do Espírito Santo
Etene	Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNE Agrin	Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste
FNE Aquipesca	Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca no Nordeste
FNE Comércio e Serviços	Programa de Financiamento aos Setores Comercial e de Serviços
FNE Profrota Pesqueira	Programa de Financiamento à Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional
FNE Industrial	Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste
FNE Inovação	Programa de Financiamento à Inovação
FNE Irrigação	Programa de Financiamento à Agropecuária Irrigada
FNE MPE	Programa de Financiamento a Micro e Pequenas Empresas e a Empreendedores Individuais
FNE Proatur	Programa de Apoio ao Turismo Regional
FNE Proinfra	Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste
FNE Rural	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste
FNE Verde	Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
GERAT	Gerências de Reestruturação de Ativos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IR	Imposto de Renda
MA	Estado do Maranhão
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional

MEI	Micro Empreendedor Individual
MG	Estado de Minas Gerais
MIP	Matriz de Insumo-Produto
MP	Medida Provisória
MPE	Micro e Pequena Empresa
NE	Nordeste
Nexport	Nordeste Exportação
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PB	Estado da Paraíba
PE	Estado de Pernambuco
PI	Estado do Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado
PRD	Propostas de Renegociação de Dívidas
Procir	Programa para Recuperação da Capacidade de Investimento no Setor Rural
Prodeter	Programa de Desenvolvimento Territorial
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
Ride	Região Integrada de Desenvolvimento
RN	Estado do Rio Grande do Norte
SE	Estado de Sergipe
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIAC	Sistema Integrado de Análise de Crédito
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIIPNE	Sistema Intermunicipal de Insumo-Produto do Nordeste
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UF	Unidade da Federação
VBP	Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1 APRESENTAÇÃO	14
1.2 DESEMPENHO DA ECONOMIA.....	16
1.3 NORDESTE E ESTADOS	19
2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	23
2.1 RECURSOS PREVISTOS PARA APLICAÇÃO	23
2.2 VALORES DA REPROGRAMAÇÃO DE RECURSOS	24
2.3 ORÇAMENTO POR PROGRAMA.....	26
2.4 ORÇAMENTO POR UF	27
2.5 ORÇAMENTO POR SETOR E UF.....	28
3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	30
4. ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES	31
4.1 PNDR: POR TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS, UF E ÁREAS PRIORITÁRIAS	33
4.2 MUNICÍPIOS ATENDIDOS	36
4.3 POR PROGRAMA DE FINANCIAMENTO E POR UF	36
4.4 POR SETOR PRIORITÁRIO E UF	38
4.5 POR FINALIDADE DE CRÉDITO.....	39
4.6 POR PROGRAMA DE FINANCIAMENTO E POR UF	40
4.7 POR PORTE DO MUTUÁRIO E UF	42
4.8 PRONAF OPERACIONALIZADO E POR UF.....	43
4.9 CONTRATAÇÕES POR FAIXA DE VALOR	45
4.10 BENEFICIÁRIOS DE PRIMEIRA CONTRATAÇÃO.....	45
4.11 CONTRATAÇÕES EM APOIO AO PAC	49
4.12 SITUAÇÃO DA DEMANDA POR CRÉDITO – PROPOSTAS EM CARTEIRA.....	49
4.13 VALORES DESEMBOLSADOS.....	51
4.14 APLICAÇÕES REALIZADAS POR OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	54
5. DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES	57
5.1 INFORMAÇÕES CONDEL / PROGRAMAÇÃO	57
5.2 ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES E PRIORIDADES DO FUNDO.....	58
5.2.1 PRIORIDADES ESPACIAIS	58
5.2.2 PRIORIDADES SETORIAIS	63
6. GESTÃO DO FUNDO PELO BANCO OPERADOR	68
6.1 FORMAÇÃO DE ALIANÇAS INSTITUCIONAIS	68
6.2 AÇÕES REALIZADAS COM A FINALIDADE DE ESTIMULAR O ATENDIMENTO EM ESPAÇOS GEOGRÁFICOS PRIORITÁRIOS E SEGMENTOS DE PEQUENO PORTE, BEM COMO ESTÍMULO A NOVOS CLIENTES	72
7. ESTIMATIVA DOS IMPACTOS MACROECONÔMICOS	82
7.1 ESTIMATIVA DOS IMPACTOS DOS FINANCIAMENTOS DO FNE EM 2019– CONSIDERANDO A MIP REGIONAL	82
7.2 EFEITO DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO (FNE) SOBRE A EFICIÊNCIA PRODUTIVA DOS MUNICÍPIOS BENEFICIADOS.....	91
7.3 CRESCIMENTO E MANUTENÇÃO DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE: UMA EXPERIÊNCIA DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE CRÉDITO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUDENE.....	119
7.4 POLOS ECONÔMICOS REGIONAIS: DEFINIÇÃO E APOIO CREDITÍCIO DO FNE	143

8. PERFIL DA CARTEIRA	156
8.1 COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA FNE.....	156
8.2 ÍNDICES DE INADIMPLÊNCIA.....	159
8.3 COMPOSIÇÃO DA CONTA DE PROVISÃO.....	163
8.4 RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS.....	165
9. PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA	169
9.1 INFRAESTRUTURA	169
9.1.1 VALORES PROGRAMADOS X CONTRATAÇÕES DO FNE EM INFRAESTRUTURA	169
9.1.3 POR TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS E UF.....	170
9.1.4 POR PROGRAMA E UF	171
9.1.5 POR FINALIDADE DO CRÉDITO.....	173
9.1.6 POR REGIÃO	173
9.1.7 VALORES DESEMBOLSADOS	174
9.1.8 PERFIL DA CARTEIRA.....	175
9.1.9 INADIMPLÊNCIA	175
9.1.10POR FAIXA DE VALOR.....	175
9.2 FNE SOL	177
9.2.1 CONTRATAÇÃO POR UF	177
9.2.2 POR TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS E UF	177
9.2.3 POR REGIÃO	179
9.2.4 PROPOSTA EM CARTEIRA	179
9.3 FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES) NO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL	180

1. INTRODUÇÃO

O Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), referente ao exercício de 2019, tem a finalidade de apresentar as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) na administração do FNE, cuja área de abrangência contempla os nove estados da Região Nordeste, o Norte de Minas Gerais e o Norte do Espírito Santo.

Tal documento foi elaborado em atendimento ao Ofício nº 82/2020/SECEX (MDR)-MDR, de 23 de janeiro de 2020, da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Regional. Após a sua conclusão, o BNB o encaminhará ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), como determina o art. 20 da Lei nº 7.827/1989.

Diante da magnitude dos recursos aplicados, da abrangência espacial da ação e da natureza de política pública que assumem as operações no âmbito do FNE, este Relatório se constitui em instrumento que permite dar transparência à execução das ações, monitorar e avaliar sistematicamente o desempenho operacional e, à luz dos resultados alcançados, rever continuamente o processo de financiamento, sob a perspectiva da conjuntura socioeconômica do País e da Região, tendo foco nos 3E's: eficiência, eficácia e efetividade.

Cabe destacar que, além de informações sobre a execução do Fundo, este Relatório representa a expectativa de impactos macroeconômicos do FNE, sob a perspectiva do Sistema Intermunicipal de Insumo-Produto do Nordeste (SIIPNE), bem como os resultados das avaliações encerradas no período.

Dentre essas avaliações, apresentamos o trabalho realizado “Efeito do Fundo Constitucional de Financiamento (FNE) sobre a eficiência produtiva dos municípios beneficiados”, que busca estimar as ineficiências no crescimento dos municípios na área de atuação do FNE, bem como a contribuição do FNE para redução dessa ineficiência e, por conseguinte, para a redução das desigualdades regionais.

Também é mostrada a avaliação da execução do FNE-MPE, onde foram coletados e tratados dados nos sistemas operacionais do BNB, com a finalidade de inferir se os financiamentos concedidos atenderam às diretrizes estabelecidas pelo Fundo em suas programações anuais no que se refere aos beneficiários de pequeno porte, aplicação nos setores da economia e distribuição das contratações entre os estados.

Na sequência, atendendo à recomendação do Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão TCU nº 1271/2018, apresentamos proposta metodológica para identificação de Polos econômicos regionais, bem como análise do apoio creditício do FNE aos mesmos.

Dessa maneira, este Relatório contribui para o aperfeiçoamento do processo de financiamento produtivo, no âmbito do FNE, cujo foco é a geração de emprego e renda e a redução das desigualdades regionais.

1.1 Apresentação

A base normativa para elaboração do Relatório de Resultados e Impactos do FNE está consubstanciada pelo Decreto nº 6.047/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), como também as diretrizes e orientações gerais oriundas do Ministério da Integração Nacional (MI), as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo da Sudene (Condel/Sudene) e pela programação anual, que é o instrumento normativo e de planejamento direcionador dos financiamentos anuais do FNE¹.

Os Fundos Constitucionais - FCO, FNE e FNO - foram criados no âmbito da Constituição Federal de 1988 pelo artigo 159, inciso I, alínea "c" e pelo artigo 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para incentivar e apoiar as atividades produtivas por meio de financiamento, de modo a reduzir as desigualdades regionais. Tais dispositivos definiram que os Fundos seriam formados por repasse de 3% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), cabendo ao FNE 1,8%, enquanto

¹ A Programação é elaborada sob a coordenação do Banco do Nordeste, com participação da Sudene e do Ministério da Integração Nacional, além da contribuição dos governos estaduais, dos movimentos sociais e dos setores produtivos. Em seguida, a Programação Anual é submetida à apreciação do Conselho Deliberativo da Sudene.

o restante é repassado aos outros dois fundos na proporção de 0,6% para cada um. Além das transferências do Tesouro Nacional, os Fundos possuem como fonte de recursos os reembolsos das operações de crédito, os quais correspondem aos pagamentos realizados pelos tomadores de empréstimos.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27/09/1989, que definiu o Banco do Nordeste, juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e o Conselho Deliberativo da Sudene (Condel/Sudene), como responsáveis por sua administração.

Para elaboração da Programação Regional do FNE para o exercício 2019, foram observadas as diretrizes e orientações gerais do MDR e do Condel/Sudene estabelecidas mediante a Portaria MI nº 334/2018, de 10/08/2018, bem como as Resoluções Condel/Sudene nº 123/2018, de 15/08/2018 e nº 124/2018, de 11/12/2018, e o Decreto nº 9.810/2019, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). São ainda consideradas, para efeito de aplicação dos recursos do FNE para o exercício de 2019, o arcabouço publicado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no que se refere à metodologia das Taxas de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC).

A Programação Regional do FNE para o exercício de 2019 foi elaborada considerando um montante de recursos na ordem de R\$ 27,7 bilhões, onde R\$ 15,6 bilhões (56,5%) correspondem à Programação Padrão, que trata dos programas de financiamento para os setores industrial, agroindustrial, turismo e comércio e serviços e dos programas multissetoriais, R\$ 12,0 bilhões (43,3%) foram destinados a Projetos de Grande Porte de Infraestrutura, além de R\$ 6,0 milhões, destinados ao Programa de Financiamento Estudantil (FIES), e outros R\$ 50,0 milhões para o financiamento à micro e minigeração distribuída de energia, realizado por pessoas físicas (FNE Sol Pessoa Física). Para fins deste Relatório, essas subdivisões foram tratadas em itens específicos.

As contratações totais com recursos do FNE em 2019 totalizaram R\$ 29,6 bilhões, representando uma redução nominal de 9,5% em relação ao exercício 2018. Desse total, R\$ 18,2 bilhões foram contratados obedecendo a Programação Padrão, valor nominal superior em 12,7%, considerando o mesmo

período de 2018, quando foram contratados aproximadamente R\$ 16,2 bilhões. No Setor de Infraestrutura, foram financiados R\$ 11,2 bilhões, enquanto R\$ 86,6 milhões foram destinados ao FNE Sol. Em relação ao FIES, foram 793 operações, totalizando R\$ 7,4 milhões, quase cinco vezes o volume financiado no ano anterior.

1.2 Desempenho da Economia

Conforme estimativas do BNB/ETENE em parceria com a LCA Consultoria, estima-se que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu +1,1% em 2019. O PIB Agropecuário (+1,4%) obteve desempenho mais favorável, seguido do PIB Serviços (+1,2%), enquanto que o PIB Industrial (+0,8%) incrementou moderadamente. Dessa forma, o PIB do Brasil alcançou R\$ 7,3 trilhões e o PIB per capita R\$ 34,6 mil, considerando uma população de aproximadamente 210 milhões de habitantes. Seguem as estimativas de crescimento do PIB para as demais regiões do País em 2019: Norte (+2,2%), Sul (+1,7%), Centro-Oeste (+1,3%) e Sudeste (+1,1%), conforme especificado na Tabela 1.

TABELA 1 - Taxa de crescimento (%) do Produto Interno Bruto (PIB) total e setorial em 2019⁽¹⁾

Brasil e Regiões	PIB	Agropecuário	Indústria	Serviços
Norte	2,2	4,7	-0,4	2,9
Nordeste	0,2	1,4	-0,2	0,2
Sudeste	1,1	-2,2	0,6	1,2
Sul	1,7	-0,2	2,5	1,5
Centro-Oeste	1,3	5,9	0,4	0,9
Brasil	1,1	1,4	0,8	1,2

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da LCA Consultoria. Nota: (1) Estimativas.

O favorável desempenho da produção nacional de grãos, leguminosas e oleaginosas contribuiu para os resultados do PIB Agropecuário. Assim é que referida safra totalizou 240,9 milhões de toneladas em 2019. Verificou-se aumento na produção nacional em nove das quatorze culturas que são contabilizadas como cereais, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme especificado na Tabela 2.

Dentre as principais lavouras nacionais de grãos, algodão (+39,8%) e milho (+23,2%) incrementaram suas respectivas colheitas. Contudo, estima-se que ocorreu declínio na produção de arroz (-12,0%) e soja (-4,0%). Em conjunto, a participação desses quatro produtos representaram 95,7% da produção e 89,6% da área colhida de grãos no País em 2019.

O IBGE considera outras atividades além dos grãos. Parte desses produtos obteve incremento para a safra nacional, a exemplo da laranja (+6,3%), banana (+5,9%) e mandioca (+3,6%). Contudo, as produções de café (-16,5%), uva (-9,9%), castanha de caju (-5,2%), fumo (-4,2%) declinaram, conforme especificado na Tabela 2.

TABELA 2 - Principais produtos da safra agrícola no Brasil - 2018 e 2019 - em toneladas

Produto	Safra 2018	Safra 2019	Var. (%)	Produto	Safra 2018	Safra 2019	Var. (%)
Cereais, legum. e oleag.	226.453.182	240.880.345	6,4	Trigo	5.305.067	5.258.273	-0,9
Algodão herbáceo	4.930.518	6.891.293	39,8	Triticale	41.664	30.594	-26,6
Amendoim	557.878	560.563	0,5	Banana	6.710.436	7.106.928	5,9
Arroz	11.736.353	10.326.080	-12,0	Batata	3.847.037	3.841.298	-0,1
Aveia	890.235	928.534	4,3	Cacau	255.184	247.730	-2,9
Centeio	8.184	9.907	21,1	Café	3.593.165	3.000.859	-16,5
Cevada	325.081	405.557	24,8	Cana-de-açúcar	674.178.718	666.526.476	-1,1
Feijão	2.973.932	3.038.279	2,2	Castanha de caju	141.388	133.976	-5,2
Girassol	137.969	131.048	-5,0	Fumo	794.476	761.114	-4,2
Mamona	19.314	29.740	54,0	Laranja	16.677.091	17.720.305	6,3
Milho	81.364.535	100.207.751	23,2	Mandioca	19.392.827	20.085.612	3,6
Soja	117.833.492	113.168.021	-4,0	Tomate	4.084.910	4.074.662	-0,3
Sorgo	2.251.862	2.582.309	14,7	Uva	1.592.242	1.435.126	-9,9

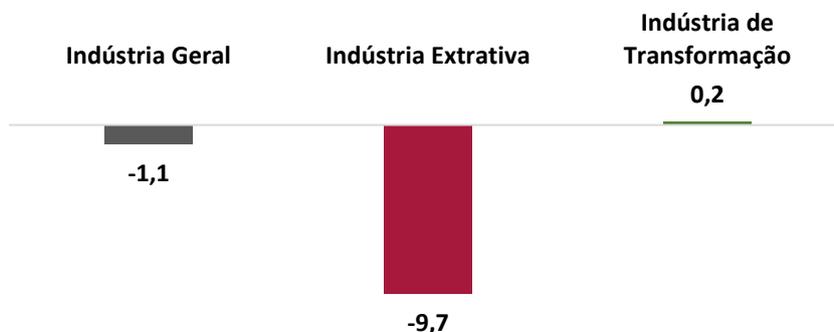
Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota: Os cereais, leguminosas e oleaginosas incluem algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, girassol, sorgo, trigo e triticale.

Em termos regionais, o Centro-Oeste, que é a principal Região produtora de grãos no País, detentora de 44,6% da participação nacional, ampliou ainda mais, pois obteve maior crescimento de produção entre as regiões, de 10,2%, alcançando 49,1% de participação na safra nacional de grãos. Embora a Região Norte participe com apenas 3,9% da safra nacional, registrou o segundo melhor desempenho, de 9,3% em relação a 2018.

Concomitantemente, o Sul, que concentra 32,9% da produção nacional, apresentou o terceiro maior crescimento (+3,7%). Na mesma base de análise, a produção de grãos no Sudeste, que representa 10,1% da produção nacional, ampliou em 2,3%.

Por outro lado, a produção industrial nacional caiu 1,1% em 2019. A perda de ritmo foi devida ao declínio da indústria extrativa (-9,7%), não compensado pelo ínfimo crescimento da indústria de transformação (+0,2%), de acordo com os dados especificados no Gráfico 1.

GRÁFICO 1 - Brasil: produção física industrial - variação acumulada (%) em 2019



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

O volume de vendas do varejo restrito no Brasil expandiu +1,8% em 2019, enquanto que o varejo ampliado obteve desempenho mais favorável, isto é, alta de +3,9%, nessa mesma base de comparação (Gráfico 2).

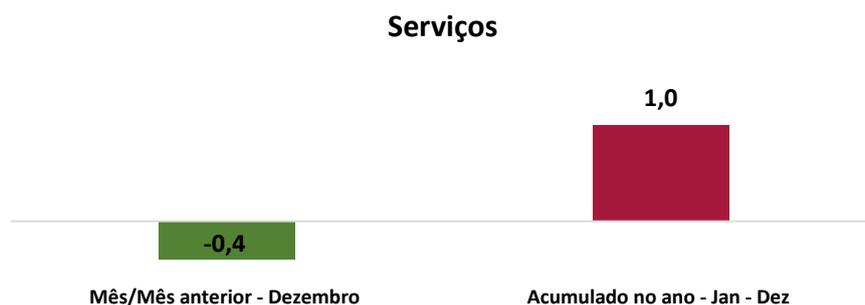
GRÁFICO 2 - Brasil: comércio varejista restrito e ampliado, variação em % em 2019



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

O volume de serviços obteve modesta expansão no País, ou seja, +1,0% no acumulado de janeiro a dezembro de 2019, conforme os dados especificados no Gráfico 3.

GRÁFICO 3 - Brasil: serviços, variação em % em 2019



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

1.3 Nordeste e Estados

Especificamente em relação ao Nordeste, a estimativa de crescimento do PIB em 2019 é de +0,2%. O PIB Agropecuário obteve resultados mais favoráveis (+1,4%), enquanto que o PIB Industrial declinou -0,2% e o de Serviços (+0,2%) expandiu modestamente. Em consequência, o PIB do Nordeste alcançou R\$ 1,0 trilhão e o PIB per capita R\$ 18,3 mil, considerando uma população de aproximadamente 57 milhões de habitantes.

O desempenho econômico, em 2019, dos Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste variou desde crescimento no Maranhão (+1,1%) a recuo no Piauí (-2,3%), conforme especificado na Tabela 3.

TABELA 3 - Nordeste e estados da área de atuação do BNB: Produto Interno Bruto total e setorial em 2019 (%)

Unidades da Federação	PIB	Agropecuário	Indústria	Serviços
Maranhão	1,1	2,5	0,6	1,0
Piauí	-2,3	2,2	0,9	-3,4
Ceará	0,3	1,2	0,9	0,1
Rio Grande do Norte	0,3	2,3	-1,0	0,5
Paraíba	-0,9	5,1	0,5	-1,5
Pernambuco	0,4	1,7	-0,6	0,6
Alagoas	0,0	2,5	0,0	-0,7
Sergipe	0,8	27,8	0,0	-0,5
Bahia	0,4	-2,6	-0,6	0,9
Minas Gerais	-0,1	-3,7	-0,9	0,5
Espírito Santo	-0,3	-1,2	-9,1	2,7
Nordeste	0,2	1,4	-0,2	0,2

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da LCA Consultoria. Notas: (1) Estimativas.

O Nordeste, com 8,4% da participação da produção de cereais no País, obteve incremento de 0,2% na safra de grãos em 2019. Verificou-se incremento da produção de mamona (+63,7%), algodão (+21,5%), milho (+15,9%) e feijão (+9,5%). Além disso, as produções de fumo (+84,5%), banana (+19,4%) e tomate (+9,1%) também expandiram, conforme especificado na Tabela 4.

TABELA 4 - Principais produtos da safra agrícola do Nordeste em 2018 e 2019 - em toneladas

Produto	Safra 2018	Safra 2019	Var. (%)	Produto	Safra 2018	Safra 2019	Var. (%)
Cereais, leg. e oleaginosas	19.112.336	19.145.796	0,2	Batata	203.150	200.006	-1,5
Algodão herbáceo	1.367.640	1.661.068	21,5	Cacau	122.568	119.718	-2,3
Amendoim	11.543	12.903	11,8	Café	250.634	169.498	-32,4
Arroz	393.604	310.453	-21,1	Cana-de-açúcar	49.153.863	49.673.109	1,1
Feijão	560.118	613.402	9,5	Castanha de caju	139.342	133.071	-4,5
Mamona	17.686	28.949	63,7	Fumo	13.862	25.580	84,5
Milho	5.637.111	6.535.071	15,9	Laranja	1.368.693	1.326.182	-3,1
Soja	11.470.906	10.444.357	-8,9	Mandioca	5.073.361	4.663.196	-8,1
Sorgo	157.108	157.410	0,2	Tomate	473.321	516.478	9,1
Trigo	30.000	30.000	0,0	Uva	501.833	498.072	-0,7
Banana	2.161.655	2.581.207	19,4				

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) Estão incluídos algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, girassol, sorgo, trigo e triticale.

Por outro lado, o desempenho da indústria foi negativo no Nordeste, considerando que a produção industrial da Região caiu 3,1% em 2019, com queda expressiva na indústria extrativa (-7,1%) e recuo na indústria de transformação (-2,8%), vide Tabela 5.

TABELA 5 - Estados da área de atuação do BNB: produção física industrial em 2019

Nordeste e Estados	Variação % Acumulada em 2019 - Janeiro a Dezembro		
	Indústria Geral	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação
Nordeste	-3,1	-7,1	-2,8
Ceará	1,6	n.d.	1,6
Pernambuco	-2,2	n.d.	-2,2
Bahia	-2,9	-2,6	-3,0
Minas Gerais	-5,6	-25,3	0,9
Espírito Santo	-15,7	-21,1	-10,3

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Quanto à atividade comercial, três Estados do Nordeste apresentaram incremento de vendas no varejo restrito em 2019: Bahia (+2,1%), Pernambuco (+0,5%) e Maranhão (+0,4%). No ampliado, cabe mencionar: Ceará (+3,1%), Pernambuco (+2,3%), Bahia (+1,8%), Alagoas (+0,7%) e Rio Grande do Norte (+0,6%). Por sua vez, Piauí (-3,5%), Sergipe (-1,0%) e Paraíba (-0,7%)

declinaram, enquanto o Maranhão permaneceu estável, conforme detalhado na Tabela 6.

TABELA 6 - Estados da área de atuação do BNB: vendas do comércio varejista e serviços em 2019

Estados Seleccionados/País	Variação % Acumulada em 2019 - Janeiro a Dezembro		
	Varejo		Serviços
	Restrito ⁽¹⁾	Ampliado ⁽²⁾	
Maranhão	0,4	0,0	3,0
Piauí	-6,0	-3,5	-5,4
Ceará	-1,5	3,1	0,3
Rio Grande do Norte	0,0	0,6	0,7
Paraíba	-1,0	-0,7	-0,6
Pernambuco	0,5	2,3	0,5
Alagoas	-2,4	0,7	-5,5
Sergipe	-1,9	-1,0	1,7
Bahia	2,1	1,8	-2,2
Minas Gerais	0,8	2,5	0,1
Espírito Santo	5,0	5,2	1,0
Brasil	1,8	3,9	1,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) O varejo restrito inclui a comercialização de oito grupos, a saber: Combustíveis e lubrificantes; Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo; Tecidos, vestuário e calçados; Móveis e eletrodomésticos; Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; Livros, jornais, revistas e papelaria; Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; e Outros artigos de uso pessoal e doméstico. (2) O varejo ampliado inclui o varejo restrito somado com as vendas de veículos e de material de construção.

Em relação às vendas dos serviços, destaque para o desempenho do Maranhão (+3,0%) e Sergipe (+1,7%). Rio Grande do Norte (+0,7%) e Pernambuco (+0,5%) cresceram moderadamente em 2019. Por sua vez, Alagoas (-5,5%), Piauí (-5,4%), Bahia (-2,2%) e Paraíba (-0,6%) declinaram (Tabela 6).

Quanto ao mercado de trabalho, o Nordeste registrou o terceiro maior crescimento do nível de emprego dentre as Regiões do País, em 2019, considerando a geração de 58.717 postos de trabalho. O Sudeste liderou (saldo de 282.684 vagas), seguido pelo Sul (134.958). Em quarto lugar, tem-se o Centro-Oeste (58.569) e em quinto, o Norte (24.698). No País, o saldo totalizou 559.626 vagas em 2019.

Todas as Unidades Federativas do Nordeste apresentaram saldo positivo na movimentação dos trabalhadores com carteira assinada em 2019: Bahia (+30.858), Maranhão (+10.707), Ceará (+10.319), Pernambuco (+9.696), Paraíba (+6.154), Rio Grande do Norte (+3.741), Sergipe (+2.374), Piauí (+1.981) e Alagoas (+731), vide Tabela 7.

TABELA 7 - Brasil, regiões e estados da área de atuação do BNB: movimentação do emprego formal em 2019

Estado/Região	Janeiro a Dezembro de 2019			Var. (%)
	Admitidos	Desligados	Saldo	
Norte	695.025	662.449	32.576	1,82
Nordeste	2.179.771	2.103.210	76.561	1,21
Maranhão	162.242	151.535	10.707	2,30
Piauí	97.264	95.283	1.981	0,68
Ceará	385.096	374.777	10.319	0,90
Rio Grande do Norte	149.222	145.481	3.741	0,88
Paraíba	133.705	127.551	6.154	1,52
Pernambuco	410.649	400.953	9.696	0,78
Alagoas	121.015	120.284	731	0,21
Sergipe	88.163	85.789	2.374	0,83
Bahia	632.415	601.557	30.858	1,82
Sudeste	8.340.087	8.021.868	318.219	1,59
Minas Gerais	1.860.005	1.762.285	97.720	2,45
Espírito Santo	353.003	333.466	19.537	2,73
Sul	3.400.019	3.256.746	143.273	2,01
Centro-Oeste	1.582.192	1.508.742	73.450	2,30
Brasil	16.197.094	15.553.015	644.079	1,68

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Ministério da Economia.

2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Programação do FNE é anualmente elaborada pelo Banco do Nordeste, com base em diretrizes e prioridades previamente estabelecidas, sendo posteriormente submetida à apreciação do Condel/Sudene. Em seu bojo, encerra a projeção dos recursos, o plano de aplicação, as condições gerais e os programas de financiamento.

Como ocorre todos os anos, a elaboração da programação do FNE referente a 2019, deu-se “a partir de uma metodologia participativa desenvolvida entre os meses de agosto e outubro de 2018, contando com a contribuição de toda a Instituição BNB”, bem como de “representantes de entidades públicas, a exemplo dos governos estaduais, de órgãos representativos de classes e dos demais parceiros institucionais”, em reuniões que se realizaram nos onze estados da área de financiamento do FNE. (BNB, [Programação Regional FNE 2019](#)).

No Plano de Aplicação de Recursos do FNE para 2019 da referida programação, encontra-se o detalhamento dos recursos disponíveis, bem como a projeção de sua distribuição pelos diversos programas, com cortes por Unidade da Federação, programa, setor e porte dos beneficiários.

2.1 Recursos previstos para aplicação

A elaboração de uma proposta anual de aplicação dos recursos do FNE está prevista no parágrafo único do Art. 14 da Lei nº 7.827/1989 e, para o exercício de 2019, suas diretrizes, orientações gerais e prioridades foram estabelecidas por meio da Portaria MI nº 334/2018, de 10/08/2018, e da Resolução Condel/Sudene nº 123/2018, de 15/08/2018. A Resolução Condel/Sudene nº 124, de 11/12/2018 aprovou o Plano de Aplicação dos recursos do FNE para o exercício de 2019. Somam-se a essa referência legal a legislação publicada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no que concerne à metodologia das Taxas de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC). (BNB, [Programação Regional FNE 2019](#)).

Para 2019, o orçamento inicialmente projetado para aplicação do FNE foi de R\$ 23,7 bilhões, abrangendo as fontes de recursos elencadas na Tabela 8.

TABELA 8 - FNE 2019: estimativa de recursos

(R\$ bilhões)

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
ORIGEM DE RECURSOS (A)	47,3
Disponibilidades previstas ao final do exercício anterior	25,5
Transferências da União ⁽¹⁾	7,8
Reembolsos de Operações (Líquido de Bônus de Adimplência)	10,8
Remuneração das Disponibilidades	1,7
Cobertura de Risco pelo BNB	1,3
Recebimentos de Créditos Baixados como PJ	0,2
APLICAÇÃO DE RECURSOS (B)	(3,6)
Taxa de Administração	(1,6)
Remuneração do BNB sobre Saldos Operações PRONAF	(0,3)
Remuneração do BNB sobre Desembolsos Operações PRONAF	(0,1)
Prêmio de Performance sobre Reembolsos PRONAF	-
Despesas Auditoria Externa	-
Del credere BNB	(1,6)
Del credere Outras Instituições	-
DISPONIBILIDADE TOTAL (C) = (A) + (B)	43,7
SALDO A LIBERAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (D)	(21,0)
DISPONÍVEL PARA APLICAÇÃO PELO FNE (E) = (C) + (D)	22,7
DISPONÍVEL PARA APLICAÇÕES DOS REPASSES AO BNB ⁽²⁾	1,0
TOTAL DISPONÍVEL PARA APLICAÇÕES ⁽³⁾	23,7

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria / Superintendência de Controle Financeiro.

NOTAS: (1) Valor registrado no SIAFI, conforme consulta de 03/08/2018. (2) Saldo contábil dos Recursos Disponíveis dos Repasses ao BNB em junho/2018 (R\$ 1,6 bilhão), deduzido das contratações de 2017 (R\$ 0,648 bilhão). (3) Utilizada meta de contratações de R\$ 30,0 bilhões e meta de desembolsos de R\$ 13,6 bilhões, para o exercício de 2018.

Observação: Os valores são passíveis de ajustes em função do fluxo de ingressos, obrigações, reembolsos e desempenho da economia brasileira, ressaltando-se que tais parâmetros e a estimativa global de aplicações devem ser encaradas, em seu conjunto, unicamente como instrumentos de planejamento e não como verbas inflexíveis para alocação de recursos.

2.2 Valores da reprogramação de recursos

Em consonância com o artigo 10º da Portaria MI nº 334/2018, é permitida ao Banco do Nordeste a adoção de sistemática de reprogramação automática dos recursos (revisão dos valores disponíveis, bem como a previsão de aplicação desse montante por UF, Porte, Setor, Programa, Região e Prioridades). (BNB, Programação Regional FNE 2019).

Nesse contexto, atualizou-se a disponibilidade de recursos para o ano 2019, considerando, entre outros fatores, o reembolso de operações, cuja soma havia

sido projetada em cerca de R\$ 10,8 bilhões (Tabela 8) e que, na reprogramação, alcançou o patamar de, aproximadamente, R\$ 14,9 bilhões. (Tabela 9).

Dessa forma, a estimativa de recursos disponíveis para financiamentos, no exercício de 2019, foi reprogramada para R\$ 27,7 bilhões, de acordo com a Tabela 9.

TABELA 9 - FNE - Estimativa de recursos - 2019 - Reprogramação do FNE

	(Em R\$ mil)
DISCRIMINAÇÃO	VALOR
ORIGEM DE RECURSOS (A)	49.434.867
Disponibilidades ao Final do Exercício Anterior	24.575.929
Ingressos da STN	7.882.492
Reembolsos de Operações (Líquido de Bônus de Adimplência)	14.876.270
Remuneração das Disponibilidades	1.422.745
Cobertura de Risco pelo Risco do BNB	594.893
Recebimentos de Créditos Baixados como PJ	82.538
APLICAÇÃO DE RECURSOS (B)	-3.465.044
Taxa de Administração	-1.318.134
Remuneração sobre Disponibilidades	-89.461
Remuneração do BNB sobre Saldos Operações PRONAF	-283.579
Remuneração do BNB sobre Desembolsos Operações PRONAF	-65.283
Prêmio de Performance sobre Reembolsos PRONAF	-61.323
Despesas Auditoria Externa	-120
Del credere BNB	-1.584.643
Del credere Outras Instituições	-2.838
Despesas com Operações Renegociadas BNB e FNE - Leis 12.249 e Seguintes	-59.664
DISPONIBILIDADE TOTAL DO FNE (C) = (A) + (B)	45.969.823
PREVISÃO DE DESEMBOLSOS/LIBERAÇÕES PARA 2019 (D)	-18.982.899
DISPONÍVEL PARA APLICAÇÃO PELO FNE (E) = (C) + (D)	26.986.924
RECURSOS DISPONÍVEIS REPASSES BNB (F) ⁽³⁾	1.500.000
TOTAL DISPONÍVEL PARA APLICAÇÃO (G) = (E) + (F)	28.486.924
RETORNOS DAS APLICAÇÕES EM 2018 (H) ⁽⁴⁾	13.114.876
RESULTADOS DAS APLICAÇÕES EM 31.12.2018 (I) ⁽⁵⁾	1.324.285
RECURSOS PARA ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO (J) = 0,01% x (H+I)	1.444
DISPONIBILIDADE TOTAL DO FNE PARA 2019 (K) = (G) - (I)	28.485.480

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria / Superintendência de Controle Financeiro. Observação 1: Em referência ao parágrafo 6º do artigo 20 da Lei nº 7.827/1989, registra-se o valor de até R\$ 1,444 milhão, correspondente ao percentual máximo de 0,01%, calculado com base nos retornos e resultados das aplicações do FNE, para contratação e pagamento de atividades de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação dos recursos do Fundo. Observação 2: Os valores são passíveis de ajustes em função do fluxo de ingressos, obrigações, reembolsos e desempenho da economia brasileira, ressaltando-se que tais parâmetros e a estimativa global de aplicações devem ser encaradas, em seu conjunto, unicamente como instrumentos de planejamento e não como verbas inflexíveis para alocação de recursos NOTAS: (1) Valor registrado no SIAFI-2019, conforme consulta de 08/08/2019. (2) Saldo dos recursos disponíveis dos repasses ao BNB em ago/2019 (R\$ 1,5 bilhão). (3) Utilizadas metas de contratações e de desembolsos para 2019 de R\$ 27,7 bilhões e R\$ 18,9 bilhões, respectivamente, conforme cenário a ser considerado na revisão do Plano de Capital 2019-2023. (4) Reembolsos efetivados em 2018. (5) Considerado o resultado entre as receitas e despesas com operações de crédito e repasses no exercício de 2018.

Desse volume de recursos, R\$ 15,6 bilhões (56,5%) foram alocados para setores enquadráveis na Programação Padrão de aplicação do FNE, R\$ 12,0 bilhões (43,3%) para projetos de infraestrutura, além de R\$ 50 milhões destinados ao FNE Sol e R\$ 6 milhões para o Programa de Financiamento Estudantil (FIES).

2.3 Orçamento por programa

A Programação Padrão foi definida com base nas diretrizes e prioridades estabelecidas pelos órgãos gestores, e foi dividida em Programas Setoriais e Programas Multissetoriais (Tabela 10). A distribuição dos recursos entre os diversos setores foi elaborada com base nas potencialidades e oportunidades de investimentos da área de abrangência do Fundo, bem como na distribuição histórica de suas aplicações.

TABELA 10 - Projeção de financiamento por programa de crédito
Exercício 2019

Programa	Valor Projetado	Valores em R\$ mil
		[%]
1. Programas Setoriais	8.383.000	53,6
- FNE RURAL	3.226.350	20,6
- FNE Aquipesca	34.150	0,3
- FNE Profrota Pesqueira ⁽¹⁾	0	0,0
- FNE Irrigação	388.200	2,5
- FNE Industrial	1.810.800	11,6
- FNE Agrin	513.000	3,3
- FNE Proatur	424.500	2,7
- FNE Comércio e Serviços	1.986.000	12,7
2. Programas Multissetoriais	7.261.000	46,4
- PRONAF	3.230.000	20,6
- FNE Inovação	514.200	3,3
- FNE Verde	434.800	2,8
- FNE MPE	3.082.000	19,7
TOTAL	15.644.000	100,0

Fonte: Programação Regional FNE, 2019.

Nota: (1) Projeção de acordo com a demanda apresentada, sendo que ao longo da execução desta Programação, poderão ser destinados recursos no âmbito do Programa, conforme venha a estabelecer sua regulamentação.

Para os Programas Setoriais, foram destinados 53,6% do montante relativo à Programação Padrão e para os Programas Multissetoriais, 46,4% dos recursos orçados (Tabela 10). Entre os programas setoriais, destacam-se FNE Rural, FNE

Industrial e FNE Comércio e Serviços, que respondem por 44,9% da Programação Padrão e os Programas Multissetoriais voltados para pequenos estabelecimentos, como o FNE Pronaf e o FNE-MPE, que respondem por 40,3%. Tal fato demonstra a prioridade que o BNB continua dando a esses segmentos produtivos nordestinos.

Referida distribuição reflete a dinâmica econômica regional, com maiores percentuais destinados aos setores rural e comércio e serviços. Reflete também o direcionamento de recursos para MPE e Agricultura Familiar, contribuindo para mitigar a assimetria de crédito para tais públicos.

2.4 Orçamento por UF

De acordo com a legislação pertinente, quando da aplicação dos recursos do FNE, deve-se observar o princípio da democratização do crédito, cabendo para cada Unidade da Federação um limite mínimo de 4,5%, exceto para o Norte do Espírito Santo, e limite máximo de 30,0%.

Em relação à aplicação dos recursos da Programação Padrão, a previsão inicial é de que a distribuição estadual do montante de R\$ 14,8 bilhões se dê conforme apresentado na Tabela 11.

TABELA 11 - Distribuição orçamentária por UF
Exercício 2019

UF	TOTAL	Valores em R\$ mil
		% Estado
AL	697.436	4,5
BA	3.797.373	24,3
CE	2.439.173	15,6
ES	332.722	2,1
MA	1.650.852	10,6
MG	787.517	5,0
PB	935.627	6,0
PE	2.036.595	13,0
PI	1.386.772	8,9
RN	863.237	5,5
SE	716.696	4,6
Total	15.644.000	100,0

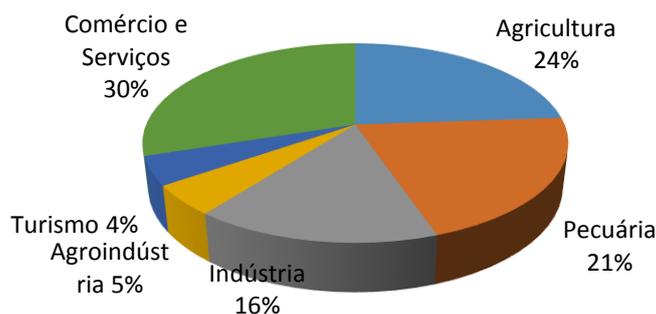
Fonte: Programação Regional FNE, 2019.

Os estados da Bahia (24,3%), Ceará (15,6%), Pernambuco (13,0%) e Maranhão (10,6%) representam 63,5% da previsão de aplicação dos recursos para o ano de 2019, tendo em vista que economias mais dinâmicas tendem a demandar maior aporte de recursos.

2.5 Orçamento por setor e UF

Considerando-se a Programação Padrão, os seguintes setores receberam maior atenção na projeção dos recursos, de modo semelhante ao exercício anterior: o Setor Rural lidera em volume orçado, com 44,8% do total de recursos destinados à agricultura e à pecuária; seguido pelo Setor Comércio e Serviços, com cerca de 30,0%, e pelo Setor da Indústria com 15,7% (Gráfico 4 e Tabela 12).

GRÁFICO 4 - FNE - Orçamento por setor (%) - 2019



Fonte: BNB Ambiente de Controladoria. Elaboração: BNB/Etene

TABELA 12 - Projeção de financiamento por estado e setor de atividade (*) (**)
Exercício 2019

UF/ Setor	Valores em R\$ mil						Total	Estado %
	Agricultura (1)(2)	Pecuária (1)(2)(3)	Indústria (1)	Agroindústria (1)(2)	Turismo (1)	Comércio e Serviços (1)		
AL	116.400	130.000	146.100	37.000	100.000	168.000	697.500	4,5
BA	1.275.800	700.000	405.600	260.000	140.000	1.015.900	3.797.300	24,3
CE	304.700	470.000	704.800	66.000	80.000	813.700	2.439.200	15,6
ES	53.100	33.000	57.400	118.000	9.000	62.100	332.600	2,1
MA	589.400	405.000	245.500	32.000	48.000	331.000	1.650.900	10,6
MG	147.400	251.000	147.300	4.000	6.000	231.800	787.500	5,0
PB	52.200	285.000	151.700	45.000	35.000	366.800	935.700	6,0
PE	337.400	414.000	316.700	121.000	181.000	666.500	2.036.600	13,0
PI	615.400	310.000	51.700	30.000	15.000	364.700	1.386.800	8,9

UF/ Setor	Agricultura (1)(2)	Pecuária (1)(2)(3)	Indústria (1)	Agroindústria (1)(2)	Turismo (1)	Comércio e Serviços (1)	Total	Estado %
RN	76.600	160.000	92.000	15.000	84.000	435.700	863.300	5,5
SE	163.600	113.000	141.200	35.000	27.000	236.800	716.600	4,6
Total	3.732.000	3.271.000	2.460.000	763.000	725.000	4.693.000	15.644.000	100,0
PROJEÇÃO PARA O PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA							12.000.000	
PROJEÇÃO PARA O PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL - P-FIES							6.000	
PROJEÇÃO PARA O FINANCIAMENTO FNE SOL PESSOA FÍSICA							50.000	
TOTAL DISPONÍVEL PARA APLICAÇÃO							27.700.000	

Fonte: Programação Regional FNE, 2019.

(*) Os valores são indicações para efeito de planejamento; (**) O BNB poderá repassar até 3% do total dos valores programados para 2019 a outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, observados os limites de crédito aprovados a cada instituição, a existência de recursos para o atendimento da demanda apresentada diretamente às suas agências; (1) Inclusive Meio Ambiente/ Inovação; (2) Inclusive Pronaf; (3) Inclusive Aquicultura e Pesca.

Quanto à distribuição orçamentária por Unidade da Federação, como já relatado, verifica-se o protagonismo dos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Maranhão, que se projetam com 63,5% do total de recursos. A Bahia, que se destaca pela alocação de 24,3% do total de recursos previstos no orçamento, destina parte significativa dos recursos à agricultura (33,6%) e ao Setor de Comércio e Serviços (26,7%). O Estado do Ceará projeta 33,44% para o Setor de Comércio e Serviços, Setor este priorizado também por Pernambuco ao qual destinou 32,7% do seu orçamento. (Tabela 12).

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Como se pode observar na Tabela 13, houve acréscimo de 32,0% na disponibilidade efetiva em relação ao previsto para o exercício 2019, explicado principalmente pelo volume de recursos comprometidos ainda não liberados, aproximadamente 51,0% inferior ao valor previsto. Referido orçamento configurou grande desafio ao Banco do Nordeste no ano 2019, representando em disponibilidade de aplicação valor superior ao da média contratada em exercícios anteriores.

TABELA 13 - FNE - Execução orçamentária - 2019

(Valores em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	PREVISTO	REALIZADO
ORIGEM DE RECURSOS (A)	49.434.867	49.924.148
Disponibilidades ao Final do Exercício Anterior	24.575.929	24.575.929
Ingressos da STN	7.882.492	8.157.554
Reembolsos de Operações (Líquido de Bônus de Adimplência)	14.876.270	15.068.729
Remuneração das Disponibilidades	1.422.745	1.381.079
Cobertura de Risco pelo Risco do BNB	594.893	596.399
Recebimentos de Créditos Baixados como PJ	82.538	106.306
Cobertura pelo PROAGRO/Fundos de Aval	0	38.152
APLICAÇÃO DE RECURSOS (B)	-3.465.044	-4.500.668
Taxa de Administração	-1.318.134	-1.422.679
Remuneração ao BNB sobre Disponibilidades	-89.461	-86.948
Remuneração do BNB sobre Saldo Operações PRONAF	-283.579	-288.343
Remuneração do BNB sobre Desembolsos Operações PRONAF	-65.283	-73.952
Prêmio de Performance sobre Reembolsos PRONAF	-61.323	-63.106
Despesas Auditoria Externa	-120	-179
Del credere BNB	-1.584.643	-1.607.172
Del credere Outras Instituições	-2.838	-2.916
Despesas com Operações Renegociadas BNB e FNE - Leis 12.249 e Seguintes	-59.664	-582.330
Devolução ao BNB de Valores Renegociados	0	-132.984
Aquisições Operações pelo FNE	0	-214.620
Bônus Repasses ao BNB Art. 9º A Lei 7.827/1989	0	-15.525
Outros	0	-9.914
DISPONIBILIDADE TOTAL DO FNE (C) = (A) + (B)	45.969.823	45.423.480
PREVISÃO DE DESEMBOLSOS/LIBERAÇÕES PARA 2019 (D)	-18.982.899	-9.320.078
DISPONÍVEL PARA APLICAÇÃO PELO FNE (E) = (C) + (D)	26.986.924	36.103.402
DISPONÍVEL PARA APLICAÇÕES DE REPASSES AO BNB (F)	1.500.000	1.500.000
TOTAL DISPONÍVEL PARA APLICAÇÕES (G) = (E) + (F)	28.486.924	37.603.402
RETORNOS DAS APLICAÇÕES EM 2018 (H) ⁽⁴⁾	13.114.876	13.114.876
RESULTADOS DAS APLICAÇÕES EM 31.12.2018 (I) ⁽⁵⁾	1.324.285	1.324.285
RECURSOS PARA ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO (J) = 0,01% x (H+I)	1.444	1.444
DISPONIBILIDADE TOTAL DO FNE PARA 2019 (K) = (G) - (I)	28.485.480	37.601.958

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

4. ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES²

Este capítulo visa analisar as contratações realizadas comparando, sempre que possível, sob duas perspectivas: i) da programação anual do Fundo, onde se analisa a relação entre valores contratados no exercício e os valores programados no âmbito espacial, setorial e das prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudene; e ii) da variação intertemporal, na qual as contratações realizadas em 2019 serão comparadas com os valores do exercício anterior.

As contratações totais com recursos do FNE em 2019 totalizaram R\$ 29,6 bilhões (Tabela 14), representando um decréscimo nominal de 9,5% em relação ao exercício 2018. Desse total, R\$ 18,2 bilhões foram contratados obedecendo a Programação Padrão, cujo valor nominal foi superior em 12,3% considerando o mesmo período de 2018, quando foram contratados aproximadamente R\$ 16,2 bilhões.

Vale salientar que o ano de 2018 foi marcado por um recorde histórico de contratação com recursos do FNE, motivado por uma forte demanda reprimida ao longo de 2017, por força da não competitividade da taxa de juros dos fundos constitucionais e do início da retomada do crescimento econômico nacional, após severa depressão dos anos 2015/2016.

TABELA 14 - FNE - Desempenho operacional - 2019⁽¹⁾

Em R\$ mil

Setores e Programas	Nº de Operações	Contratações ⁽²⁾		
		Quant. Benef. ⁽³⁾	Valor	%
RURAL	523.774	1.571.214	7.568.868	41,3
FNE Rural	7.120	21.269	4.062.507	22,2
FNE Irrigação	377	1115	344.704	1,9
PRONAF - Grupo A	3.907	11.721	100.990	0,6
PRONAF - Demais Grupos	512.199	1.536.597	2.975.867	16,2
FNE Verde	110	327	36.445	0,2
FNE Inovação	10	28	22.596	-
FNE Aquipesca	51	157	25.759	0,1
FNE Profrota Pesqueira	0	0	-	-

²Contratações referem-se às operações, considerando parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Setores e Programas	Nº de Operações	Contratações ⁽²⁾		
		Quant. Benef. ⁽³⁾	Valor	%
AGROINDUSTRIAL	379	449	438.380	2,4
FNE Agrin	172	172	405.345	2,2
FNE Rural	0	0	-	0,0
PRONAF - Agroindústria	35	105	515	0,0
FNE Verde MPE	15	15	6.226	0,0
FNE MPE	157	157	26.294	0,1
INDUSTRIAL	4.029	4.029	2.709.404	14,8
FNE Industrial	1085	1085	1.703.077	9,3
FNE Verde	105	105	31.517	0,2
FNE Inovação	9	9	599.628	3,3
FNE MPE	2.830	2.830	375.182	2,0
TURISMO	938	977	573.045	3,1
FNE Proatur	113	113	430.777	2,3
FNE Verde MPE Turismo	69	69	13.326	0,1
FNE MPE - Turismo	756	795	128.942	0,7
COMÉRCIO E SERVIÇOS	32.946	33.161	6.955.978	37,9
FNE Comércio e Serviços	5.608	5.725	3.580.913	19,5
FNE Verde	675	675	190.713	1,0
FNE Inovação	11	11	441.562	2,4
FNE MPE	26.652	26.750	2.742.790	15,0
PESSOA FÍSICA	3.677	3.677	94.074	0,5
FNE Sol Pessoa Física	2.884	2.884	86.628	0,5
Fies Estudante	793	793	7.446	0,0
Total	565.743	1.613.507	18.339.749	100,0

Fontes: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito e BNB - Ambiente da Administração das Centrais de Crédito.

Notas: (1) Conforme Portaria MI nº 334/2018, exclui-se da presente tabela os valores contratados em Infraestrutura e P-FIES. (2) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, considerando parcelas desembolsadas e a desembolsar. (3) Considera-se que cada operação no âmbito do Pronaf beneficia, em média, três pessoas; no âmbito das cooperativas, 60 pessoas; 40 pessoas no das associações; e uma pessoa no âmbito de todas as demais categorias/portes.

Observa-se que, do total de 1.613,5 mil beneficiários do FNE, no período em referência, cerca de 97,4% foram atendidos no âmbito do FNE Rural (1.571,2 mil), mantendo-se o mesmo grau de importância de 2018. Percebe-se, também, a forte presença da Agricultura Familiar, que sozinha representou 96,0% dos beneficiários do FNE, evidenciando a ampliação do acesso ao crédito. Isso demonstra o esforço do BNB com o aumento de sua eficiência operacional em

prol do desenvolvimento regional. Observou-se, ainda, que cerca de 50,0%, tanto do número de beneficiários como do valor contratado, referem-se à bovinocultura.

4.1 PNDR: Por tipologia dos municípios, UF e áreas prioritárias

a) Tipologia dos municípios: As contratações realizadas distribuíram-se nos estados, conforme apresentado na Tabela 15.

TABELA 15 - FNE - Contratações por UF e tipologia de município - 2019

UF	Tipologia Sub-Regional	Em R\$ mil	
		Quantidade	Valor
AL	Alta Renda e Médio Dinamismo	832	244.666
	Baixa Renda e Baixo Dinamismo	3.776	64.010
	Baixa Renda e Médio Dinamismo	7.151	171.576
	Média Renda e Alto Dinamismo	6.463	119.851
	Média Renda e Baixo Dinamismo	6.687	197.583
	Média Renda e Médio Dinamismo	3.525	35.295
BA	Alta Renda e Baixo Dinamismo	1.680	1.269.636
	Baixa Renda e Médio Dinamismo	12.608	222.480
	Média Renda e Alto Dinamismo	20.341	447.133
	Média Renda e Baixo Dinamismo	25.940	2.760.581
	Média Renda e Médio Dinamismo	64.998	2.596.142
CE	Alta Renda e Médio Dinamismo	4.630	1.151.763
	Baixa Renda e Alto Dinamismo	4.194	44.467
	Baixa Renda e Baixo Dinamismo	4.577	60.207
	Baixa Renda e Médio Dinamismo	23.684	1.005.223
	Média Renda e Alto Dinamismo	7.180	606.792
	Média Renda e Baixo Dinamismo	1.973	68.176
	Média Renda e Médio Dinamismo	28.797	1.160.637
ES	Média Renda e Alto Dinamismo	420	51.537
	Média Renda e Baixo Dinamismo	170	42.358
	Média Renda e Médio Dinamismo	652	284.364
MA	Alta Renda e Médio Dinamismo	1.495	548.305
	Baixa Renda e Alto Dinamismo	14.828	608.851
	Baixa Renda e Baixo Dinamismo	450	46.807
	Baixa Renda e Médio Dinamismo	21.403	684.609
	Média Renda e Alto Dinamismo	8.651	1.470.573
	Média Renda e Médio Dinamismo	10.632	377.433
MG	Baixa Renda e Alto Dinamismo	1.212	8.833
	Média Renda e Alto Dinamismo	23.902	621.292
	Média Renda e Baixo Dinamismo	927	91.356
	Média Renda e Médio Dinamismo	25.250	1.069.437

UF	Tipologia Sub-Regional	Quantidade	Valor
PB	Alta Renda e Médio Dinamismo	1.453	299.409
	Baixa Renda e Baixo Dinamismo	753	47.509
	Baixa Renda e Médio Dinamismo	8.698	140.466
	Média Renda e Alto Dinamismo	974	32.781
	Média Renda e Médio Dinamismo	37.113	926.628
PE	Alta Renda e Baixo Dinamismo	5	376
	Alta Renda e Médio Dinamismo	2.053	899.703
	Baixa Renda e Médio Dinamismo	3.365	40.825
	Média Renda e Alto Dinamismo	27.643	870.445
	Média Renda e Baixo Dinamismo	2.624	30.195
	Média Renda e Médio Dinamismo	28.427	687.233
PI	Alta Renda e Alto Dinamismo	4.323	387.030
	Baixa Renda e Alto Dinamismo	28.097	258.855
	Média Renda e Alto Dinamismo	27.825	1.675.971
RN	Alta Renda e Médio Dinamismo	1.749	814.742
	Média Renda e Alto Dinamismo	7.439	296.568
	Média Renda e Baixo Dinamismo	1.668	1.232.228
	Média Renda e Médio Dinamismo	21.584	1.983.897
SE	Alta Renda e Médio Dinamismo	1.311	274.903
	Média Renda e Alto Dinamismo	4.499	97.374
	Média Renda e Baixo Dinamismo	7.032	141.065
	Média Renda e Médio Dinamismo	8.202	287.915
Total		565.865	29.558.093

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

As áreas prioritárias contrataram 80,1% do FNE, superando o mínimo de 70,0% definido pelo Condrel/Sudene. Em 2018, a participação foi de 74,6%.

A Bahia contratou R\$ 5,4 bilhões nos municípios de média renda com baixo e médio dinamismos, direcionadas principalmente aos produtos soja, algodão e bovinocultura na agropecuária, e a atividade de comércio varejista, no Setor de Comércio.

b) Semiárido: Mesmo diante de um cenário econômico de muitas adversidades, conseguiu-se contratar cerca de R\$ 16,7 bilhões na região semiárida nordestina, o que equivale a 326,2% do montante programado para o período (Tabela 16). O valor total contratado, foi direcionado principalmente para o Setor de Infraestrutura (55,4%), beneficiando 119 operações voltadas à transmissão, geração e distribuição de energia elétrica nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte. As principais atividades em

outros setores foram: bovinocultura; comércio varejista, produção de grãos e comércio atacadista, representando 24,2% do total contratado no Semiárido.

TABELA 16 - FNE - Contratações no Semiárido - 2019

Valores em R\$ mil

Região	Quantidade de Operações	Valor Contratado (A)	Programado (B)	(A) / (B)
Semiárido	421.651	16.668.132	5.110.000	326,2%

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

O valor contratado no Semiárido equivale a 204,3% do total repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional ao Fundo.

- c) Mesorregiões: As contratações nas mesorregiões totalizaram, aproximadamente, R\$ 4,5 bilhões, com 121.540 operações (Tabela 17). Destacou-se a mesorregião da Chapada das Mangabeiras, seguida, quanto ao volume de recursos, pelas mesorregiões Chapada do Araripe e Seridó, que juntas, absorveram 69,4% dos recursos. É interessante observar que nessas mesorregiões as principais atividades financiadas foram produção de grãos, na Chapada das Mangabeiras; bebida e fumo, no Vale do Jequitinhonha; e produção e distribuição de eletricidade, gás e água, no Seridó.

TABELA 17 - FNE - Contratações por mesorregião - 2019

Mesorregiões	Quantidade de Operações	Valor Contratado (R\$ mil)
Aguas Emendadas	1.448	63.927
Bico do Papagaio	4.871	218.264
Chapada das Mangabeiras	8.520	1.526.067
Chapada do Araripe	42.155	891.256
Seridó	11.665	699.042
Vale do Jequitinhonha e do Mucuri	16.769	570.272
Xingó	36.112	520.502
Total	121.540	4.489.331

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

- d) Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE): Foram direcionados recursos da ordem de R\$ 666,6 milhões para as regiões da Grande Teresina - Timon e Polo de Juazeiro - Petrolina, tendo cumprido 277,7% da meta Tabela 18.

Na Região da Grande Teresina - Timon, destacaram-se as contratações para comércio varejista e atacadista; enquanto no Polo de Juazeiro e Petrolina predomina a fruticultura. Ressalte-se a importância do apoio a tais regiões, que configuram importantes vetores para o desenvolvimento sub-regional.

TABELA 18 - FNE - Contratações - RIDE - Programado x realizado - 2019

RIDE	Quantidade de Operações	Valor Contratado (R\$ mil)	Programado (R\$ mil)
Grande Teresina - Timon	4.958	399.368	160.000
Polo de Juazeiro e Petrolina	5.763	267.226	80.000
Total	10.721	666.593	240.000

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

4.2 Municípios atendidos

Todos os municípios localizados nos nove estados da Região Nordeste, no Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo contrataram operações no FNE, totalizando 1990 municípios.

4.3 Por programa de financiamento e por UF

O Programa FNE Inovação se destaca, entre os diversos programas, realizando 206,9% da meta estabelecida. As contratações beneficiaram principalmente as inovações em serviços de saúde/serviços médicos e a inovação na indústria de medicamentos e defensivos agrícolas. Merecem registro o FNE-Comércio e Serviços e o FNE Rural, que cumpriram, respectivamente, 180,3% e 125,9% da programação (Tabela 19).

TABELA 19 - FNE - Contratações por programa - Programado x realizado - 2019⁽¹⁾

Programa de Financiamento	Quant. de Operações	Valores em R\$ mil		(A / B) %
		Valor Contratado (A)	Valor Programado (B)	
FNE Rural	7.120	4.062.507	3.226.350	125,9
FNE Irrigação	377	344.704	388.200	88,8
PRONAF	516.141	3.077.373	3.230.000	95,3
FNE Verde	974	278.227	434.800	64,0
FNE Inovação	30	1.063.785	514.200	206,9
FNE Aquipisca	51	25.759	34.150	75,4
FNE Agrin	172	405.345	513.000	79,0
FNE MPE	30.395	3.273.208	3.082.000	106,2

Programa de Financiamento	Quant. de Operações	Valor Contratado (A)	Valor Programado (B)	(A / B) %
FNE Industrial	1085	1.703.077	1.810.800	94,1
FNE Proatur	113	430.777	424.500	101,5
FNE Comércio e Serviços	5.608	3.580.913	1.986.000	180,3
Total	562.066	18.245.675	15.644.000	116,6

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. Nota: (1) Conforme Portaria MI nº 334/2018, exclui-se da presente tabela os valores contratados em Infraestrutura e P-FIES.

No âmbito do Pronaf, as atividades pecuárias absorveram maior volume de recursos, a saber: bovinocultura, ovinocultura e caprinocultura, suinocultura e avicultura que, juntas, receberam 95,3% dos recursos destinados à Agricultura Familiar.

Quanto ao desempenho do FNE-Verde, quando somadas as contratações no âmbito da Infraestrutura (ver item específico para o setor), o percentual se eleva para 83,9% em relação ao valor programado.

No recorte das contratações por estado, destacam-se os estados da Bahia, Maranhão, Ceará e Pernambuco que, juntos, responderam por 60,1% do montante contratado no período, realizando, respectivamente, 114,7%, 141,0%, 88,8%, e 104,1% da programação anual, conforme a Tabela 20. Observa-se que os estados da Bahia e do Maranhão foram os que demandaram maior volume de recursos.

TABELA 20 - FNE - Contratações por UF - Programado X Realizado - 2019⁽¹⁾
Valores em R\$ mil

Estado	Programado		Contratado		(B / A) %
	Valor (A)	%	Valor (B)	%	
Alagoas	697.436	4,5	775.000	4,3	111,1
Bahia	3.797.373	24,3	4.356.734	23,9	114,7
Ceará	2.439.173	15,6	2.165.130	11,9	88,8
Espírito Santo	332.722	2,1	377.091	2,1	113,3
Maranhão	1.650.852	10,6	2.327.213	12,8	141,0
Minas Gerais	787.517	5,0	1.227.547	6,7	155,9
Paraíba	935.627	6,0	1.031.676	5,7	110,3
Pernambuco	2.036.595	13,0	2.120.995	11,6	104,1
Piauí	1.386.772	8,9	1.659.893	9,1	119,7
Rio Grande do Norte	863.237	5,5	1.424.543	7,8	165,0
Sergipe	716.696	4,6	779.853	4,3	108,8
Total	15.644.000	100,0	18.245.675	100,0	116,6

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Nota: (1) Conforme aprovado pelo Condel, não foi projetada distribuição para projetos de Infraestrutura por estado.

Na Bahia, as atividades que receberam maior volume de recursos foram a produção de grãos, o comércio varejista e os serviços de saúde/serviços médicos. Em Pernambuco, as atividades de comércio varejista e bovinocultura também se destacaram.

É oportuno ressaltar que a maior quantidade de recursos contratado pelos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco decorre do maior peso de suas economias. O Maranhão é um grande produtor de grãos, especialmente soja.

A Tabela 1A (anexo) apresenta a quantidade de operações e o valor contratado por Programa de financiamento, discriminado por Unidade da Federação.

4.4 Por setor prioritário e UF

Na Tabela 21 são apresentadas as contratações por setor de produção e estado, para o exercício de 2019. Como já citado, o Estado da Bahia lidera o volume de contratações, demandando recursos da ordem de R\$ 4,4 bilhões. Na divisão setorial dos recursos, com desempenho análogo ao ocorrido no exercício anterior, destaca-se o Setor Rural (formado pelo somatório de pecuária e agricultura), ao qual foram destinados cerca de R\$ 7,6 bilhões, seguido muito de perto pelo Setor de Comércio e Serviços com cerca de R\$ 7,0 bilhões, montante que representa, em conjunto, 79,6% do total de recursos contratados no âmbito do FNE, no período em referência.

TABELA 21 - FNE - Contratações por UF e Setor - 2019

Valores em R\$ mil

Estado	Rural	Agroindustrial	Industria	Turismo	Comercio e Serviços	Total geral
AL	268.996	52.394	97.744	83.791	272.075	775.000
BA	2.067.582	33.330	415.397	91.321	1.749.104	4.356.734
CE	554.233	19.445	396.737	25.458	1.169.257	2.165.130
ES	63.196	11.256	200.666	894	101.079	377.091
MA	1.514.901	7.475	67.314	11.710	725.813	2.327.213
MG	533.511	22.897	388.469	4.644	278.026	1.227.547
PB	345.316	45.862	136.667	31.200	472.631	1.031.676
PE	589.424	128.722	398.452	87.773	916.624	2.120.995
PI	1.150.848	36.795	47.836	18.216	406.198	1.659.893
RN	235.395	13.430	452.249	211.281	512.188	1.424.543
SE	245.468	66.774	107.873	6.756	352.982	779.853
Total	7.568.870	438.380	2.709.404	573.044	6.955.977	18.245.675

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

O Setor de Comércio e Serviços, segundo setor que mais recebeu recursos, vem crescendo ao longo do tempo, sendo o setor mais financiado nos estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. O setor Industrial, que vem encolhendo ao longo do tempo em todo o Brasil, participou com apenas 14,8% dos financiamentos entre os setores, não se destacando em nenhum estado.

4.5 Por finalidade de crédito

A aquisição isolada de matéria-prima e insumos destaca-se em primeiro lugar entre as principais finalidades do crédito, no âmbito do FNE, com contratações de, aproximadamente, R\$ 4,6 bilhões, seguida de perto pelo investimento rural, que teve desempenho análogo a 2018 e cujas contratações são da ordem de R\$ 4,2 bilhões (o equivalente a 23% do total de recursos destinados ao FNE Padrão e 87,6% do total de operações contratadas), principalmente na atividade de bovinocultura (que absorveu mais de R\$ 1,9 bilhão) e na produção de grãos (R\$ 461 milhões), conforme Tabela 22.

TABELA 22 - FNE - Contratações por finalidade do crédito - 2019

Finalidade	Quant.	Valores em R\$ mil
		Valor
Aq. Isolada Móveis e utensílios	171	49.919
Comercialização	64	268.500
Custeio	31.334	3.096.213
Investimento rural	492.397	4.204.602
Investimentos fixos	1.269	1.091.597
Não especificada	221	286.042
NE export-Aq. In. mt-pr ins-exp.	41	221.369
Aq isol mt-prim e insumo/mercad	25.559	4.582.002
Inv. Misto (fixo + cap.giro)	2.950	2.784.246
Aq.isol mat-primas/mercadorias	2	340
Aquis iso de maq,vei e/ou equi	7.165	1.498.099
Financ.integrado FNE sol	4	1.907
Aquisicao isolada FNE sol	836	141.972
Aq isol FNE prêmio de seguro	5	202
FGPP	2	4.000
Aquis isolada de imóveis	46	14.665
TOTAL	562.066	18.245.675

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Operações destinadas a custeio absorveram cerca de R\$ 3,1 bilhões e, aproximadamente, R\$ 2,8 bilhões foram destinados a investimento fixo (fixo + capital de giro).

4.6 Por programa de financiamento e por UF

No que concerne ao desempenho em relação às metas estabelecidas, o FNE Inovação lidera esse ranking, com realização de 206,9% da meta, em 2019. O Setor de Comércio e Serviços segue em destaque, uma vez que alcançou 180,3% da meta estabelecida, superando o desempenho do ano anterior. Analogamente, merece registro o FNE Rural que cumpriu 125,9% do montante estabelecido (Tabela 23).

TABELA 23 - FNE - Contratações por programa de financiamento Programado x realizado - Exercício 2019⁽¹⁾⁽²⁾

Programa de Financiamento	Quant. de Operações	Valor Contratado (A)	Valores em R\$ mil	
			Valor Programado (B)	(B / A) %
FNE Rural - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste	7.120	4.062.507	3.226.350	125,9
FNE Irrigação - Programa de Financiamento à Agricultura Irrigada	377	344.704	388.200	88,8
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	516.141	3.077.373	3.230.000	95,3
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	974	278.227	434.800	64,0
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	30	1.063.785	514.200	206,9
FNE Aquipesca - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca	51	25.759	34.150	75,4
FNE Agrin - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste	172	405.345	513.000	79,0
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	30.395	3.273.208	3.082.000	106,2
FNE Industrial - Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste	1.085	1.703.077	1.810.800	94,1
FNE Proatur - Programa de Apoio ao Turismo Regional	113	430.777	424.500	101,5
FNE Comércio e Serviços - Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços	5.608	3.580.913	1.986.000	180,3
Total	562.066	18.245.675	15.644.000	116,6

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. NOTA: (1) Conforme Portaria MI nº 334/2018, exclui-se da presente tabela os valores contratados em Infraestrutura e P-FIES. (2) Projeção de acordo com a demanda apresentada, sendo que ao longo da execução desta Programação poderão ser destinados recursos no âmbito do Programa, conforme venha a estabelecer sua regulamentação.

Relativamente ao desempenho das contratações por estado, destacam-se os estados da Bahia, Maranhão, Ceará e Pernambuco, cujas somas ultrapassaram a marca de 60,0% do total de recursos. De um modo geral, as metas estabelecidas foram superadas, mormente nos estados do Rio Grande do Norte (165,0%), Minas Gerais (155,9%) e Maranhão (141,0%), conforme Tabela 24.

TABELA 24 - FNE - Contratações por estado
Programado x realizado - Exercício 2019⁽¹⁾

Estado	Programado		Contratado		(B / A) %
	Valor (A)	%	Valor (B)	%	
Alagoas	697.436	4,5	775.000	4,3	111,1
Bahia	3.797.373	24,3	4.356.734	23,9	114,7
Ceará	2.439.173	15,6	2.165.130	11,9	88,8
Espírito Santo	332.722	2,1	377.091	2,1	113,3
Maranhão	1.650.852	10,6	2.327.213	12,8	141,0
Minas Gerais	787.517	5,0	1.227.547	6,7	155,9
Paraíba	935.627	6,0	1.031.676	5,7	110,3
Pernambuco	2.036.595	13,0	2.120.995	11,6	104,1
Piauí	1.386.772	8,9	1.659.893	9,1	119,7
Rio Grande do Norte	863.237	5,5	1.424.543	7,8	165,0
Sergipe	716.696	4,6	779.853	4,3	108,8
Total	15.644.000	100,0	18.245.675	100,0	116,6

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

NOTA: (1) Conforme Portaria MI nº 334/2018, excluem-se da presente tabela os valores contratados em Infraestrutura e P-FIES.

Como pode ser observado, a maioria dos estados da área de atuação do FNE contratou acima do piso de 4,5% estabelecido na Programação Anual do Fundo, sem ultrapassar o teto de 30,0%.

Exceção para os estados de Alagoas e Sergipe que, a despeito de terem superado a meta estabelecida, não alcançaram o mesmo percentual face à

ampliação dos recursos aplicados em 2019. A Superintendência do Estado de Alagoas, por exemplo, explica que o estado realizou 111,1% da meta projetada, apesar de não ter alcançado o mínimo de 4,5%, considerando o volume superior de contratações obtido pelo Banco, comparativamente aos valores programados. Por outro lado, discorreu sobre dificuldades importantes enfrentadas pelos setores econômicos que sofreram significativa retração no período em análise, a exemplo da Agricultura, Indústria e Turismo.

A Bahia segue como o estado que contratou o maior volume de recursos, Unidade da Federação em que as quatro atividades a seguir relacionadas absorveram 52,4% da soma total dos recursos: grãos, R\$ 672,0 milhões; Comércio Varejista, R\$ 631,3 milhões; Saúde e Serviços Médicos, R\$ 508,1 milhões; bovinocultura, R\$ 469,5.

4.7 Por porte do mutuário e UF

No presente exercício, observa-se que a proporcionalidade da distribuição dos recursos entre os diferentes portes, comportou-se de modo semelhante ao ano de 2018, com ligeiro incremento percentual para os de micro e pequeno-médio portes. Os de pequeno e médio portes tiveram sua participação aumentada em 1,7 p.p e 3,2 p.p, respectivamente. Naturalmente, o incremento da participação dos menores ocorreu em detrimento da fatia destinada aos maiores. Nesse contexto, os de grande porte, tiveram sua participação reduzida em 3,0 p.p, em relação ao exercício anterior.

De outra forma, de modo análogo ao exercício anterior, os mini/micro empreendedores, em conjunto com os de pequeno e pequeno-médio portes, foram responsáveis por cerca de 54,7% do montante contratado (Tabela 25).

Portanto, no exercício de 2019, apesar de o desempenho das contratações do FNE não atingir a meta estabelecida de destinar o mínimo de 59,0% aos empreendimentos de mini, micro, pequeno e pequeno-médio portes, destinou percentual superior ao mínimo de 30,0% para mini, micro e pequeno portes, para os quais foram destinados cerca de 44,1% dos recursos. Reflete-se o

compromisso do Banco do Nordeste em apoiar o desenvolvimento dos empreendimentos de menor porte.

TABELA 25 - FNE - Contratações por porte do mutuário e estado
Exercício 2019⁽¹⁾

							Valores em R\$ mil	
Estado	Micro	Mini	Pequeno	Pequeno-médio	Médio	Grande	Total	
AL	13.675	167.933	163.054	78.826	146.936	204.576	775.000	
BA	58.758	738.880	994.131	484.961	959.402	1.120.602	4.356.734	
CE	74.740	503.690	570.808	239.120	360.989	415.783	2.165.130	
ES	4.860	11.922	91.588	36.013	50.482	182.226	377.091	
MA	26.931	449.755	502.227	279.021	377.318	691.961	2.327.213	
MG	22.043	302.981	252.143	137.334	79.600	433.446	1.227.547	
PB	22.402	281.008	224.014	108.432	142.663	253.157	1.031.676	
PE	36.317	401.709	511.861	175.016	414.404	581.688	2.120.995	
PI	29.757	379.769	257.048	241.550	488.379	263.390	1.659.893	
RN	31.941	200.299	276.666	104.372	320.028	491.237	1.424.543	
SE	22.856	211.246	202.765	60.396	108.766	173.824	779.853	
Total	344.280	3.649.192	4.046.305	1.945.041	3.448.967	4.811.890	18.245.675	

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. (1) Conforme Portaria MI nº 334/2018, excluem-se da presente tabela os valores contratados em Infraestrutura e P-FIES.

Os estados da Bahia, Maranhão, Ceará e Pernambuco seguem na liderança quanto ao volume de contratações, com a absorção de 60,1% do total dos recursos investidos na Região.

4.8 Pronaf operacionalizado e por UF

As contratações realizadas no âmbito do Pronaf, em 2019, alcançaram o patamar 516.141 operações e recursos da ordem de, aproximadamente, R\$ 3,1 bilhões (Tabela 26). Referidas contratações alcançaram 95,3% do montante projetado para o exercício de 2019.

No recorte das contratações por estado, destacam-se os estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí e Maranhão que, juntos, responderam por 68,6% do montante contratado no período. Como em igual período do exercício anterior, o Estado da Bahia contratou, com folga, o maior volume de recursos.

TABELA 26 - FNE - Contratações no âmbito do Pronaf por estado
Exercício 2019⁽¹⁾

Valores em R\$ mil		
Estado	Quant.	Valor
AL	26.629	152.694
BA	116.838	672.788
CE	65.662	404.680
ES	401	8.235
MA	52.614	335.592
MG	48.646	269.868
PB	45.127	250.529
PE	57.904	357.785
PI	56.379	340.360
RN	27.935	164.866
SE	18.006	119.977
Total	516.141	3.077.374

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

NOTA: (1) Conforme Portaria MI nº 334/2018, excluem-se da presente tabela os valores contratados em Infraestrutura e P-FIES.

Dentre os diversos públicos do Pronaf, destacam-se os integrantes do Grupo B³ cujos financiamentos, no BNB, realizam-se exclusivamente segundo a metodologia de microcrédito rural denominada Agroamigo, construída em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO), para essa finalidade. O Pronaf Grupo B abrange os mais pobres entre os agricultores enquadrados no Programa, os quais respondem por 93,0% do total de operações no âmbito do Pronaf e por R\$ 75,5% do volume de recursos contratados junto aos agricultores familiares.

Em 2019, o estado que mais contratou, no âmbito do Pronaf, foi a Bahia, absorvendo 21,9% dos recursos aplicados pelo Programa, com destinação de

³O Pronaf Grupo “B” é uma linha de microcrédito rural voltada para produção e geração de renda das famílias agricultoras de mais baixa renda do meio rural. São atendidas famílias agricultoras, pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas que desenvolvam atividades produtivas no meio rural. Elas devem ter renda bruta anual familiar de até R\$ 23 mil.

51,8% desses recursos para a bovinocultura. Especificamente no Pronaf Grupo B, a atividade mais financiada também foi a bovinocultura, com 49,5%.

A Tabela 2A (anexo) apresenta as contratações do Pronaf em 2019, discriminadas por atividade.

4.9 Contratações por faixa de valor

A distribuição das contratações por faixa de valor é apresentada na Tabela 27. Observa-se que a maior parcela dos beneficiários (86,7%) tomou recursos na faixa de valores acima de R\$ 1.000,00 e até R\$ 10 mil, absorvendo 13,0% do total contratado. Em termos de valor contratado, no entanto, observa-se uma concentração de 49,5% do valor contratado nas duas faixas mais elevadas (acima de R\$ 1,0 milhão até 10 milhões; acima de R\$ 10 milhões).

TABELA 27 - FNE - Contratações por faixa de valor - 2019

Faixa de Valor	Total	
	Quantidade	Valor (em R\$ mil)
Até R\$ 1.000,00	413	358
Acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 10.000,00	487.487	2.374.313
Acima de R\$ 10.000,00 até R\$ 35.000,00	35.756	702.253
Acima de R\$ 35.000,00 até R\$ 100.000,00	18.569	1.149.015
Acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 200.000,00	9.294	1.370.329
Acima de R\$ 200.000,00 até R\$ 500.000,00	6.387	2.032.723
Acima de R\$ 500.000,00 até R\$ 1.000.000,00	2.231	1.583.150
Acima de R\$ 1.000.000,00 até R\$ 10.000.000,00	1.793	4.479.861
Acima de R\$ 10.000.000,00	136	4.553.673
Total	562.066	18.245.675

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

4.10 Beneficiários de primeira contratação⁴

Os beneficiários que realizaram a primeira contratação durante o ano de 2019 somaram 463.066 e contrataram R\$ 16,1 bilhões. Relativamente ao exercício de 2018, houve elevação na quantidade de beneficiários (26,3%) e queda no volume dos recursos contratados (3,8%), conforme apresentado na Tabela 28.

⁴ Este item inclui dados referentes à primeira contratação em infraestrutura, Fies e FNE Verde Sol.

TABELA 28 - FNE - Beneficiários de primeira contratação
Exercícios 2018 X 2019

Contratação	2018		2019		Variação (%)	
	Quantidade de Beneficiários	Valor (R\$ mil)	Quantidade de Beneficiários	Valor (R\$ mil)	Quantidade de Beneficiários	Valor
Padrão	366.237	4.159.674	459.862	4.907.185	25,6	18,0
Infraestrutura	95	12.597.776	115	11.139.111	21,1	-11,6
FNE-SOL Pessoa Física	-	-	2.582	76.151	-	-
FIES	212	1.564	507	5.442	139,2	248,0
TOTAL	366.544	16.759.014	463.066	16.127.889	26,3	-3,8

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

A liderança em termos de novos clientes é da Bahia (23,3%), seguida pelos estados do Maranhão (12,9%) e do Ceará (12,5%). A Bahia lidera também no volume de recursos recebidos (R\$ 4,2 bilhões) e o Rio Grande do Norte ocupa a segunda posição neste quesito (R\$ 3,1 bilhões), seguido do Ceará (R\$ 2,5 bilhões), conforme apresentado na Tabela 29.

TABELA 29 - FNE - Beneficiários de primeira contratação por UF - 2019

UF	Quantidade de Beneficiários	Valor Contratado (R\$ mil)
AL	24.301	273.535
BA	107.923	4.221.829
CE	57.949	2.553.561
Norte ES	1.300	220.288
MA	59.533	1.858.159
Norte MG	34.540	1.179.830
PB	35.921	635.112
PE	53.371	983.210
PI	51.129	991.819
RN	23.522	3.075.995
SE	13.577	134.551
Total	463.066	16.127.889

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

O Setor Pecuário foi o maior beneficiário em termos de contratos com novos clientes, incorporando cerca de 366 mil beneficiários ao FNE. No entanto, a maior incorporação de valor contratado é observada no Setor de Infraestrutura (R\$ 11,1 bilhões), correspondendo a 69,1% do contratado.

Por outro lado, confirma-se a tendência de crescimento do Setor de Serviços, já observada no ano anterior, com a absorção de cerca de R\$ 2,3 milhões, superior ao valor contratado pelo Setor Pecuário. Este volume de crédito

corresponde a 14,3% do total firmado com clientes de primeira contratação, enquanto que a pecuária, neste ano, absorveu apenas R\$ 1,1 bilhão, o equivalente a 6,5% (Tabela 30).

TABELA 30 - FNE - Beneficiários de primeira contratação por setor - 2019

Setor	Quantidade de Beneficiários	Valor Contratado (R\$ mil)
Agricultura	81.355	414.519
Agroindústria	104	31.196
Comércio e Serviços	10.850	2.310.319
Industria	1.018	853.308
Infraestrutura	115	11.139.111
Pecuária	366.121	1.050.289
Pessoa Física (*)	3.089	81.593
Turismo	414	247.554
Total	463.066	16.127.889

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

(*) Contratações no âmbito do Fies e/ou FNE Verde Sol.

A incorporação de novos clientes indica um movimento no sentido de estender os recursos para as regiões menos desenvolvidas. Veja-se que o maior número de novos clientes encontra-se na tipologia Média Renda e Médio Dinamismo, com 183.396 (39,6%), totalizando R\$ 6,0 bilhões (37,1%). Em segundo lugar, aparece a tipologia Média Renda e Alto Dinamismo, com 105.244 novos clientes (22,9%) e contratação de R\$ 3,1 bilhões (19,3%). Com esses novos contratos, os municípios de baixa e média renda receberam a injeção de recursos de cerca de R\$ 13,8 bilhões (Tabela 31)

TABELA 31 - FNE-Beneficiários de 1ª Contratação por Tipologia Sub-Regional do Município - 2019

Tipologia Sub-regional	Quantidade Beneficiários 1ª Operação	Valor Contratado (R\$ mil)
Alta Renda e Alto Dinamismo	3.676	135.087
Alta Renda e Baixo Dinamismo	762	692.945
Alta Renda e Médio Dinamismo	6.764	1.482.601
Baixa Renda e Alto Dinamismo	47.978	576.236
Baixa Renda e Baixo Dinamismo	7.712	39.038
Baixa Renda e Médio Dinamismo	64.759	1.244.129
Média Renda e Alto Dinamismo	105.929	3.113.932
Média Renda e Baixo Dinamismo	42.095	2.868.156
Média Renda e Médio Dinamismo	183.396	5.975.765
TOTAL	463.066	16.127.889

FONTE: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Os dados da Tabela 32 revelam que houve crescimento na incorporação de clientes em todos os portes, assim como em termos de valor contratado. No entanto, o maior crescimento foi verificado entre beneficiários de porte mini, com a incorporação de quase 450 mil novas contratações, o equivalente a 97,1% do total de novos clientes do FNE. Em termos de volume contratado, porém, existe concentração em empreendimentos de grande porte (69,9%), em função de englobar contratos no âmbito da Infraestrutura, os quais representam 99,5% do valor contratado entre beneficiários de grande porte.

TABELA 32 - FNE - Beneficiários de primeira contratação por porte - 2019

Porte dos Beneficiários	Quantidade de Beneficiários	Valor Contratado (R\$ mil)
Grande	203	11.272.040
Medio	402	1.778.737
Micro	3.747	174.846
Mini	449.438	1.196.527
Pequeno	8.534	1.320.019
Pequeno-Medio	742	385.720
Total	463.066	16.127.889

FONTE: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Entre as mesorregiões prioritárias da PNDR, o Xingó e a Chapada do Araripe incorporaram o maior número de novos clientes ao FNE (180,9 mil e 110,3 mil, respectivamente). Na mesma ordem, ambas as mesorregiões obtiveram os maiores volumes de recursos, R\$ 2,1 bilhões e R\$ 885,4 bilhões, respectivamente (Tabela 33).

TABELA 33 - FNE - Beneficiários de primeira contratação por mesorregião prioritária - 2019

Mesorregião	Quantidade de Beneficiários	Valor Contratado (R\$ mil)
Águas Emendadas	1.080	4.057
Bico do Papagaio	1.008	21.936
Chapada das Mangabeiras	7.765	638.322
Chapada do Araripe	32.785	436.441
Seridó	7.806	576.806
Vales do Jequitinhonha e do Mucuri	12.789	135.257
Xingó	28.646	130.970
Fora das mesorregiões prioritárias (*)	371.187	14.184.100
Total	463.066	16.127.889

FONTE: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

4.11 Contratações em apoio ao PAC

Não houve contratação no período.

4.12 Situação da demanda por crédito - propostas em carteira

As demandas por recursos do FNE totalizaram quase R\$ 3,1 bilhões em 2019⁵, distribuídos em todos os estados da área de atuação do Fundo, dobrando o estoque nominal em relação a 2018. Ao final do ano, 21,3% do montante em estoque já estavam aprovados, em fase de contratação. Outros 75,4% correspondiam a propostas em análise e somente 3,3% a propostas ainda em processo de decisão (Tabela 34).

No recorte estadual, observa-se uma queda no estoque do Ceará relativamente a 2018, sendo ultrapassado pelos estados de Pernambuco (45,2%), Bahia (13,6%) e Minas Gerais (13,5%). Este último Estado, que em 2018 ocupava a nona posição em termos de estoque, obteve um crescimento de cerca de nove vezes em relação ao ano anterior (Tabela 34).

TABELA 34 - FNE - Situação das propostas em carteira por UF - 2019
Valores em R\$ mil

UF	Aprovadas a Contratar		Situação em Análise		Em Processo de Decisão		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
AL	53	5.296	29	12.887	10	1.530	92	19.713
BA	482	145.887	250	269.442	47	8.515	779	423.844
CE	353	179.051	295	147.925	51	35.081	699	362.057
ES	15	2.954	17	2.205	3	249	35	5.408
MA	306	71.757	133	97.741	30	7.790	469	177.288
MG	163	49.791	73	363.069	9	5.623	245	418.483
PB	93	33.459	47	21.019	12	3.573	152	58.051
PE	193	51.762	140	1.333.062	21	21.650	354	1.406.474
PI	164	55.461	104	45.856	20	2.536	288	103.853
RN	136	32.547	67	41.378	8	16.051	211	89.976
SE	55	35.299	28	9.609	9	358	92	45.266
Total	2.013	663.264	1.183	2.344.193	220	102.956	3.416	3.110.413

Fonte: BNB - Ambiente de Coordenação Executiva e Institucional.

⁵O montante de cerca de R\$ 3,1 bilhões refere-se tão somente às propostas que já se encontram em tramitação no BNB.

Em termos setoriais, a distribuição das propostas do FNE em carteira era a seguinte no final de 2019: 59,4% no Industrial; 19,9% no Comércio e Serviços; 11,2% no Rural; 7,6% no Turismo; e 1,9% na Agroindústria. Note-se que o valor das propostas em carteira no Setor Rural, que havia crescido em 2018, relativamente ao ano anterior (passando de 18,0% para 23,7%), sofreu redução significativa, caindo para 11,2% em 2019, volume inferior ao de 2017. O valor de propostas em carteira relativamente ao Setor de Comércio e Serviços, que já havia sofrido uma queda no ano anterior, continuou decrescendo em 2019, porém não de forma tão significativa quanto ao ocorrido no Setor Rural. O Setor Industrial, por sua vez, passou a ocupar posição de destaque em 2019, abrigando quase 60% de todas as propostas em carteira (Tabela 35).

TABELA 35 - FNE - Propostas em carteira por setor e programa - 2019

Setores e Programas	Valor em Carteira (R\$ mil)	%
RURAL	348.449	11,2
FNE Rural	247.690	8,0
FNE Irrigação	31.105	1,0
PRONAF - Grupo A	4.680	0,2
PRONAF - Demais Grupos	35.003	1,1
FNE Verde	16.024	0,5
FNE Inovação	987	0,0
FNE Aquipisca	12.960	0,4
AGROINDUSTRIAL	57.483	1,9
FNE Agrin	54.611	1,8
FNE Verde	261	0,0
FNE MPE	2.611	0,1
INDUSTRIAL	1.846.996	59,4
FNE Industrial	396.299	12,7
FNE Verde	3.075	0,1
FNE Inovação	1.424.868	45,8
FNE MPE	22.754	0,7
TURISMO	237.643	7,6
FNE Proatur	226.466	7,3
FNE Verde	1.526	0,1
FNE MPE	9.651	0,3
COMÉRCIO E SERVIÇOS	619.842	19,9
FNE Comércio e Serviços	432.879	13,9
FNE Verde	72.780	2,3
FNE Inovação	765	0,0
FNE MPE	113.418	3,7
Total	3.110.413	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

4.13 Valores desembolsados⁶

a) Por UF: Os estados da Bahia e do Ceará desembolsaram os maiores volumes de recursos em 2019 (26,8% e 13,2%, respectivamente). Os demais desembolsos foram distribuídos entre os demais estados da área de abrangência do FNE (Tabela 36).

TABELA 36 - FNE - Valores desembolsados por UF - 2019

UF	Desembolsos (R\$ mil)	Participação UF (%)
AL	910.664,59	4,0
BA	6.082.113,70	26,8
CE	3.002.303,53	13,2
Norte ES	261.298,50	1,1
MA	2.583.331,20	11,4
Norte MG	1.063.648,02	4,7
PB	1.266.848,92	5,6
PE	2.537.575,95	11,2
PI	2.370.356,05	10,4
RN	1.895.323,57	8,3
SE	758.822,05	3,3
Total	22.732.286,08	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

b) Por setor

- Setor Rural: Os valores desembolsados atingiram o montante aproximado de R\$ 7,2 bilhões, o equivalente a 31,8% do total. A Bahia foi contemplada com o maior percentual (27,0%), seguida pelo Maranhão (19,5%) e Piauí (15,3%). Em conjunto, os três estados alcançaram quase 62,0% do total de desembolsos do Setor. O Pronaf desembolsou 41,4% do total direcionado ao Setor, destacando-se o Grupo Pronaf-Demais, com 31,6% (R\$ 2,3 bilhões) de desembolso. Outros setores rurais foram responsáveis por 58,0% dos desembolsos (Tabela 37).

⁶ Neste item incluem-se os valores de desembolso de Infraestrutura.

TABELA 37 - FNE - Valores desembolsados por programa - Setor Rural

UF	Valores em R\$ mil						
	PRONAF A	PRONAF B	PRONAF- Demais	Aquicultura e Pesca	FNE Verde	Rurais-Outros	Total
AL	2.468,55	115.439,26	25.803,18	-	298,61	93.247,00	237.256,61
BA	6.775,66	522.681,73	125.954,46	391,93	6.467,21	1.293.435,17	1.955.706,16
CE	14.815,49	279.460,86	101.129,40	1.991,26	2.817,47	141.422,12	541.636,61
ES	262,38	987,40	6.294,87	-	49,20	54.804,17	62.398,02
MA	18.805,58	239.074,93	70.905,86	6.320,22	1.319,73	1.074.262,53	1.410.688,84
MG	886,72	219.748,66	45.240,20	-	3.158,31	253.218,18	522.252,08
PB	10.507,05	206.666,95	34.772,89	1.262,06	458,69	93.593,85	347.261,48
PE	12.798,98	251.294,92	82.420,95	-	1.987,42	249.738,32	598.240,60
PI	15.487,95	248.397,16	65.280,62	2.051,62	1.868,42	777.731,50	1.110.817,27
RN	9.834,37	126.746,07	26.885,30	8.849,99	29,60	59.193,32	231.538,64
SE	2.766,50	75.507,85	33.647,69	1.078,65	442,92	106.042,62	219.486,23
TOTAL	95.409,23	2.286.005,79	618.335,41	21.945,73	18.897,59	4.196.688,78	7.237.282,53

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

- Demais setores: O montante desembolsado foi de aproximadamente R\$ 15,5 bilhões, equivalendo a 68,2% do total. As participações mais importantes são da Bahia (26,6%), do Ceará (15,9%) e de Pernambuco (12,5%), absorvendo, juntos, 55,0% do total de desembolsos dos “Demais setores” (Tabela 38). Comparativamente a 2018, houve um crescimento de 147,0% no valor total desembolsado nos “Demais Setores”. Considerando o desembolso por programa, o crescimento em relação a 2018 variou de 131,2% (FNE-EI) a 163,2% (Infraestrutura).

TABELA 38 - FNE - Valores desembolsados por programa - Demais setores - 2019

UF	Valores em R\$ mil									
	Agro-industrial	Industrial	Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Inovação	FNE Verde	FNE-MPE	FNE-EI	Total
AL	34.616,06	77.935,57	49.134,54	230.968,32	154.289,32	8.979,52	7.886,01	109.463,42	135,22	673.407,98
BA	26.438,85	178.720,12	67.896,22	2.452.802,10	705.352,91	5.397,77	32.342,14	656.391,64	1.065,80	4.126.407,54
CE	18.040,43	204.563,99	40.971,88	832.046,76	659.058,55	72.452,04	43.864,99	586.373,32	3.294,96	2.460.666,92
ES	5.821,65	45.179,11	870,60	2.929,13	54.026,26	-	34.243,26	55.830,47	-	198.900,48
MA	5.766,38	28.896,91	9.522,12	431.275,68	373.691,59	-	17.400,93	304.418,21	1.670,55	1.172.642,36
MG	19.400,82	6.779,84	3.987,64	241.477,04	87.793,26	-	48.208,73	132.839,25	909,36	541.395,94
PB	45.853,38	83.609,36	35.686,74	251.994,90	287.154,88	-	11.301,85	203.728,00	258,33	919.587,44
PE	108.272,01	206.768,66	76.965,41	589.657,11	410.436,16	90.759,05	16.480,32	439.649,60	347,05	1.939.335,35

PI	33.674,93	28.454,06	11.174,23	727.253,23	221.420,78	2.214,96	20.541,22	213.465,45	1.339,93	1.259.538,78
RN	6.959,65	98.748,29	56.503,53	936.152,93	274.940,83	4.085,38	19.282,91	266.691,75	419,67	1.663.784,93
SE	25.602,50	84.079,98	4.824,08	78.012,10	170.753,35	17.624,07	12.999,71	144.844,39	595,65	539.335,82
Total	330.446,65	1.043.735,88	357.536,98	6.774.569,31	3.398.917,88	201.512,79	264.552,06	3.113.695,48	10.036,51	15.495.003,55

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

c) Por porte: Os agricultores familiares foram responsáveis pelo maior desembolso do Setor Rural (41,0%). Somando os familiares aos mini e pequenos produtores rurais, o percentual atingiu 61,4%. Os produtores de médio porte, por sua vez, receberam o segundo maior volume de recursos do FNE Rural, com acesso a 15,4% dos desembolsos (Tabela 39).

TABELA 39 - FNE - Valores desembolsados por porte - Setor Rural - 2019

Valores R\$ mil

UF	Agricultor Familiar	Mini	Pequeno	Pequeno-Médio	Médio	Grande	Total
AL	142.349,91	16.126,34	34.077,28	4.722,77	14.545,64	25.434,66	237.256,61
BA	651.572,24	63.442,01	298.200,90	258.415,79	548.746,63	135.328,59	1.955.706,16
CE	389.730,69	100.130,27	5.558,60	4.359,34	9.471,70	32.386,01	541.636,61
ES	7.475,40	3.262,20	38.533,28	12.972,61	154,53	-	62.398,02
MA	324.654,22	120.411,73	215.436,12	179.251,06	162.343,85	408.591,86	1.410.688,84
MG	263.450,15	34.852,51	129.317,73	43.108,96	18.266,58	33.256,15	522.252,08
PB	249.489,55	33.856,70	24.138,56	10.966,44	-	28.810,23	347.261,48
PE	344.524,79	45.212,52	61.404,34	11.541,79	19.486,59	116.070,56	598.240,60
PI	325.301,39	41.420,63	63.317,14	151.052,67	326.928,45	202.797,00	1.110.817,27
RN	161.020,13	37.469,00	11.847,74	10.710,52	9.805,18	686,06	231.538,64
SE	111.076,09	50.711,96	46.933,76	5.237,68	5.379,38	147,35	219.486,23
Total	2.970.644,56	546.895,88	928.765,46	692.339,64	1.115.128,54	983.508,47	7.237.282,53

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Nos “Demais Setores”, o maior percentual de desembolsos contemplou os empreendimentos de grande porte (52,4%), seguidos de longe pelos de pequeno (19,4%) e médio portes (18,0%) (Tabela 40).

TABELA 40 - FNE - Valores desembolsados por porte - Demais setores - 2019

Valores em R\$ mil

UF	Empreendedor Individual	Micro	Mini	Pequeno	Pequeno-Médio	Média	Grande	Pessoa Física (1)	Total
AL	135,22	14.019,77	177,26	118.830,97	45.855,33	149.552,54	341.369,99	3.466,88	673.407,98
BA	1.048,30	51.273,29	421,52	652.874,99	195.046,01	711.091,51	2.503.733,80	10.918,13	4.126.407,54
CE	3.257,55	70.021,96	492,85	556.424,62	223.501,95	440.600,30	1.156.064,21	10.303,49	2.460.666,92
ES	-	4.486,42	-	53.378,65	24.039,93	49.318,45	66.639,54	1.037,49	198.900,48
MA	1.651,09	24.049,78	454,96	292.371,66	88.514,32	185.995,87	573.133,15	6.471,53	1.172.642,36
MG	927,33	19.876,32	88,63	126.731,23	67.628,32	63.314,89	259.799,85	3.029,36	541.395,94
PB	250,78	21.000,65	283,41	200.812,56	78.866,57	356.743,79	255.088,13	6.541,55	919.587,44
PE	370,47	41.620,86	99,92	421.495,10	173.606,83	440.502,80	857.977,57	3.661,81	1.939.335,35
PI	1.326,10	28.119,48	586,73	199.394,46	101.716,18	138.376,17	778.983,40	11.036,27	1.259.538,78
RN	385,25	31.243,41	312,72	253.480,89	85.522,24	146.186,85	1.141.650,82	5.002,75	1.663.784,93
SE	680,34	21.675,86	25.644,80	136.291,24	56.890,40	109.028,78	187.203,17	1.921,24	539.335,82
TOTAL	10.032,41	327.387,80	28.562,79	3.012.086,36	1.141.188,10	2.790.711,97	8.121.643,61	63.390,50	15.495.003,55

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

4.14 Aplicações realizadas por outras instituições financeiras

Em conformidade com o artigo 9º, da Lei Nº 7.827, que instituiu os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), os bancos administradores podem repassar recursos para outras instituições, desde que autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Contudo, tais instituições devem apresentar comprovada capacidade técnica e estruturas operacional e administrativa. Ou seja, precisam estar aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade, desde que observadas as diretrizes estabelecidas pelo MI (Redação dada pela Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

A estratégia de repasse de recursos é adotada pelo BNB, com o objetivo de proporcionar maior capilaridade ao FNE. Em 2019, foram contratados R\$ 54,1 milhões por intermédio do Banco do Estado de Sergipe (Banese) e do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), distribuídos em 270 operações, conforme Tabela 41. Trata-se de aumento significativo em relação ao ano anterior, quando foram contratados R\$ 3,1 milhões, aumentando a capilaridade da aplicação dos recursos do Fundo.

TABELA 41 - FNE - Instituições repassadoras - Contratação¹ por município - 2019

UF	Instituições Repassadoras	Nº. de Operações	%	Valor Contratado (em R\$ mil)	%
SE	Banco do Estado de Sergipe (BANESE)	269	99,6	52.462	97,0
ES	Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES)	1	0,4	1.623	3,0
TOTAL		270	100,0	54.085	100,0

Fonte: BANESE; BANDES.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Destaque para o porte dos beneficiários, em que 78,2% estão enquadrados como pequenos empreendimentos, conforme Tabela 42.

TABELA 42 - FNE - Instituições repassadoras - Beneficiários por porte e setor - 2019

Porte/Setor	Rural		Comércio e Serviços		Total	
	Quantidade de beneficiários	(%)	Quantidade de beneficiários	(%)	Quantidade de beneficiários	(%)
Pequeno	94	97,9	117	67,2	211	78,2
Pequeno Médio	-	-	26	14,9	26	9,6
Médio	2	2,1	27	15,5	29	10,7
Grande	-	-	4	2,3	4	1,5
Total	96	100,0	174	100,0	270	100,0

Sob a perspectiva das regiões climáticas, de acordo com a Tabela 43, a área geográfica localizada no Semiárido contratou 10,7% das operações e 89,3% do valor repassado.

TABELA 43 - FNE - Instituições repassadoras - Contratações⁽¹⁾ por região - 2019

Área	Nº. de Beneficiários	%	Valor (em R\$ mil)	%
Semiárido	29	10,7	6.088	11,3
Fora do Semiárido	241	89,3	47.997	88,7
Total	270	100,0	54.085	100,0

Fonte: BANESE; BANDES.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O saldo devedor total das instituições repassadoras era de R\$ 139,0 milhões em 31.12.2018 (Tabela 44), contra R\$ 150 milhões do mesmo período do exercício de 2017.

TABELA 44 - FNE - Instituições repassadoras - saldo devedor e inadimplência - 2019

Valores em R\$ mil

Setor	Instituições repassadoras											
	AGN		AGEFEPE		BANDES		BANESE		DESENBAHIA		BDMG	
	Saldo devedor	% de inadimplência	Saldo devedor	% de inadimplência	Saldo devedor	% de inadimplência	Saldo devedor	% de inadimplência	Saldo devedor	% de inadimplência	Saldo devedor	% de inadimplência
Industrial	62	-	176.181	35,0	-	-	95.536	-	11.181	55,4	-	-
Rural	171	28,6	-	-	-	-	45.256	-	8.643	10,9	-	-
Outros	407	-	616.738	2,0	2.474	-	-	-	48.189	11,9	12.784	-
Total	640	7,8	792.919	-	2.474	-	140.792	-	68.013	18,9	12.784	-

Fonte: BANESE; BANDES.

5. DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES

5.1 Informações Condel / Programação

A execução da Programação Regional FNE 2019 guardou sintonia com a PNDR, com as políticas setoriais e macroeconômicas do Governo Federal, com o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) e com as prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudene, conforme abaixo:

- a) previsão de aplicação dos recursos do Fundo para os estados da área de financiamento do FNE, de modo a permitir a democratização do crédito para as atividades produtivas da Região, observando conforme a distribuição histórica das aplicações e a expectativa de demanda por crédito na Região, o mínimo de 4,5% dos recursos disponíveis para cada estado, exceto para o Estado do Espírito Santo;
- b) tratamento diferenciado e favorecido a beneficiários do FNE, no que diz respeito ao percentual de limite de financiamento, aos projetos de mini e pequenos produtores rurais e de micro e pequenas empresas, bem como aos empreendimentos que se localizem nos seguintes espaços prioritários da PNDR: região semiárida, municípios das tipologias definidas por essa política, exceto aqueles classificados como Alta Renda, e das RIDEs de Petrolina/Juazeiro e Timon/Teresina;
- c) vedação à aquisição de máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos que apresentem índices de nacionalização, em valor, inferior a 50% para beneficiários que apresentem faturamento bruto anual superior a R\$ 16 milhões;
- d) orientações quanto à apresentação dos programas de financiamento, do demonstrativo de estimativa de disponibilidade de recursos e das projeções de financiamentos, as quais foram observadas na elaboração da Programação Regional FNE 2019, bem como da reprogramação.

5.2 Atendimento às diretrizes e prioridades do Fundo

Além das diretrizes e orientações gerais do MDR, a programação de aplicação de recursos do FNE está sob a regência de diretrizes e prioridades específicas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo (Condel) da Sudene, visando à dinamização de espaços e setores mais deprimidos economicamente. Apresentam-se, nos tópicos a seguir, os valores de contratações programados e realizados, neste exercício de 2019, de acordo com essas diretrizes específicas.

5.2.1 Prioridades espaciais

Os espaços priorizados pelo Condel da Sudene compreendem: 1) os municípios classificados na PNDR como de baixa e média rendas e de baixo, independente do dinamismo econômico; 2) as Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE)⁷; 3) toda região do Semiárido; e 4) mínimo de contratações de 4,5% do total das contratações, por Unidade da Federação, no exercício.

Ao final do exercício de 2019, as contratações em projetos localizados nas microrregiões prioritárias da PNDR, somaram R\$23,7 bilhões⁸ o que representa 22,1% além dos valores programados para o exercício, nessa prioridade.

Nas Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE), os valores contratados nesse exercício de 2019 foram da ordem de R\$666,6 milhões, em 10.721 operações, o que corresponde a 177,7% dos valores programados para o mesmo exercício (Tabela 45).

Tabela 45 - FNE - Prioridades espaciais - Desempenho das metas - 2019

Diretriz Específica	Reprogramado (R\$ milhão) (a)	Realizado (R\$ milhão) (b)	Indicador (%) [(b/a)*100]
1) Sub-regiões definidas pela PNDR, exceto aquelas classificadas como Alta Renda	19.390,0	23.667,6	122,1
2) RIDEs de Petrolina/Juazeiro e Grande Teresina-Timon	240,0	666,6	177,7
3) Empreendimentos localizados no Semiárido	5.110,0	16.668,1	226,2
4) Democratização do crédito (mínimo de 4,5% por estado no exercício) (*)	-	-	-

Fonte: Elaboração BNB/Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste.

⁷Grande Teresina - Timon e o Polo de Juazeiro e Petrolina.

⁸ Valores de contratações incluem os financiamentos em Infraestrutura.

Para maior detalhamento, ver item 4 - Análise das Contratações - deste relatório.

A meta projetada por Unidade da Federação, exceto para o Estado do Espírito Santo, tem como parâmetros o percentual mínimo de 4,5% e máximo de 30% do valor total das contratações para o exercício.

Nesse exercício de 2019, os estados de Alagoas e Sergipe não apresentaram volume de recursos de contratações para atender ao parâmetro mínimo, e nenhuma das Unidades da Federação da área de atuação do FNE ultrapassou o parâmetro máximo (Tabela 46).

TABELA 46 - FNE - Contratações por estado
Programado x realizado Exercício - 2019

Estado	Programação		Contratação		Valores em R\$ mil (B / A) %
	Valor (A)	%	Valor (B)	%	
Alagoas	697.436	4,5	775.000	4,3	111,1
Bahia	3.797.373	24,3	4.356.734	23,9	114,7
Ceará	2.439.173	15,6	2.165.130	11,9	88,8
Espírito Santo	332.722	2,1	377.091	2,1	113,3
Maranhão	1.650.852	10,6	2.327.213	12,8	141,0
Minas Gerais	787.517	5,0	1.227.547	6,7	155,9
Paraíba	935.627	6,0	1.031.676	5,7	110,3
Pernambuco	2.036.595	13,0	2.120.995	11,6	104,1
Piauí	1.386.772	8,9	1.659.893	9,1	119,7
Rio Grande do Norte	863.237	5,5	1.424.543	7,8	165,0
Sergipe	716.696	4,6	779.853	4,3	108,8
Total	15.644.000	100,0	18.245.675	100,0	116,6

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Nota: Conforme aprovado pelo Condrel, não foi projetada distribuição para projetos de Infraestrutura por estado.

Em Alagoas, o nível de contratações na Indústria, na Agricultura e no Turismo contribuíram para o não alcance do parâmetro mínimo de contratações do Estado. Relativamente à Indústria, as contratações foram impactadas pelo fato de o Setor Industrial do Estado ser muito dependente da atividade sucroalcooleira que por estar deprimida, ocasiona redução de demanda por investimentos. O BNB intensificou a interlocução com a Federação das

Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR), para divulgação das linhas de crédito, mas ainda assim, a prospecção de negócios não foi suficiente para alcançar a meta.

Na Agricultura, fatores externos como a migração de produtores rurais da cana-de-açúcar para a pecuária de corte, a estiagem que inibiu a demanda dos custeios agrícolas e a dificuldade dos produtores em obterem o CAR (Cadastro Ambiental Rural), restringiu a apresentação das propostas de crédito no primeiro bimestre de 2019, apesar de ações, implantadas pelo BNB, para estimular as contratações na agricultura, tais como divulgação das linhas de financiamento nos fóruns, eventos e exposições agropecuários, capacitação dos projetistas, acompanhamento dos pleitos junto às agências e centrais, reuniões com os gerentes de negócios da carteira rural para avaliação de resultados e redirecionamento estratégico.

Relativamente ao Turismo, apesar da divulgação dos atrativos das linhas de crédito, por meio da Superintendência Estadual de Alagoas, junto ao trade e às instituições como ABIH, SEDETUR e SEBRAE, a carência de infraestrutura no Estado de Alagoas tem inibido a demanda por financiamento no Setor.

Em Sergipe, em síntese, o nível de contratações na Indústria e no Turismo impactaram o não alcance do parâmetro mínimo de contratações por estado. No Turismo sergipano, assim como em Alagoas, a carência de infraestrutura inibiu a demanda de investimentos no Setor, e na indústria, a crise econômica ainda deixou os empresários avessos ao risco de assumir investimentos.

As prioridades do Condrel relacionadas à agricultura familiar e às micro e pequenas empresas urbanas, inclusive empreendedores individuais, com realce para as áreas interioranas, também são tratadas pelo BNB no âmbito de sua missão de atuar como o Banco de Desenvolvimento da Região.

No meio rural, os financiamentos à agricultura familiar foram realizados em todos os estados da área de atuação do FNE, representam 16,9% dos recursos da Programação Padrão e 95,5% da meta projetada, para o exercício de 2019.

Esses financiamentos foram contratados por mini produtores, em 99,9% dos casos. Predominaram os financiamentos à fruticultura, notadamente, abacaxi, acerola, ata, uva, banana, cacau, caju, coco, cana-de-açúcar, goiaba, manga, maracujá, melancia e cítricos (laranja e limão); à produção de hortaliças, legumes e tubérculos, tais como: alface, tomate, cebola, coentro, cebolinha e salsa; cenoura e batata doce; e grãos como feijão e milho. Na pecuária predominaram os financiamentos à apicultura, à avicultura, à ovinocaprinocultura e à bovinocultura.

Foi financiado, também, o beneficiamento da mandioca para fabricação de farinha, da castanha de caju e da cana-de-açúcar para produção de rapadura. Atividades não agrícolas desenvolvidas no espaço rural, como forma de proteção da renda do produtor nos períodos mais severos de estiagem, como o artesanato, também foram financiadas em todos os estados da área de atuação do FNE.

No meio urbano, as micro e pequenas empresas e os empreendedores individuais têm prioridade, na perspectiva de financiamentos para incentivar a adoção de tecnologias, aprimoramento de processos e desenvolvimento de produtos que gerem inovação, melhoria da produtividade e da competitividade, como por exemplo:

- financiamento de consultoria e capacitação voltada para melhoria da gestão, competitividade, produtividade e inovação;
- promoção do Programa FNE Inovação para MPE;
- acordos firmados com o SEBRAE Nacional e Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC);
- criação do Prêmio MPE de Competitividade e Inovação;
- atuação no âmbito do programa AGRONORDESTE com objetivo de apoiar as cadeias produtivas das quais fazem parte as micro e pequenas empresas.

Destaque-se que o Programa de Crédito FNE Inovação contempla não apenas as iniciativas comprovadamente inovadoras de Pesquisa e Desenvolvimento e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), mas também as demais etapas

que envolvem as ações de inovação, em processos, produtos, gestão, certificações e registros de patentes.

Para melhor atender os clientes do FNE MPE, o Banco criou os Simuladores de Financiamento, que proporcionam ao cliente a projeção de valores de crédito e de reembolsos e que agregam informações que ajudam o cliente na tomada de decisão sobre a adoção de financiamentos de longo e de curto prazos, onde se destacam os simuladores: Simulador FNE Giro; Simulador FNE Sol; Simulador FNE Investimento - Urbano e Simulador FNE Inovação.

Outra inovação implementada pelo BNB e consolidada em 2019, foi o Cartão BNB, criado para facilitar a aquisição de bens novos (máquinas, veículos, móveis e equipamentos), além de insumos e mercadorias, financiados com recursos do FNE que proporciona crédito rotativo e pré-aprovado.

Destaca-se ainda o FNE GIRO COM RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA que propicia maior comodidade aos empresários de MPE, no acesso a linhas de curto prazo com a melhor taxa de juros, além da renovação automática, caso o cliente pague em dia, com a finalidade de adquirir matéria-prima, insumos e estoque ou suprir as necessidades imediatas de caixa.

O Banco mantém parceria com a Associação Brasileira de Franchising - ABF e com grandes marcas que atuam no mercado nacional, oferecendo condições diferenciadas para seus franqueados por meio de acordos de cooperação, visando ao financiamento da instalação, expansão, reforma, modernização da empresa e aquisição de máquinas, equipamentos e veículos.

Em sua quinta edição, o Prêmio Banco do Nordeste da Micro e Pequena Empresa se firmou no calendário de eventos dos Estados nordestinos. O certame ocorre anualmente, contemplando, em cada Estado, clientes dos setores da indústria, comércio e serviço, que se destacaram em suas atividades econômicas pelo crescimento, inovação e aumento da produtividade em uma profícua parceria com nossa Instituição.

Algumas ações foram destaque em 2019, como a Semana do Brasil, em parceria com a Secretaria de Comunicação da Presidência da República, o evento

promocional ocorreu de 6 a 15 de setembro e teve boa receptividade, refletindo a confiança dos empresários e contou com o apoio do Sistema CNDL. A Semana Nacional do Crédito ocorreu em outubro e foi coordenada pela Subsecretaria de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, Empreendedorismo e Artesanato (Sempe), do Ministério da Economia, e promovida por instituições parceiras do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. O Banco participou de 51 eventos com orientações aos empresários e empreendedores sobre finanças, renegociação de dívidas e sobre o que se refere à tomada de financiamento, divulgando as melhores ofertas e linhas de crédito disponíveis no mercado para os pequenos negócios.

Em 2019, o valor contratado no Programa FNE MPE foi de R\$3.273,2 milhões, em 30.395 contratações, predominantemente no comércio varejista de alimentos, vestuário e materiais de construção, ultrapassando a meta programada em 6,5%. No Programa FNE EI, foram contratadas operações em torno de R\$10,3 milhões, para financiamento, principalmente, de empreendimentos de higiene e estética, tais como sauna, clínicas de emagrecimento, salões de cabeleireiro, serviços de taxi, lanchonetes e restaurantes, e, ainda, o comércio de cosméticos e produtos de perfumaria, para citar as atividades mais destacadas em volume de recursos.

Para prospecção de negócios no intuito de financiar projetos duradouros e geradores de emprego e renda, o Banco do Nordeste desenvolve diferentes estratégias de mobilização e de estímulo aos empreendedores. Ressaltem-se, nessa perspectiva, a ação dos Gerentes de Desenvolvimento Territorial e os eventos denominados FNE Itinerante. Além disso, o BNB apoia políticas públicas que contribuem para promoção do fortalecimento das economias locais, evitando a concentração de recursos em projetos ou espaços de sua área de atuação.

5.2.2 Prioridades setoriais

A meta projetada para contratações em Arranjos Produtivos Locais (APL), em 2019, foi estabelecida em R\$204,0 milhões. Os financiamentos nesses espaços priorizados pelo Condell somaram R\$1,9 bilhão, em empreendimentos

localizados em todos os estados da área de atuação do FNE, relativos às atividades de pecuária bovina e caprina de leite, de ovinocaprinocultura e apicultura no sertão, e de apicultura no litoral e lagoas, de piscicultura no Delta do São Francisco, de mandioca no agreste, e de tecnologia da informação em Maceió.

5.2.2.1 Expansão, diversificação e modernização da base econômica regional

Infraestrutura

A meta projetada para os financiamentos em infraestrutura foi de R\$12,0 bilhões e as contratações somaram R\$11,2 bilhões, alcançando-se 93,3% da meta. Dos valores contratados em infraestrutura, em 2019, 92,9% foram destinados a projetos desenvolvidos nos municípios prioritários da PNDR, de baixa e média renda, e de alto, baixo e médio dinamismo. Esse resultado apresenta a preocupação do Banco do Nordeste com as regiões prioritárias da PNDR, utilizando o Fundo Constitucional como instrumento de financiamento da infraestrutura necessária para apoiar o desenvolvimento regional.

O item 9 - Programação Específica, detalha as contratações do setor.

Agricultura de sequeiro e agropecuária irrigada

Para a agricultura foram programados R\$3.732,0 milhões. A meta para esse setor foi ultrapassada em 0,8%.

Na agricultura de sequeiro foram programadas contratações no montante de R\$2.330,5 milhões. Nesse exercício de 2019, foram financiados R\$3.092,2 milhões, ultrapassando-se a meta em 32,7%.

As principais atividades agrícolas financiadas nos municípios prioritários, ou seja, aqueles de média e baixa renda e de baixo, médio e alto dinamismo, em investimentos rurais, em custeio agrícola e, ainda, na comercialização, foram as culturas de grãos, tais como soja, milho, algodão, feijão e café; e ainda, a cana-de-açúcar, o inhame e a mandioca, e as culturas de banana, laranja, maracujá, em todos os estados da área de atuação do FNE.

Agroindústria

Para o Setor da Agroindústria, foram programadas contratações no montante de R\$763,0 milhões e a meta não foi alcançada, neste exercício de 2019, atingindo 57,5%. Nos municípios prioritários da PNDR, foram contratados 83,3% dos recursos, notadamente em usinas de açúcar e álcool e fabricação de sucos, de ração animal e de produtos derivados do leite.

Indústria

Os financiamentos direcionados ao Setor Industrial, nesse exercício de 2019, ultrapassaram a meta em 10,1%. Foram contratadas operações em todos os estados da área de atuação do FNE, e 84,7% dos recursos totais contratados no setor destinaram-se a empreendimentos localizados nos municípios prioritários pela PNDR.

As atividades mais financiadas foram a indústria de produtos alimentares e bebidas, notadamente o beneficiamento do café e a produção de café solúvel; a têxtil, a de produtos farmacêuticos e veterinários, a de produtos de minerais não metálicos, a eletroeletrônica para produção de geradores de baterias e acumuladores para veículos, a de embalagens, a de vestuários e a automotiva, em atendimento às diretrizes específicas do Condell.

Dos valores totais financiados na indústria, 47,3% foram para investimento fixo e capital de giro, para ampliação e manutenção das plantas industriais.

Pecuária

Para a Pecuária, foram programados R\$3.271,0 milhões e as contratações, em 2019, atingiram R\$3.807,2, ultrapassando a meta em 16,4%.

Para as atividades prioritárias de aquicultura e pesca, avicultura, bovinocultura de corte e de leite, incluindo recria e engorda em regimes extensivo e semi-intensivo, e da ovinocaprino cultura, foram contratados R\$3.212,3 milhões, ultrapassando a programação em 25,6%. A avicultura, tanto para corte como para postura, apresenta importante potencial produtivo na Região devido,

principalmente, a condições ambientais, como a baixa amplitude térmica e a temperatura muito próxima à ideal recomendada durante as primeiras semanas das aves.

Além dessas prioridades, o BNB financiou, significativamente, no âmbito do FNE, a apicultura, em direção à estruturação da cadeia produtiva do mel e, ainda, a suinocultura.

Atividades portadoras de futuro

O Banco atento àquelas atividades que têm maior potencial de alavancar o desenvolvimento regional, as denominadas atividades portadoras de futuro, geralmente baseadas em inovação tecnológica e mudanças de paradigmas de mercado, e em atendimento à prioridade Condel, programou para esse exercício de 2019, R\$52,5 milhões. A meta foi ultrapassada em 235,2%, atingindo-se R\$176,0 milhões, em contratações, notadamente na indústria eletroeletrônica.

Turismo

A programação para o Setor de Turismo foi de R\$725,0 milhões e as contratações somaram R\$573,0 milhões, atingindo-se 79,0% da meta. As atividades mais financiadas foram meios de hospedagem, restaurantes e similares e agências de viagens.

Esse Setor tem forte apelo no Nordeste e a cadeia do turismo requer investimentos também em infraestrutura urbana, além de formação mais específica dos profissionais da área, em atendimento, idiomas e tecnologia de comunicação e informação, uma vez que as atividades desse Setor são fortemente baseadas na prestação de serviços.

Multissetorial

As contratações que perpassam mais de um setor da economia, as multissetoriais, focalizaram, nesse exercício de 2019, o financiamento de

produção de energia renovável, projetando uma meta de R\$13,6 milhões para o mesmo exercício.

Foram contratados em geração de energia de origens solar e eólica, 58,1% dos valores projetados, em especial nos municípios prioritários da PNDR, nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte.

5.2.2.2 Apoio aos setores exportadores regionais

No exercício de 2019, foram financiados projetos para exportação, nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, no montante de R\$ 221,4 milhões, o que corresponde a 150,6% da meta para o exercício.

Em síntese, os resultados alcançados demonstram o esforço operacional do BNB para financiar projetos duradouros e com potencial de geração de emprego e renda, atendendo às diretrizes e prioridades do Condol Sudene. Diferentes estratégias e instrumentos foram criados e implementados para estimular as contratações e apoiar o desenvolvimento social e econômico nas economias mais deprimidas.

6. GESTÃO DO FUNDO PELO BANCO OPERADOR

6.1 Formação de Alianças Institucionais

Distintas ações de articulação institucional foram desenvolvidas ao longo do ano de 2019, onde se registra a atuação sistemática das Agências, Superintendências Estaduais e Direção Geral do BNB, na divulgação do FNE e efetivação de negócios, em articulação com governos estaduais, municipais e demais atores locais, destacando-se as ações apresentadas na Tabela 47.

TABELA 47 - Alianças Institucionais vigentes em 2019

Instituição	Abrangência	Objetivo
Ministério da Integração	Área de abrangência do FNE	Integrar o Programa Rotas da Integração com o Programa de Desenvolvimento Territorial e identificar viabilidade de financiamento de projetos estratégicos de organização social nos polos trabalhados; e estruturação dos APLs associados à apicultura e meliponicultura, visando à estruturação da Rota do Mel, bem como à realização de seminário sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional-PNDR e o FNE junto às cadeias produtivas estratégicas, para divulgação da política de desenvolvimento territorial brasileira.
Ministério da Cidadania	Área de atuação do FNE	Implementar ações conjuntas que assegurem a realização de estudos e pesquisas na área de educação, cidadania financeira e microcrédito, bem como a elaboração de desenho e a implementação ações de inclusão financeira, ações essas que são de interesse mútuo, visando aumentar o conhecimento das políticas nacionais de fortalecimento da cidadania e atuar para ampliar a inclusão produtiva e a participação de seu público prioritário no sistema bancário, no âmbito de sua política de inclusão social e produtiva, e, possibilitar meios para incluir esse público no sistema financeiro.
Plano AgroNordeste do Governo Federal	Área de atuação do FNE	Promover o desenvolvimento e a melhoria de competitividade de cadeias agropecuárias, através de ações executivas em conjunto com parceiros do Plano.
Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR	Piauí	Atuar junto ao Projeto Viva o Semiárido com recursos oriundos de convênio firmado entre o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA e o Estado do Piauí, para atendimento às organizações dos agricultores familiares participantes do Projeto.

Secretaria de Agricultura Familiar - Saf	Piauí	Disciplinar a atuação do BANCO na condição de instituição financeira responsável pela abertura e manutenção de contas correntes bloqueadas (vinculadas) e de livre movimentação financeira, relativas ao PROGERE II com recursos oriundos de convênio firmado entre o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e o Estado do Piauí, mediante autorização expressa da SAF, visando ao pagamento às organizações dos agricultores familiares participantes do PROGERE II.
Emater	Norte de Minas Gerais	Aplicar a metodologia do microcrédito rural orientado para grupos do PRONAF, exceto A e A/C.
Secretaria de Assuntos Fundiários e de Apoio à Reforma Agrária - SEARA	Rio Grande do Norte	Incrementar as contratações no âmbito do PRONAF A, para os agricultores familiares, priorizando as atividades agropecuárias inseridas nos programas básicos da EMATER, com emprego de tecnologia apropriada, capacitação e assistência técnica e extensão rural - ATER, visando à sustentabilidade social, ambiental e econômica das unidades familiares atendidas.
Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR	Bahia	Disciplinar a atuação do BANCO na condição de instituição financeira relativa às operações dos convênios celebrados no âmbito da CAR, dentro dos seguintes Programas: Bahia Produtiva, Pró-Semiárido, Mata Branca, Quilombolas, Água Para Todos, Vida Melhor e Desenvolvimento Rural Sustentável - Bahia Mais Forte.
Cooperativa de Transporte Coletivo de Passageiros	Pernambuco	Promover a divulgação e a concessão de linhas de crédito do FNE para investimento e capital de giro, FNE SOL, Cartão BNB, às sociedades empresárias associadas.
Sindcfcs - Sindicato de formação dos condutores de veículos	Ceará	Promover a divulgação e a concessão de linhas de crédito do FNE para investimento e capital de giro, FNE SOL, Cartão BNB, às sociedades empresárias associadas.
Sinpet - Sindicato das Empresas Prestadoras de Serviço e Comércio no ramo de PET		
Sinditaxi - Sindicato dos taxistas e condutores autônomos rodoviários		
Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde e Laboratórios - SINDHOSPE	Pernambuco	Promover a divulgação e a concessão de produtos de crédito para investimentos fixos, semi-fixos e capital de giro aos hospitais, as clínicas, as casas de saúde e os laboratórios de pesquisas e análises clínicas filiados ao SINDHOSPE.
Conselho Regional de Corretores de Imóveis	Ceará	Estabelecer um programa de cooperação técnica, visando a oferecer produtos de crédito, (investimento, capital de giro,

		FNE Sol - PF e outros) às pessoas físicas e jurídicas inscritas no CRECI 15ª Região.
Entidades de profissionais liberais - OAB/CE, CRC/CE, SESCOAP/CE, SINDCONT/CE e a ACONTE/CE,	Ceará	Promover a divulgação e a concessão de linhas de crédito do FNE para investimento e capital de giro, aos associados.
CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo	Área de abrangência do FNE	Divulgar produtos de crédito, investimento, capital de giro, Cartão BNB; Realizar Pesquisas, Consultorias, Cursos e Treinamentos, Aperfeiçoamentos, Especializações, Seminários, Palestras e outros eventos de interesse conjunto, fortalecendo a capacitação das empresas por parte do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC e a promoção da cultura regional e das artes, através do Serviço Social do Comércio - SESC.
Federação da Agricultura e Pecuária	Alagoas	Expandir e aprimorar o atendimento aos produtores rurais por meio de acesso ao crédito, à Assistência Técnica e Gerencial (ATeG), promovida pelo SENAR/AR/AR/AL e ao acompanhamento de seus empreendimentos.
Federação das Associações de Micro e Empresas de Pequeno Porte - Fecempe	Ceará	Promover a divulgação e concessão de crédito para investimento, capital de giro, Cartão BNB, além da realização de Consultorias, Cursos e Treinamentos, Aperfeiçoamentos, Especializações, Seminários, Palestras e outros eventos de interesse conjunto, fortalecendo a capacitação das empresas beneficiárias.
Federação das Microempresas do Estado de Pernambuco	Pernambuco	Promover o fortalecimento da capacidade empresarial e da competitividade das micro e pequenas empresas (MPE), por meio de instrumentos de capacitação técnica e gerencial e de ações direcionadas à facilitação e ampliação do acesso ao crédito e aos serviços financeiros, e outras atividades correlatas entre os partícipes.
Sebrae Nacional	Área de atuação do FNE	Promover o fortalecimento da capacidade empresarial e da competitividade dos pequenos produtores rurais, dos microempreendedores individuais (MEI) e das micro e pequenas empresas (MPE), por meio de instrumentos de capacitação técnica e gerencial e de ações direcionadas à facilitação e ampliação do acesso ao crédito e aos serviços financeiros, e outras atividades correlatas entre os partícipes.
Sebrae	Rio Grande do Norte; Alagoas	
Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores	Área de abrangência do FNE	Estabelecer, entre os partícipes acordantes, ações que viabilizem a divulgação das condições e vantagens da linha de crédito rotativo e pré-aprovado

		denominada FNE GIRO DIGITAL, junto às sociedades empresariais associadas.
Jotujé Distribuidora Empório Cearense J A Distribuidores DGM - Distribuidora de Grandes Marcas Cabral & Souza Distribuidora de Produtos Alimentícios São Roque Distribuidora Rio Grandense	Área de atuação do FNE	Promover a divulgação e a concessão de créditos rotativo e pré-aprovado às sociedades empresariais indicadas para o financiamento da compra parcelada de matérias-primas, insumos ou mercadorias, ou formação de estoque, favorecendo a elevação de vendas das empresas fornecedoras.
Associação Brasileira de Franchising - ABF	Área de atuação do FNE	Estabelecer, entre os partícipes, ações cooperadas e coordenadas que viabilizem a concessão de créditos às empresas franqueadoras e franqueadas associadas à ABF, possibilitando elevar os níveis de qualidade, eficiência e rentabilidade do trabalho por elas desenvolvido, mediante a realização de operações de financiamento e empréstimos para investimentos, aquisição isolada de matérias-primas, insumos e mercadorias, além de isolada de máquinas, veículos e equipamentos.
CFK Comércio de Alimentos Ltda.	Área de abrangência do FNE	Promover a divulgação e a concessão de crédito para investimentos com recursos do FNE aos franqueados da marca BOB's.
Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos - Abimaq	Área de abrangência do FNE	Estabelecer a conjugação de esforços entre o BANCO DO NORDESTE e a ABIMAQ, visando à disponibilização de linhas de crédito às sociedades empresárias associadas da ABIMAQ, aos seus sócios, empregados e clientes.
Valmont Irrigação John Deere Brasil Ltda	Área de atuação do FNE	Visa estabelecer, entre as partes acordantes, ações que objetivem a modernização do Setor Rural.
Instituições de Ensino Superior para implementação do FNE FIES	Área de atuação do FNE	Estabelecer ações no âmbito do FNE FIES que objetivem o financiamento estudantil para cursos superiores, de acordo com regulamentação.
AJE - Associação de Jovens Empresários	Fortaleza	Promover a divulgação e a concessão de crédito (investimento e capital de giro), às associadas de micro e pequeno portes.
Associação Comercial	Paraíba	Divulgar linhas de financiamentos para formação de estoque e matérias-primas com recursos do FNE junto aos associados
Câmara de Dirigentes Lojistas	Fortaleza (CE) João Câmara (RN) João Pessoa (PB)	Divulgar linhas de financiamentos para formação de estoque e matérias-primas com recursos do FNE junto aos associados.
Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas	Sergipe Pernambuco	

Fonte: BNB - Sistema 258.

Nota: Constam as alianças institucionais por iniciativa e responsabilidade das Superintendências Estaduais e também da Direção Geral.

6.2 Ações realizadas com a finalidade de estimular o atendimento em espaços geográficos prioritários e segmentos de pequeno porte, bem como estímulo a novos clientes

Diversas foram as ações empreendidas em 2019 para estimular o financiamento do setor produtivo na área de abrangência do FNE, onde se destacam:

6.2.1 Ações para estimular o atendimento no Semiárido

Ações sistemáticas têm sido desenvolvidas para elevar a participação do FNE no Semiárido brasileiro. Marcado por secas sistemáticas (caracterizadas por ausência, escassez, alta variabilidade espacial e temporal das chuvas), o Semiárido requer esforço particular para o desenvolvimento de atividades produtivas, principalmente as agropecuárias.

Por isso, além de buscar a integração de suas ações com as iniciativas governamentais, do setor produtivo e da sociedade em geral, o BNB realiza esforços adicionais com o objetivo de estimular ações e projetos voltados para a superação dos obstáculos ao desenvolvimento ainda presentes no Semiárido. Neste contexto, projetos que pretendam se desenvolver nesse subespaço recebem atendimento prioritário do FNE, inclusive com limites de financiamento e prazos para pagamento superiores aos daqueles propostos para outras áreas nordestinas de abrangência do Fundo⁹.

O FNE Itinerante é um dos instrumentos utilizados pelo BNB para levar o crédito ao Semiárido. Seu objetivo é promover e divulgar, de maneira prática e objetiva, as possibilidades de financiamento com recursos do FNE às micro e pequenas empresas (MPEs) e aos microempreendedores individuais (MEIs), especialmente no Setor de Comércio e Serviços. Os municípios prioritários são aqueles que atendem a certos critérios coadunados às prioridades espaciais da

⁹Cabe ressaltar que desde a aprovação da Lei nº 12.793/2013, os encargos financeiros, o bônus de adimplência do FNE e dos demais fundos constitucionais de financiamento passaram a ser estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Com essa prerrogativa, em 2013 (30/12/2013), a Resolução CMN nº 4.297 definiu um bônus de adimplência de 15% sobre a taxa de juros vigente, independentemente da localização do empreendimento financiado. Portanto, nesse particular, todos os empreendimentos podem ser beneficiados, mesmo que localizados fora do Semiárido.

Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), notadamente em relação ao Semiárido.

Realizado desde 2010, o FNE Itinerante tem contado com a parceria do Ministério do Desenvolvimento Regional e da Sudene. Configuram-se, prioritariamente, como encontros de informação e atendimento negocial em municípios que não possuem agências do BNB, caracterizados por serem economias menos dinâmicas e, portanto, com pouco registro de operações contratadas com recursos do FNE, e que estejam localizadas em espaços considerados preferenciais, segundo preceitos emanados pela PNDR, em especial o Semiárido.

A avaliação positiva dos eventos tem motivado sua continuidade e ampliação para outros municípios ano a ano, conforme apresentado na Tabela 48. Desde sua criação, o instrumento já permitiu a realização de 1074 eventos.

TABELA 48 - FNE Itinerante - 2010 - 2019

Eventos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
No Semiárido	9	41	57	84	59	107	144	111	37	90	739
Fora do Semiárido	2	24	11	16	41	82	70	46	23	20	335
Total	11	65	68	100	100	189	214	157	60	110	1074

Fonte: BNB - Ambiente de Políticas de Desenvolvimento.

Em 2019, o FNE Itinerante ocorreu em conjunto com os eventos do Programa de Desenvolvimento Territorial do Banco do Nordeste (PRODETER), de tal forma que a seleção dos municípios elegíveis para receberem os eventos respeitou os preceitos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), e os critérios definidos no Programa PRODETER, cuja abordagem territorial está delineada nas seguintes premissas:

- i) Municípios preferencialmente localizados no Semiárido e pertencentes às tipologias consideradas prioritárias pela PNDR (baixa e média renda, em qualquer dinamismo);
- ii) Municípios que tenham atividades econômicas priorizadas, algumas delas, inclusive vinculadas ao Programa Rotas da Integração do

Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), fato que reforça a “*integração de políticas públicas*” entendida como direcionamento necessário à ação desenvolvimentista pelo Tribunal de Contas da União, por meio de seu Acórdão nº 1271;

- iii) Contribuição para atingimento das metas de aplicação dos recursos FNE 2019 em atividades e espaços priorizados, no que se refere às projeções para financiamento em “Arranjos Produtivos Seleccionados”, conforme contemplados na Tabela 06 da Programação FNE 2019;
- iv) Público-alvo focado em empreendedores com faturamento anual abaixo de R\$ 16,0 milhões, beneficiários considerados prioritários para aplicação dos recursos do FNE.

Os eventos do FNE Itinerante são voltados para divulgação das linhas de acesso ao crédito com o uso da fonte FNE. Em tais eventos, realiza-se atendimento presencial pelos Gerentes de Desenvolvimento Territorial e pelas equipes negociais das agências próximas. Na ocasião, acontece cadastramento bancário e agendamento de visitas gerenciais, além de ações de fortalecimento da cooperação com parceiros públicos e privados locais.

Enfim, na qualidade de Instituição de Desenvolvimento Regional, ações e instrumentos diversos têm sido utilizados pelo BNB visando criar as condições ideais para o financiamento do setor produtivo em sua área de atuação. O esforço particular em relação ao Semiárido se deve ao fato de ser esse o território menos desenvolvido e, por conseguinte, o que sofre da maior carência em infraestrutura de produção e fontes de financiamento.

6.2.2 Ações para estimular o atendimento em áreas prioritárias da PNDR

Além da preocupação com as aplicações dos recursos do FNE no Semiárido, condições diferenciadas e ações têm sido implementadas para estimular o financiamento em áreas prioritárias da PNDR, por meio do atendimento, principalmente, aos beneficiários de menor porte e a captação de novos clientes. Dentre as condições diferenciadas e ações, merecem destaque:

- i) Limites de financiamento diferenciados para operações de investimento: maiores percentuais para as áreas de menor renda e de menor dinamismo; e limites especiais para o financiamento de empreendimentos localizados no Semiárido e nas Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs);
- ii) Limites de financiamento diferenciados para operações de capital de giro isolado, inclusive para empresas exportadoras e maior limite para financiamentos localizados em municípios do Semiárido, de Baixa Renda e de RIDEs;
- iii) Destinação de dotação de recursos específicos na Programação anual para serem aplicados no Semiárido, nos municípios classificados nas tipologias prioritárias da PNDR e nas RIDEs;
- iv) Municípios de tipologias consideradas prioritárias pela PNDR (Baixa Renda, Estagnada e Dinâmica) contemplados em 95% dos eventos do FNE Itinerante;
- v) Monitoramento da evolução das aplicações do FNE no âmbito dos espaços prioritários da PNDR (Semiárido, municípios de tipologias consideradas prioritárias e RIDEs), a partir de acompanhamentos semanais, mensais e trimestrais, com vistas a subsidiar as decisões negociais em âmbito estratégico e operacional visando ao cumprimento das metas estabelecidas^[1];
- vi) Monitoramento da cobertura das aplicações do FNE no âmbito de todos os municípios da área de atuação do Banco, tanto com operações dos Programas FNE para os agricultores familiares (Pronaf) quanto operações dos outros Programas do FNE (Empresarial), por meio de relatórios semanais/quinzenais/mensais/trimestrais;
- vii) Ações de mobilização e negociais em municípios considerados de Baixa Renda, de Renda Estagnada e Dinâmica, para prospecção e

^[1]Esse processo tem gerado um relacionamento sistemático e periódico entre a Direção Geral, por meio da Superintendência de Políticas de Desenvolvimento e as unidades de negócios das Superintendências Estaduais e Agências, na qual são analisados a evolução das aplicações, o cenário conjuntural e as dificuldades para o alcance das metas propostas.

contratação pelas agências, com supervisão das Superintendências Estaduais.

6.2.3. Ações para estimular o atendimento no âmbito do Prodeter

O Programa de Desenvolvimento Territorial - PRODETER, um dos instrumentos por meio do qual se materializa a Política de Desenvolvimento Territorial do BNB, no ano de 2019, consolidou importantes resultados em termos de ganhos de competitividade das atividades econômicas objeto de estruturação.

Até o fim do ano de 2019, o Programa possuía 132 Territórios/Projetos em andamento, divididos em três fases. A primeira fase composta por 21 projetos e a segunda por 50, ambas atualmente estão com seus Planos de Ação Territorial (PAT) em execução e monitoração. A terceira fase, possui 61 projetos de desenvolvimento, que tiveram seus planos lançados no final de 2019, com início de execução prevista para 2020.

Os Planos de Ação implementados nos primeiros 21 (vinte e um) territórios abrangidos pelo Prodeter, bem como os 50 novos projetos da primeira expansão, para esse ano de 2019, continuaram evidenciando resultados expressivos em termos de estruturação de cadeias produtivas das atividades econômicas priorizadas, com avanços positivos na solução dos seus gargalos, minimizando os riscos de inadimplência dos financiamentos concedidos.

Do ponto de vista de concessão de crédito, no ano de 2019 foi realizado um montante aproximado de R\$ 331,4 milhões em financiamento nas atividades econômicas priorizadas no Prodeter, nos 21 territórios da 1ª fase. Considerando o período desde 2016, ano em que o Programa foi implantado, o valor financiado ultrapassou R\$ 1,0 bilhão até dezembro de 2019.

6.2.4. Ações para estimular o atendimento por meio dos escritórios do Rio de Janeiro e São Paulo

Em 2019, foram realizadas ações de promoção e atração de investimentos pelos Escritórios do Rio de Janeiro e São Paulo, com o objetivo de prospectar novos

negócios e clientes para investimentos na Região Nordeste. Dessas ações resultaram contratações na ordem de aproximadamente R\$ 9,6 bilhões (Anexos 1 e 2), em empreendimentos voltados para a geração e transmissão de energia, implantação e ampliação de indústrias e equipamentos turísticos.

6.2.5. Ações para estimular o atendimento por meio da Central de Relacionamento do Banco do Nordeste

A Tabela 49 contém o detalhamento dos atendimentos prestados pelo Centro de Relacionamento com o Cliente e de Informação ao Cidadão (CRCIC) junto aos clientes e usuários relacionados aos recursos do FNE em 2019. Os números referem-se aos Atendimentos Receptivos e Ativos registrados nos canais (telefônico, e-mail, mídias sociais) e as principais ações realizadas com uso desses canais.

TABELA 49 - FNE - Atendimentos prestados pelo CRCIC - 2019

Tipo de Atendimento	Contatos Realizados
A - ATENDIMENTO RECEPTIVO - Demandas atendidas Telefone e Multimeios	66.443
1. TELEFONE (SAC/CAC)	53.068
2. MULTIMEIOS	13.375
2.1 Email	5.751
2.2 RECLAME AQUI	31
2.3 CONSUMIDOR.GOV	88
2.2 Facebook	6.532
2.3 Instagram	972
2.4 Twitter	1
B. ATENDIMENTO ATIVO - Contatos realizados por telefone e SMS	1.626.252
3. Telefone	275.647
3.1 Aviso de Reembolso - Contatos Via FONE	59.935
3.2 Recuperação de Crédito - Contatos Via FONE	211.026
3.3 Campanha FNE Sol Pessoa Física/Escritório Digital - Prospecção de Financiamentos	339
3.4 Campanha PFIES - Atualização dos dados dos Avalistas	1.668
3.5 Prospecção de Negócios FNE Giro	1.028
3.6 Campanha Lei 13.340/2016	1.651
4. SMS	1.350.605
4.1 SMS Aviso de Reembolso	382.045
4.2 SMS Recuperação de Crédito - Cobrança	190.071
4.3 SMS Aviso de Reembolso - Campanha Agroamigo	536.870
4.4 SMS Aviso de Reembolso - Campanha Agroamigo - CAR	5.720
4.5 SMS Campanha - Aviso Reembolso PFIES	6.416
4.6 SMS Campanha - Proposta pre-analisada PFIES	36.718
4.7 SMS Campanha - Semana do Consumidor	44.543
4.8 SMS Campanha - FNE SOL Pessoa jurídica	2.980

Tipo de Atendimento	Contatos Realizados
4.9 SMS Campanha - FNE SOL Pessoa Física	99.000
4.10 SMS Campanha - PFIES Disponibilização da página Web	700
4.11 SMS Campanha - Estudantes pré-selecionados	3.357
4.12 SMS Campanha - PFIES Alunos não aprovados	32
4.13 SMS Campanha - PFIES Aditamento	383
4.14 SMS Campanha - Dia da MPE	24.277
4.15 SMS Campanha - Lei 13.340/16	17.483
4.16 SMS Campanha - PFIES	10
TOTAL	1.692.695

Fonte: Relatórios gerenciais 2019 e Sistema Clarify.

O Atendimento Receptivo (66.443) abrange o recebimento de demandas de clientes e usuários sobre os recursos do FNE, seja para informações em sua maioria, ou reclamações.

O Atendimento Ativo (1.626.252) abrange ações relacionadas aos contatos envolvendo cobranças de parcelas vencidas e a vencer (Recuperação de Crédito, Aviso de reembolso, respectivamente); pesquisas de satisfação; e campanhas institucionais junto aos clientes e para prospecção de novos clientes.

6.2.6. Ações para estimular o atendimento junto às carteiras de segmentos de clientes

a) Em relação ao segmento Corporate:

- realização do X Encontro de Trabalho com os Gerentes de Negócios Corporate para alinhamento das estratégias empresariais e definição das ações necessárias para consecução das metas corporativas;
- incentivo ao compartilhamento das boas práticas adotadas pelos Gerentes de Negócios Corporate;
- participação em eventos direcionados à geração, transmissão e distribuição de energia;
- realização de audioconferências com clientes e rede de agências, para tratar sobre as condições de financiamento do pleito;

- realização de visitas a clientes estratégicos para realização de negócios com o Setor de Infraestrutura;
- acompanhamento do resultado dos leilões do Setor de Infraestrutura, realizados em 2019, objetivando a prospecção de clientes e negócios;
- reunião com outras instituições financeiras (prestadores de assessoria financeira em projetos de infraestrutura) para fomentar negócios no Setor de Infraestrutura;
- reuniões sistemáticas com representantes do Governo, setores econômicos e instituições representativas de classe, identificando as condições de mercado e demandas atuais e potenciais de crédito, bem como as ações de entidades parceiras que complementem o crédito.

b) Em relação aos segmentos empresariais e Governo:

- Realização de treinamento para os Gerentes de Negócios das carteiras empresariais, com duração de 40 h/a, com instrutor externo para as disciplinas de tópicos avançados de relacionamento comercial, empreendedorismo e jornada do cliente, além de palestras internas sobre risco de crédito, gerenciamento e alinhamento institucional, com 3 turmas realizadas em 18 a 22/02/2019, 11 a 15/03/2019 e 01 a 05/04/2019, com um total de 107 participantes.

c) Em relação aos segmentos de micro e pequena empresas:

- realização de 11 encontros de trabalho com gerentes de negócios MPE ao longo do ano junto às superintendências estaduais;
- realização de cinco turmas do curso presencial “Gerenciamento de Carteiras e Recuperação de Crédito”, em parceria com a Universidade Corporativa;
- participação da Semana Nacional do Crédito e da Semana do Brasil, iniciativas do Governo Federal para promover o acesso ao crédito pelos empreendedores;
- produção e distribuição de folders impressos e por meio digital;
- lançamento da Renegociação Digital, promovida pela área de Recuperação de Crédito;

- Promoção do Prêmio Banco do Nordeste da Micro e Pequena Empresa 2019, com o objetivo de reconhecer as MPE's de destaque em cada setor da economia nos Estados da área de atuação do Banco do Nordeste. Foram premiadas 33 MPE's, sendo três em cada estado de atuação do Banco, representando os setores: comércio, serviços e indústria;
 - Ampliação do número de carteiras de clientes MPEs, sendo criadas 14 carteiras em 2019;
 - Realização de campanha de mídia nos jornais, rádio e mídias sociais para divulgação das vantagens para MPE;
 - Assinatura de acordos de cooperação com diversas entidades representativas do segmento de micro e pequenas empresas, com destaque para o Acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC e com o SEBRAE Nacional;
 - Promoção de eventos de divulgação dos Acordos com CNC em cada Superintendência Estadual;
 - Promoção do Programa FNE SOL através de diversas ações de comunicação, bem como campanha interna de incentivo à prospecção e contratação de novas operações, além da participação em eventos relacionados ao setor;
 - Encaminhamento de sugestões relacionadas à programação do FNE, visando a ampliação da atuação do FNE no financiamento às diversas necessidades do setor produtivo;
 - Promoção de diversas iniciativas em comemoração ao Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa, destacando as vantagens e linhas de crédito oferecidas pelo Banco do Nordeste ao segmento.
- d) Em relação aos segmentos de mini e pequeno agricultor rural e agricultor familiar, o Programa de Microcrédito Agroamigo:
- realização de 160 eventos “Acelera Microcrédito - Agroamigo e Crediamigo” em 140 municípios da área de atuação do Banco;
 - ampliação e diversificação dos canais de atendimento através da realização de agências itinerantes, realizadas nos municípios que não possuem uma agência do BNB em sua sede, com a finalidade de cobrir

- toda a área de atuação do FNE e, principalmente para divulgação da Lei 13.340. Registrando a realização de 2.224 Agências Itinerantes com 44.029 clientes atendidos com foco na renegociação na Lei 13.340;
- participação em eventos para fortalecimento do Agronegócio (Bahia Farm Show, PEC Nordeste, 51ª Expoimp em Imperatriz, AgroBalsas, Bom Jesus do Piauí);
 - Formação e aperfeiçoamento do quadro de funcionários que atuam com o segmento por meio dos Cursos à distância: Recuperação de Crédito e Regularização de dívidas; Noções de Crédito Rural; Negociação e Vendas - Agronegócio; e os cursos presenciais: “Excelência no Atendimento e Gestão de Carteira”; “Melhores Abordagens para Cobrança e Recuperação de Crédito”;
 - Realização de treinamento, pelas Centrais de Crédito, para técnicos e projetistas indicados pelas Federações de Agricultura e Pecuária dos Estados, conforme Acordo firmado entre o Banco do Nordeste e CNA;
 - Elaboração e disponibilização na intranet da “Cartilha de Pesca” buscando incentivar o financiamento nestas atividade produtiva;
 - Lançamento da *Newsletter* Agroinforma, destinada a clientes, investidores, empresários, produtores rurais, pesquisadores e demais pessoas interessadas em obter informações atuais sobre o Agronegócio;
 - Disponibilização do “Guia do Meio Ambiente para o Produtor Rural” no aplicativo “Agronegócio na Mão” da intranet e no Portal da Internet do Banco;
 - Disponibilização, na intranet, do “Assistente do Planta Nordeste”, que auxiliará as Agências e Centrais de Crédito na geração de todos os formulários relacionados às operações de custeio contratadas no âmbito do Planta Nordeste.

7. ESTIMATIVA DOS IMPACTOS MACROECONÔMICOS

7.1 Estimativa dos impactos dos financiamentos do FNE em 2019-considerando a MIP Regional

O Sistema de Insumo-Produto engloba um conjunto de atividades que se interligam por meio de compras e vendas de insumos, a montante e a jusante de cada elo de produção. Trata-se de valioso instrumento para fins de planejamento econômico, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento dado que, por intermédio dessa ferramenta, é possível conhecer, de forma detalhada, os impactos de variações na demanda final, resultante de ações de políticas governamentais, sobre a estrutura produtiva. Nesse sentido, a Matriz de Insumo-Produto (MIP) tem grande utilidade nas avaliações de programas públicos e privados.

A MIP se assemelha a uma fotografia econômica, que mostra como os setores da economia estão relacionados entre si, ou seja, quais setores suprem outros de produtos e serviços, além de especificar as compras de cada setor. Observando esse fluxo de produtos e serviços entre os diferentes setores da economia, é possível identificar o inter-relacionamento de compras de cada setor.

Para a construção da MIP, faz-se necessário conhecer os insumos que cada setor da economia necessita, de qual setor são comprados esses insumos, e de qual estado ou região do País eles são adquiridos, considerando-se também essas relações com o exterior. Assim, torna-se imprescindível uma abrangente coleta de informações, inclusive sobre as empresas, no que se refere aos fluxos de vendas e das suas fontes de suprimentos. Esse sistema de interdependência é formalmente detalhado em uma tabela conhecida como Tabela de Insumo-Produto.

O SIIPNE, uma aplicação espacial do Sistema de Insumo-Produto, é um instrumento de análise econômica, construído a partir da estimação dos fluxos comerciais entre todos estados do País, abertos em sessenta zonas. O SIIPNE utiliza dados de estoque de empregos, exportações, importações, dentre outros, fornecidos por diversas instituições de pesquisa nacionais e estaduais.

Com o SIIPNE, é possível identificar setores-chave para a geração de produção, renda, emprego, massa salarial e tributos, de forma a direcionar a atuação do Banco, no sentido de induzir o desenvolvimento sustentável do Nordeste, do Norte do Espírito Santo e do Norte de Minas Gerais, e integrá-los à dinâmica da economia nacional.

As relações fundamentais do insumo-produto mostram que as vendas dos setores podem ser utilizadas no âmbito do processo produtivo pelos diversos setores compradores da economia ou podem ser consumidas pelos diversos componentes da demanda final (famílias, governo, investimento e exportação). Por outro lado, para se produzir, são necessários insumos, pagam-se impostos, importam-se produtos e gera-se valor adicionado (pagamento de salários, remuneração do capital e da terra agrícola), além, é claro, de se gerar emprego. Vale destacar que o consumo intermediário não inclui os bens de capital nem os serviços relacionados à transferência e instalação desses bens, os quais são contabilizados na Formação Bruta de Capital Fixo (aumento da capacidade produtiva). A demanda final, por sua vez, engloba o consumo das famílias, o consumo da administração pública, a Formação Bruta de Capital Fixo, a variação de estoques e as exportações.

As relações de compra e venda entre os setores da economia causam o chamado efeito multiplicador. Em essência, cada setor da economia, em diferentes regiões, possui multiplicadores próprios. Efeito direto é o que ocorre no próprio setor que recebe a demanda final. Efeito indireto é aquele devido às compras de insumos intermediários de outros setores. O efeito multiplicador devido ao aumento na demanda do consumo das famílias, decorrente do aumento de horas trabalhadas ou novas contratações, é chamado efeito induzido. A matriz de coeficientes diretos e indiretos é chamada Matriz de Leontief¹⁰. Para se calcular o efeito induzido é necessário endogeneizar o consumo e a renda das famílias no Modelo de Insumo-Produto, ou seja, fazer com que o consumo e a renda das famílias exerçam influência no cálculo do efeito multiplicador total.

¹⁰ Wassily Leontief recebeu o prêmio Nobel de economia de 1973, pelo desenvolvimento da Matriz de Insumo-Produto. O modelo tornou-se um instrumento essencial para o planejamento.

Para a estimação das Matrizes de Insumo-Produto, os dados podem ser primários, obtidos através de métodos censitários, ou secundários, que demandam alguma técnica de estimação. Na construção do SIIPNE são considerados zonas e setores econômicos.

Foram consideradas 60 zonas, assim determinadas: (1) pelos estados nordestinos subdivididos em áreas menores, computando 38 zonas; (2) pelos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais divididos em três zonas cada (uma vez que interessa ao Banco as porções norte de cada um desses estados por constituírem sua área de atuação); e (3) os outros 16 estados brasileiros, considerados de maneira agregada, ou seja, formados por apenas uma zona cada um.

Compõem o SIIPNE 82 setores econômicos, perfazendo, apenas no que diz respeito aos insumos intermediários, uma sub-matriz de 4.920 linhas e 4.920 colunas. O SIIPNE utiliza dados das contas regionais e nacionais de 2009, e de outras fontes estaduais, mas o valor da produção deduzido o consumo intermediário de cada estado, converge para o PIB estadual do ano em questão.

É importante assinalar que, embora o quadro socioeconômico dos Estados do Nordeste tenha apresentado consideráveis mudanças na última década, as transformações na estrutura produtiva de um determinado território costumam ocorrer somente no médio ou no longo prazo.

A MIP permite mensurar o impacto que as mudanças ocorridas na demanda final, ou em cada um de seus componentes (consumo das famílias, gastos do governo, investimentos e exportações), teriam sobre a produção total, o emprego, as importações, os impostos, os salários e o valor adicionado. A partir dos coeficientes diretos e da Matriz Inversa de Leontief, é possível estimar, para cada setor da economia, o quanto é gerado direta e indiretamente de produção, emprego, tributos, valor adicionado, e salários para cada unidade monetária produzida para atender a demanda final.

Cabe ainda observar que se o aumento na demanda final persiste ao longo do tempo, os impactos passam a fazer parte dos resultados do valor bruto da produção, valor adicionado, emprego, salários e tributos. Entretanto, se o

aumento na demanda final é em um determinado ano, os impactos serão, principalmente, dentro desse ano. Novos impactos só ocorrerão se houver novos aumentos. O período de maturação depende do setor em que é aplicado o recurso e das demandas desse setor para os outros agentes econômicos. Cada setor tem sua dinâmica particular, mas pode-se dizer que os maiores impactos ocorrem no ano do aumento da demanda final. Nos anos posteriores, os impactos são residuais.

O SIIPNE, entre suas diversas utilizações pelo Banco do Nordeste, é um dos instrumentos usados na estimativa de impacto das aplicações do FNE. Com ele, é possível estimar os impactos dos financiamentos concedidos no âmbito do FNE, no Valor Bruto da Produção, no valor adicionado, na massa salarial, nos tributos e no número de empregos, nos Estados da área de atuação do FNE, além dos efeitos de transbordamento para outras regiões do País. Quanto aos impactos estimados, vale observar que os desembolsos do Banco do Nordeste atuam indiretamente como uma variação na demanda final dos setores econômicos a partir dos desembolsos dos recursos. A MIP (SIIPNE), para a geração das estimativas desses impactos, entende que o valor do desembolso é igual ao valor dos financiamentos, dado que, mesmo que ocorram vários desembolsos, eles somarão o valor total financiado. Assume-se, então, que o ano da contratação é o ano do desembolso.

O desembolso do BNB a cada setor específico significa acréscimo indireto na produção ou demanda final de vários setores que fazem parte da cadeia produtiva do setor financiado. A hipótese de trabalho é que os recursos financiados são usados na Formação Bruta de Capital Fixo (construção e compra de máquinas e equipamentos) e para custeio.

Usando a matriz de recursos e usos, os 82 setores foram divididos para formarem os grandes setores: agricultura, pecuária, agroindústria, indústria, infraestrutura, comércio e serviços. A partir disto, avaliou-se quanto foi comprado de cada um dos 82 setores, e estes percentuais foram usados para definir quanto dos recursos financiados pelo Banco, em cada um destes grandes setores, irão gerar impactos a partir dos multiplicadores da MIP.

O volume estimado de empregos é uma variável que requer maior atenção, dada sua conotação social em termos de qualificação do trabalho, formalidade ou informalidade dentro das cadeias produtivas, sendo necessário considerar:

- a) o efeito direto é o emprego estimado no setor que deve aumentar sua produção para atender ao crescimento da demanda final. Como exemplo, temos o caso de uma empresa que para obter o financiamento, necessita atender a todos os requisitos legais, incluindo a formalização dos empregados. Assim, a qualidade do emprego gerado deve estar de acordo com o perfil médio de qualificação exigido pelas empresas dentro da atividade, inclusive por causa da concorrência, uma vez que não seguir o padrão do setor significaria perder competitividade. As exigências feitas pelo Banco do Nordeste para o fornecimento do crédito também induzem à qualificação exigida pelo setor;
- b) o efeito indireto é o emprego estimado em função do aumento das demandas intermediárias nos diversos setores que atenderão à atividade em que ocorreu aumento da demanda final. Nesse caso, a MIP estima o emprego a partir das relações intersetoriais que compõem a matriz de recursos e usos do Nordeste (base para o cálculo da MIP), e não existem possibilidades de se detectar o volume de emprego e a sua qualidade em cada elo da cadeia produtiva impactada pelo aumento da demanda final. O que se tem é o total do emprego estimado pelo efeito indireto, que não pode ser detalhado por qualificação ou por outras características, como, por exemplo, a formalização do emprego. Pode-se inferir, considerando o mesmo critério da concorrência entre as empresas de um mesmo setor, que as empresas afetadas indiretamente seguem o padrão do setor para não incorrerem em custos maiores do que os dos concorrentes;
- c) o efeito induzido é o emprego estimado decorrente do aumento da renda das famílias que tiveram incremento em horas trabalhadas ou por novas contratações decorrentes do aumento da demanda final (efeito direto) e das demandas intermediárias (efeito indireto). As mesmas limitações destacadas na estimação do efeito indireto, também ocorrem no efeito induzido.

7.1.1 Impactos socioeconômicos do FNE na área de atuação do Banco do Nordeste - Contratações no ano de 2019

Cabe salientar que os valores analisados nesta seção, referem-se às contratações nos estados nordestinos, assim como no Norte do Espírito Santo e no Norte de Minas Gerais. Os valores totais contratados pelo FNE, no ano de 2019, alcançaram aproximadamente R\$ 29,56 bilhões. As contratações do período foram distribuídas entre os setores Infraestrutura (38,0%), Rural (agricultura e pecuária) com 25,6% dos recursos, Comércio e Serviços (23,9%), Indústria (9,2%), Turismo (1,9%) e Agroindústria (1,5%).

Considerando apenas os efeitos dentro da área de atuação do Banco do Nordeste, sem contar com os impactos em outras regiões do País, estima-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio de efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda) - os chamados impactos do tipo 2¹¹, acréscimos no Valor Bruto da Produção (VBP) regional, de aproximadamente R\$ 61,0 bilhões, em decorrência dos financiamentos realizados no ano de 2019¹². O Setor que tem a maior participação no valor bruto da produção regional é a Infraestrutura, com R\$ 22,9 bilhões aproximadamente, seguido pelo Setor Rural (R\$ 15,4 bilhões) e o Setor de Comércio e Serviços com R\$ 14,8 bilhões (Tabela 46).

Cabe aqui salientar a importância do financiamento à Infraestrutura nesse momento de recuperação econômica, como forma de assegurar um desenvolvimento sustentável no longo prazo, bem como contribuir para a melhoria nas expectativas dos agentes econômicos privados.

O valor agregado (renda) à economia da área de atuação do Banco do Nordeste ou valor adicionado (uma aproximação da parcela do PIB da Região¹³, decorrente dos financiamentos do FNE) é estimado em R\$ 34,4 bilhões, com

¹¹ Este impacto agrega o efeito induzido (de renda), enquanto o chamado impacto do tipo 1 refere-se a efeitos diretos e indiretos, apenas. O efeito indireto se refere à produção em outros setores para atender à demanda final do setor em análise. O efeito induzido, ou de renda, se refere ao aumento dos postos de trabalho, em razão dos efeitos direto e indireto, e o consequente aumento da renda das famílias que passam a consumir outros produtos (vestuário, automóveis, etc).

¹² A suposição é que as contratações do ano de 2018 geram investimentos e operações em custeio, realizados no mesmo período em referência, principalmente para a interpretação do impacto na variável emprego. Se os investimentos se realizarem em dois anos, por exemplo, o total de empregos estimados deve ser dividido para cada ano, a partir da participação do investimento anual na contratação total.

¹³ Representa o PIB a preços básicos, sem incluir os impostos.

expressiva representação dos três setores comentados anteriormente (Tabela 50).

No que tange ao emprego, estima-se que cerca de 1.664 mil ocupações (formais e informais) deverão ser geradas e/ou mantidas na área de atuação do Banco do Nordeste, a partir dos investimentos realizados no ano de 2019. Isto é, na medida em que os efeitos de compra e venda sejam efetivados ao longo das cadeias de produção, essas novas ocupações serão criadas ou mantidas a partir dos desembolsos realizados pelo FNE. Cabe salientar que essas ocupações não são o saldo no final do ano, mas a entrada de novos trabalhadores (formais e informais) ou a manutenção do trabalhador em função da contratação do financiamento, não levando em consideração a saída de trabalhadores no período de análise.

Tabela 50 - Repercussões econômicas das contratações do FNE - 2019¹

Indicador	(R\$ milhões)							Total
	Agrícola	Pecuária	Agroindústria	Indústria	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Turismo	
Valor Total Contratado	3.761,6	3.807,2	438,4	2.709,4	11.218,3	7.050,1	573,0	29.558,1
Resultados por Setor - Área de Atuação do BNB								
Valor Bruto da Produção	7.461,2	7.955,6	979,7	5.619,0	22.919,9	14.818,7	1.227,3	60.981,3
Valor Agregado/ Renda	4.677,5	4.357,7	384,3	2.416,1	12.946,9	8.867,2	717,3	34.366,9
Empregos	344.355	570.911	19.295	75.648	301.433	323.398	29.325	1.664.365
Salários	1.212,1	1.207,2	133,1	779,6	3.344,9	2.848,2	207,4	9.732,5
Tributos	463,0	609,6	98,6	703,6	3.045,8	1.098,5	122,9	6.142,0
Resultados por Setor - Brasil: Área de Atuação do BNB + Resto do Brasil								
Valor Bruto da Produção	14.714,0	15.794,6	1.938,3	10.810,7	44.497,1	28.140,7	2.318,9	118.214,2
Valor Agregado/ Renda	8.007,7	7.943,8	827,5	4.824,9	23.218,8	12.066,4	1.224,2	58.113,3
Empregos	402.805	639.357	27.908	116.380	473.727	433.817	38.547	2.132.543
Salários	2.359,9	2.431,7	282,8	1.613,9	6.855,0	5.027,6	383,5	18.954,5
Tributos	1.180,7	1.386,1	188,9	1.211,2	5.215,1	2.442,0	232,3	11.856,2

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Crédito. Elaboração: Etene-Célula de Macroeconomia. 1. Impactos estimados a partir do Sistema Intermunicipal de Insumo-Produto do Nordeste (SIIPNE), base 2009, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação de recursos. 2. Valores a preços correntes do ano de 2019.

Os impactos sobre o pagamento de salários, na área de atuação do Banco do Nordeste, totalizam R\$ 9,7 bilhões, cabendo ao Setor de Infraestrutura a importância de R\$ 3,3 bilhões. À geração de impostos (tributação), estima-se o pagamento de aproximadamente R\$ 6,1 bilhões.

Cabe, ainda, comentar sobre o valor necessário de contratação do FNE para a geração ou manutenção de um emprego na economia. É um indicador que ajuda na percepção do grau de qualificação e de formalidade do emprego gerado.

Quanto menor o valor necessário de contratação do FNE, para a geração de um emprego, espera-se que o setor seja menos intensivo em capital, e que tenha salários médios mais baixos que os setores mais intensivos (que necessitam de mão de obra mais qualificada e mais cara). Vale lembrar que esses números levam em consideração tanto os empregos gerados na área de atuação do Banco do Nordeste como também no resto do País, devido às contratações do FNE e aos efeitos de transbordamento.

O menor valor para a geração de um emprego encontra-se na Pecuária, que é mais intensivo em mão de obra e tem maior destaque, em sua composição estrutural do trabalho, o componente informal. A contratação de R\$ 5.954,80 gera um emprego ou ocupação no Setor¹⁴. Para os demais setores, o custo de geração de um emprego é de R\$ 23.681,02 na Infraestrutura, bem próximo aos R\$ 23.280,68 necessários para o Setor da Indústria, R\$ 16.251,20 no de Comércio e Serviços, R\$ 14.865,94 no Turismo, R\$ 15.707,79 na Agroindústria e R\$ 13.860,49 na média das contratações.

7.1.2 Os efeitos transbordamento do FNE

Vale observar, ainda, que parte dos impactos econômicos das aplicações do FNE, na área de atuação do Banco do Nordeste, ocorre fora da Região, em decorrência da importação de insumos e de bens de capital para a produção, ou produtos finais para atender aos acréscimos de demanda considerados. Dessa maneira, além dos impactos descritos anteriormente, as contratações do FNE possuem impactos nas demais regiões brasileiras. Sabe-se que há uma dependência da produção de bens e serviços provenientes do Resto do Brasil, tanto por parte do consumo intermediário como por parte da demanda final na área de atuação do Banco do Nordeste. Esses impactos são captados, no SIIPNE, por meio dos efeitos indiretos e induzidos. Essa dependência determina um alto índice de transbordamento dos efeitos multiplicadores da produção decorrentes de novos investimentos, principalmente no Valor Bruto da Produção e nos tributos.

¹⁴ Olhando a atividade rural como um todo, para se gerar um emprego, são necessários R\$ 7.262,66, sendo que no Setor Agrícola seriam necessários R\$ 9.338,56.

Desse modo, a partir dos resultados apresentados, vale destacar que para impactos totais de R\$ 118,2 bilhões na produção estimados para o País, R\$ 57,2 bilhões (48,4%) ocorrem fora da área de atuação do Banco do Nordeste. Do mesmo modo, do total estimado de 2.133 mil de novas ocupações ou a manutenção delas, 22,0% devem ser geradas fora da área de atuação do Banco (Tabela 50). Com relação à geração de tributos, de um total de R\$ 11,9 bilhões, R\$ 5,7 bilhões (48,2%) são tributos enviados para fora da Região. Este fato aponta para uma estrutura tributária concentrada em tributos federais. Isso indica, por um lado, quanto o estímulo ao desenvolvimento da área de atuação do Banco do Nordeste beneficia conjuntamente o restante do País. Também sinaliza para as deficiências da Região em manter os recursos de que dispõe em circulação na economia local, indicando baixa integração regional, seja pelo suprimento de insumos e de bens de capital para suas empresas, seja na forma de produtos para atender à demanda para consumo de sua população.

7.2 Efeito do Fundo Constitucional de Financiamento (FNE) sobre a eficiência produtiva dos municípios beneficiados

Jacqueline Nogueira Cambota¹⁵

Diego Rafael Fonseca Carneiro¹⁶

Wescley de Freitas Barbosa¹⁷

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O objetivo deste trabalho é estimar as ineficiências no crescimento dos municípios na área de atuação do FNE, bem como a contribuição do FNE para redução dessa ineficiência e, por conseguinte, para a redução das desigualdades regionais.
2. A estratégia empírica para alcançar o objetivo proposto consiste em duas etapas: i) primeiramente, estimar a ineficiência dos municípios no crescimento do PIB per capita por meio do método de Fronteira Estocástica e, ii) em seguida, investigar os determinantes da eficiência, dentre estes, a contribuição da política regional.
3. Na primeira etapa, uma função de produção demonstra a relação entre o nível de produção de um determinado produto e os insumos utilizados ao longo do processo. Considerando um exemplo didático, a função de produção de uma camisa, por exemplo, utiliza dois insumos: tecido e mão de obra. Podemos descrever essa função de forma simplificada conforme a equação a seguir:

$$Q(c) = f(t, mdo)$$

Onde: $Q(c)$ representa a quantidade de camisas produzidas; t representa a quantidade de tecido aplicada no processo produtivo; e mdo representa a quantidade de mão de obra aplicada no processo de produção da camisa.

¹⁵ Doutora em Economia (USP). Coordenadora de Estudos e Pesquisas do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB/ETENE).

¹⁶ Doutor em Economia (UFC). Pesquisador Programa Inova Talentos - Parceria CNPq/IEL/BNB.

¹⁷ Doutor em Economia (UFC). Pesquisador Programa Inova Talentos - Parceria CNPq/IEL/BNB.

4. Em resumo a função de produção deverá demonstrar as variações em $Q(c)$, o produto, dadas as variações na quantidade de tecido e /ou da mão de obra (insumos).
5. O mesmo princípio da função acima exemplificada foi aplicado no estudo “Efeito do Fundo Constitucional de Financiamento (FNE) sobre a eficiência produtiva dos municípios beneficiados” onde:

$$Tx\ Med\ Cresc\ PIBpc = f(\acute{indice\ educ}, \acute{indice\ infra})$$

Onde: *Tx Med Cresc PIBpc* representa a Taxa Média de Crescimento do PIB per capita do município (produto), que é o resultado da combinação entre os índices de educação e infraestrutura do próprio município; *índice educ* representa o índice de educação do município (insumo); e *índice infra* representa o índice de infraestrutura do município (insumos).

6. Nesta primeira etapa, identificou-se tanto o índice de educação quanto o de infraestrutura apresentaram coeficientes positivos, conforme demonstrado na Tabela 53 do Relatório de Resultados e Impactos. Utilizando-se o índice de educação com exemplo o resultado indica que se o índice de educação no município for ampliado em 1%, o impacto no aumento do PIB per capita será de aproximadamente 0,0024% (com efeito fixo) e de 0,0003% com efeito aleatório. O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao índice de infraestrutura o qual apresentou elasticidades de 0,0045% e 0,0031% para os efeitos fixo e aleatório, respetivamente.
7. A inclusão das variáveis Índice de Infraestrutura e Índice de Educação objetivou resumir em um único indicador todas as variáveis disponíveis no Atlas da PNUD para os municípios, nos respectivos temas. Nos dois casos empregou-se o método de Análise Fatorial, que permite decompor um conjunto de variáveis correlacionadas em fatores ortogonais entre si.
8. Utilizou-se como critério de inclusão dos constructos gerados, aqueles fatores cujo poder explicativo acumulado somasse 80% da variação total. Após a realização desse procedimento, foi feita a soma ponderada dos fatores, tomando como peso o seu respectivo poder explicativo.
9. Na segunda etapa, uma vez identifica as elasticidades dos insumos (índice de educação e índice de infraestrutura) sobre o produto (taxa média de

crescimento do PIB per capita) a segunda etapa procurou identificar os determinantes da eficiência produtiva municipal, tal como apresentado na Tabela 55 do Relatório de Resultados e Impactos do FNE.

10. Os resultados apontam que quanto maior o grau de internacionalização da economia municipal (Exportações/PIB) maior tende a ser o impacto das aplicações do FNE sobre o nível de eficiência produtiva do município. Por outro lado, quanto maior a dependência do município em relação aos gastos públicos (VAB/PIB) menor tende a ser o impacto das aplicações do FNE sobre a eficiência produtiva municipal.

7.2.1 Introdução

A definição do problema regional como concentração da produção em determinadas áreas faz emergir o conceito de ineficiência regional¹⁸. A ineficiência regional ocorre quando “a distribuição de produção entre as regiões não estaria naquilo que os economistas chamam de ótimo de Pareto” (RANDS, 2011).

Nesse sentido, é possível melhorar as condições de vida da população residente na região pobre, realocando para esta as características produtivas da população residente na região mais rica. Um exemplo disso é realizado em Ferreira, Salvato e Duarte (2004) que mostram por meio de exercícios contrafactuais que é possível reduzir a distância entre as rendas do trabalho do Nordeste e Sudeste, quando se atribui a escolaridade da população do Sudeste a população do Nordeste. Portanto, parte do diferencial de renda entre as regiões Nordeste e Sudeste é explicada pelo diferencial de escolaridade de sua população.

Assim como a desigualdade na escolaridade, a desigualdade na alocação do crédito possui um papel importante na desigualdade de renda per capita entre regiões, o que pode constituir barreiras ao crescimento das regiões mais pobres. Alexandre, Biderman e Lima (2009) investigam a relação entre a

¹⁸ Para outras abordagens do “problema regional” consultar Monastério (2009).

desigualdade na distribuição estadual do crédito bancário no Brasil e a divergência nas taxas de crescimento de cada estado. Os autores encontram evidências de que algumas dimensões da desigualdade na distribuição estadual do crédito bancário contribuem para a falta de convergência observada no crescimento estadual.

A relação entre crédito e crescimento econômico também é investigada por Galeano e Feijó (2012) que por meio de um modelo econométrico, analisam a relação entre crédito e Produto Interno Bruto (PIB) e crédito e produtividade do trabalho nos anos 2000. Os autores encontram que mesmo considerando os Fundos Constitucionais, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste possuem um efeito do crédito sobre o PIB menor do que aquele observado nas regiões mais desenvolvidas. Esse resultado sugere que o volume de crédito destinado a essas regiões ainda é insuficiente para impulsionar um efeito positivo sobre o PIB e a produtividade tal como aquele que é observado nas regiões Sul e Sudeste.

Dessa forma, a existência de Bancos de Desenvolvimento (BDs) é justificada, teoricamente, pelos ganhos de eficiência alocativa que podem promover (GREENWALD; STIGLITZ, 1986). Esses ganhos ocorreriam nas situações em que o mercado não é capaz de gerar uma alocação Pareto eficiente. Alguns exemplos dessas situações são: racionamento de crédito, mercados incompletos e divergência entre retorno social e retorno privado. De acordo com Albuquerque et al. (2018), como falhas de mercado podem ocorrer em países nos mais diversos estágios de desenvolvimento, a presença de BDs em diversos países pode ser justificada por essa perspectiva teórica.

É nesse contexto que o conjunto de ações tomadas pelo Banco do Nordeste no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)¹⁹ busca financiar projetos privados para investimentos de longo prazo e, complementarmente, capital de giro para os municípios que compõem a Região Nordeste e no Norte dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, incluindo os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Dessa forma, essas ações apresentam

¹⁹ O FNE foi criado com a Constituição Federal de 1988 e é regulamentado pela Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989.

potencial para melhorar a eficiência produtiva regional dos municípios localizados na área de atuação do Fundo.

A literatura traz evidências empíricas de que o FNE possui efeitos sobre o crescimento econômico dos municípios, sendo bem documentado o efeito positivo da política sobre a dinâmica dos municípios beneficiados (OLIVEIRA e DOMINGOS, 2005; GONÇALVES et. al., 2013; RESENDE, 2014; RESENDE, DA SILVA e SILVA FILHO, 2015). Poucos trabalhos, entretanto, abordam a contribuição dos fundos constitucionais para a eficiência produtiva (OLIVEIRA, RESENDE e OLIVEIRA, 2017).

Nesse sentido, esse trabalho se insere na discussão sobre desigualdades regionais, buscando estimar as ineficiências no crescimento dos municípios na área de atuação do FNE, bem como a contribuição do FNE para redução dessa ineficiência e, por conseguinte, para a redução das desigualdades regionais. Essa abordagem se diferencia das demais realizadas ao explorar os mecanismos que levam à redução da ineficiência dos municípios.

A estratégia empírica para alcançar o objetivo proposto consiste em duas etapas: i) primeiramente, estimar a ineficiência dos municípios no crescimento do PIB per capita por meio do método de Fronteira Estocástica e, ii) em seguida, investigar os determinantes da eficiência, dentre estes, a contribuição da política regional.

O trabalho está dividido em mais quatro seções além da introdução. Na seção dois, é feita uma rápida revisão da literatura sobre a contribuição dos bancos públicos de desenvolvimento para a eficiência produtiva. A terceira seção, por sua vez, traz a metodologia, caracterizando a base de dados e a amostra utilizada no estudo. A quarta seção, apresenta os modelos utilizados no estudo: i) os modelos de fronteira estocástica para dados em painel e ii) modelo de crescimento econômico dos municípios. Na seção cinco, são discutidos os resultados das estimações. Finalmente, na última seção, são elaboradas as considerações finais e as implicações em termos de políticas públicas dos resultados encontrados.

7.2.2 Os Bancos Públicos de Desenvolvimento (BPD) e a eficiência produtiva

Os Bancos Públicos de Desenvolvimento (BPD) são instituições que atuam no mercado de crédito em regiões onde o setor privado não é capaz de suprir as necessidades dos demandantes. Dentro desse argumento, Ferraz, Além e Madeira (2013) distinguem duas abordagens de escolas de pensamento econômico: a novo-keynesiana e a pós-keynesiana.

A abordagem novo-keynesiana está associada à teoria das falhas de mercado causadas pela existência de informação imperfeita ou assimetria de informação. No caso do mercado de crédito, as falhas de mercado tendem a fazer com que parte dos demandantes não consiga acesso ao mercado de crédito, mesmo estando dispostos a pagar taxas mais elevadas para isso. Além disso, os projetos de maior risco, como os de longa maturação, são os mais prejudicados nesse processo. No entanto, deve-se salientar que taxas de juros mais elevadas também podem atrair projetos mais arriscados, levando ao fenômeno de risco moral.

A escola pós-keynesiana, por sua vez, está associada ao conceito de economia monetária, marcada pela existência de incerteza forte. A incerteza permeia todas as decisões econômicas, mas as afeta de forma diferenciada de acordo com a passagem do tempo envolvido em cada decisão. Dito isso, pode-se supor que decisões de curto prazo são menos complexas, porque o passado funciona como boa aproximação, enquanto, decisões de longo prazo, como as de investimento, são mais complexas.

Desse modo, Ferraz, Além e Madeira (2013) justificam a existência dos BPD pela existência de projetos que requerem financiamento, mas que inspiram incerteza quanto ao seu futuro, sendo, portanto, preteridos pelo sistema financeiro privado em detrimento de setores/projetos de investimentos cujos resultados esperados sejam menos incertos. Nessa categoria, destacam-se: infraestrutura, inovação tecnológica, apoio às micros, pequenas e médias empresas (MPME), microcrédito, e projetos econômicos ambientalmente e socialmente responsáveis.

Os BPDs também possuem importante papel em momentos de crise econômica com atuação de políticas anticíclicas. As evidências mostram que o comportamento do sistema financeiro é pró-cíclico aprofundando a instabilidade econômica, configurando situação de instabilidade financeira.

Essas três formas de intervenção no sistema financeiro via BPDs não são excludentes, sendo definidas por Almeida (2017) como: i) resolver uma falha de mercado pelo lado da oferta de financiamento dos bancos privados; ii) resolver uma falha de mercado pelo lado da demanda de produtos e serviços financeiros; e iii) servir de instrumento para a regulação financeira ou para a política monetária do governo.

Além dessas três justificativas para existência de BPDs, Almeida (2017) argumenta que a necessidade de desenvolvimento de infraestrutura pública, por si só, já justifica a existência de um BPD, particularmente, em países com baixo acesso a serviços de utilidades públicas. É bem documentada na literatura teórica e empírica a relação entre investimentos em infraestrutura e crescimento econômico, seja pelo aumento do emprego, seja pelo aumento da produtividade geral da economia.

Dada a relação entre eficiência e produtividade, os BPDs também atuam na eficiência produtiva da economia. Para entender essas relações, é preciso compreender o papel da eficiência no contexto do crescimento econômico. A literatura tem recorrido aos conceitos de produtividade do trabalho e produtividade total dos fatores (PTF).

Na literatura brasileira, a produtividade do trabalho é analisada tomando diversas variáveis como numerador (valor agregado, produção física, receita) e como denominador (pessoal ocupado e horas-trabalhadas), também são utilizadas várias metodologias para estimação desses indicadores. A PTF, por sua vez, pode ser entendida como a parte da variação da renda per capita que não pode ser explicada pela variação nos estoque de capital e trabalho, ou seja, remete ao melhor uso dos fatores de produção para gerar riqueza e também a utilização de novas tecnologias na produção.

Desse modo, pode-se entender que as operações de financiamento atuam de duas formas: i) viabilizando o acúmulo de capital necessário à implantação dos projetos produtivos, ou seja, os beneficiários utilizam os empréstimos em empreendimentos que reproduzem o processo produtivo já instalado, ampliando, portanto, apenas a sua escala, mas sem alterar os procedimentos a ele inerentes e ii) os tomadores podem adotar processos e tecnologias mais eficientes, o que propicia aumento da produtividade.

Os mecanismos pelos quais os fundos constitucionais afetam a eficiência, entretanto, ainda, são pouco estudados. Oliveira, Resende e Oliveira (2017) foram os primeiros a preencher essa lacuna por meio da avaliação da eficiência alocativa do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), em Goiás, na geração do emprego, salário e emprego e salário médio (simultaneamente), utilizando a metodologia da análise envoltória de dados (DEA). Em um segundo estágio do método, os autores buscam explicar quais fatores influenciam a eficiência dos financiamentos, destacando-se nessa explicação, as variáveis: mão de obra qualificada, porte das firmas e valor do financiamento. Os resultados desse estudo mostram que existe espaço para elevar o número de empregos e a produtividade da economia goiana apenas com o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

7.2.3 Metodologia

7.2.3.1 Base de Dados

A taxa média de crescimento do PIB per capita dos municípios para os períodos de 2000 a 2005 e de 2010 a 2015 do IBGE foi usada como produto da função de produção (Quadro 1). Como insumos foram usados índices compostos de Infraestrutura e Educação, construídos a partir de dados dos CENSOS de 2000 e 2010 compilados no Atlas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Como determinantes do índice de eficiência, foram utilizados: contratações do FNE sobre o PIB, participação das exportações, valor adicionado do governo e fatores geográficos, como a distância com relação à capital e a predominância do clima semiárido. Adicionalmente, todos os valores monetários foram atualizados pelo IGP-DI para valores médios de 2017.

Quadro 1 - Descrição das variáveis utilizadas.

Categoria	Variável	Fonte
Produto	Taxa média de Crescimento do PIB <i>per capita</i>	IBGE
Insumos	Índice de Infraestrutura Índice de Educação	Obtidos por análise de componentes principais.
Determinantes da Ineficiência	Contratações do FNE/PIB Exportações/PIB VAB do Governo/PIB Distância da Capital Dummy de Semiárido	BNB MDIC IBGE IBGE IBGE

Fonte: Elaborado pelos autores.

7.2.3.2 Caracterização da amostra

Como pode ser observado na Tabela 51, a taxa de crescimento do PIB, assim como, os indicadores de educação e infraestrutura apresentaram, em média, significativo crescimento no período analisado. Além disso, observando adicionalmente o desvio padrão dessas variáveis, percebe-se uma redução na heterogeneidade intermunicipal tanto da variável de resultado quanto nas de insumos do modelo de eficiência. Ademais, consta no anexo do trabalho uma descrição detalhada das variáveis que compõem os indicadores de educação e de infraestrutura.

Tabela 51 - Estatística descritiva das variáveis que compõem a função de produção do modelo de eficiência municipal

Variáveis	N	Período Inicial		Min	Max
		Média	DP		
Produto					
Taxa média de crescimento do PIB <i>per capita</i>	1982	0.007	0.049	-0.207	0.384
Insumos					
Índice de Educação	1982	-5.382	3.959	-17.069	9.594
Índice de Infraestrutura	1982	-1.790	2.559	-10.381	3.402

Variáveis	N	Período Final			
		Média	DP	Min	Max
Produto					
Taxa média de crescimento do PIB <i>per capita</i>	1981	0.032	0.040	-0.185	0.447
Insumos					
Índice de Educação	1981	5.170	3.053	-5.688	17.391
Índice de Infraestrutura	1981	2.056	1.206	-4.844	4.447

Fonte: Elaborado pelos autores.

No tocante aos fatores explicativos do nível de eficiência municipal, identifica-se comportamento semelhante no tocante a evolução, em termos médios, das variáveis analisadas anteriormente. Contudo a heterogeneidade intermunicipal ampliou para parcela dos indicadores analisados. Destaca-se o crescimento na variável, participação das contrações do FNE no PIB, que demonstra um crescimento da atuação do Banco do Nordeste por meio do FNE, bem como aumento da heterogeneidade dessa atuação, o que indica aumento da concentração em alguns municípios. Esse é um processo natural, uma vez que a alocação do crédito ocorre de acordo com a demanda pelos financiamentos.

Tabela 52 - Estatística descritiva dos fatores determinantes da eficiência municipal

Variáveis	Período Inicial				
	N	Média	DP	Min	Max
Participação das contrações do FNE no PIB	1982	10.889	20.974	0.000	248.670
Participação das exportações no PIB	1982	6.427	39.501	0.000	1059.996
Participação do Valor adicionado do Governo no PIB	1982	0.370	0.117	0.012	0.730
Distância da Capital	1970	244.035	157.051	0.000	758.164
Município no Semiárido	1982	0.635	0.481	0.000	1.000
Variáveis	Período Final				
	N	Média	DP	Min	Max
Participação das contrações do FNE no PIB	1981	25.046	85.252	0.047	2195.966
Participação das exportações no PIB	1981	7.540	39.236	0.000	729.851
Participação do Valor adicionado do Governo no PIB	1981	0.456	0.149	0.021	0.744
Distância da Capital	1969	243.933	157.026	0.000	758.164
Município no Semiárido	1981	0.636	0.481	0.000	1.000

Fonte: Elaborado pelos autores.

7.2.3.3 Modelos para estimação da eficiência produtiva no crescimento dos municípios

Para a obtenção de uma medida de eficiência produtiva dos municípios nordestinos, recorreu-se aos modelos descritos em Rashidghalam et al. (2016). Os autores fazem uma resenha completa da literatura de estimações ineficiência (eficiência) para dados em painel com e sem modelos de fronteira estocástica.²⁰

O uso de estimadores para dados em painel possibilita resolver alguns problemas associados ao uso de modelos cross-sectional para mensurar ineficiência (eficiência), uma vez que quando os dados são analisados na forma de painel, cada unidade é observada em vários pontos do tempo e essas limitações podem ser removidas. Por outro lado, suposições adicionais são inseridas aos modelos.

Dessa forma, os custos e benefícios devem ser considerados no desempenho do estimador, tendo o uso do modelo para dados em painel como principal vantagem considerar a presença heterogeneidade não observada, o que permite a separação dos efeitos individuais dos erros aleatórios.

i) Modelos de ineficiência estimados por fronteira estocástica

Nessa abordagem, a ineficiência específica dos municípios é capturada por um termo idiossincrático, que pode ser tratado tanto como um parâmetro fixo (efeitos fixos) como por meio de uma variável aleatória (efeitos aleatórios). De maneira formal, o modelo estimado pode ser descrito como:

$$y_{it} = \beta_0 + x'_{it}\beta + v_{it} - u_i$$

$$y_{it} = (\beta_0 - u_i) + x'_{it}\beta + v_{it}$$

²⁰ Rashidghalam et al. (2016) fazem um levantamento na literatura encontrando doze modelos para estimação da eficiência em dados em painel. Esses modelos mostram três tipos de interações entre a ineficiência e o tempo: i) a primeira considera que a ineficiência específica dos municípios é invariante no tempo; ii) a segunda, introduz a dinâmica temporal no componente da ineficiência e iii) na terceira, são usados modelos que permitem decompor a ineficiência em um componente fixo e outro variante no tempo.

$$y_{it} = \alpha_i + x'_{it}\beta + v_{it} \quad [1]$$

onde y_{it} é a taxa de crescimento do PIB per capita do município i no subperíodo t ; β_0 é um intercepto comum; x_{it} é um vetor de insumos (em log) no início de cada subperíodo, β é o vetor associado aos parâmetros de tecnologia a serem estimados; v_{it} é um termo de ruído bilateral que pode aumentar ou diminuir o produto (*ceteris paribus*); e $u_i \geq 0$ é o termo não negativo de ineficiência unilateral.

O modelo em (1) é similar ao modelo de dados em painel de efeitos fixos padrão (FE). Nessa abordagem, para controlar a presença da heterogeneidade não observada, subtrai-se de cada variável, e por município, sua média temporal e estima-se por MQO (*within estimation*). Como a ineficiência é constante no tempo, ela seria eliminada nesse processo. Assim, é possível recuperar α_i a partir dos resíduos, tomando:

$$\hat{\alpha}_i = \frac{\sum_{t=1}^T \hat{v}_{it}}{T}$$

Portanto, é possível obter a ineficiência padronizada tomando:

$$\hat{u}_i = \max_i \{\hat{\alpha}_i\} - \hat{\alpha}_i \geq 0, i = 1, \dots, n \quad [2]$$

Essa formulação assume implicitamente que a unidade mais eficiente na amostra é totalmente eficiente. Já se o interesse for obter a eficiência produtiva basta calcular

$$\widehat{PE} = \exp(-\hat{u}_i)^{21} \quad [3]$$

A principal fragilidade dessa abordagem é a suposição forte de que ineficiência é fixa no tempo, além de não possibilitar a separação entre a ineficiência e a heterogeneidade individual. Alternativamente, pode-se assumir que α_i é um termo aleatório e não relacionado com os regressores, configurando o caso de efeitos aleatórios. Se a hipótese de não correlação estiver correta, essa abordagem fornece estimativas mais eficientes do que o modelo de EF. A especificação do modelo é análoga ao caso de efeitos fixos, mas agora o termo

²¹ Esse procedimento foi utilizado para obtermos os escores de eficiência, que serão usados na análise dos determinantes da eficiência.

idiossincrático manifesta-se sobre a forma de heterocedasticidade do termo de erro, ensejando o uso do método de mínimos quadrados generalizados. Após a estimação, segue-se o mesmo procedimento utilizado em [2] e [3] para obter a ineficiência. Assumindo que u_i seja uma variável aleatória e que $E(u_i) = \mu$ e que $u_i^* = u_i - \mu$, o modelo pode ser reescrito como:

$$\begin{aligned} y_{it} &= \beta_0 + x'_{it}\beta + v_{it} - u_i \\ &= (\beta_0 - \mu) + x'_{it}\beta + v_{it} - u_i^* \\ &= \alpha^* + x'_{it}\beta + v_{it} - u_i^* \end{aligned} \quad [4]$$

Em que $\alpha^* = \beta_0 - \mu$. Em relação ao primeiro modelo, o segundo possui a vantagem de testar a suposição de ineficiência fixa ou aleatória, o que garante estimar o modelo eficientemente.²²

ii) Modelo empírico de crescimento econômico

Para estimar a eficiência produtiva dos municípios nordestinos na aplicação do FNE, em termos de geração de crescimento econômico, foram considerados dois subperíodos de cinco anos cada, 2000 a 2005, e 2010 a 2015. A definição da função de produção teve como referência os modelos clássicos de crescimento econômico (BAUMOL, 1986; BARRO e SALA-I-MARTIN, 1991 e 1992; MANKIW, ROMER e WEIL, 1992). Nesses modelos, a taxa de crescimento do produto entre dois períodos é função do nível de produto no período inicial, contemplando, assim, a hipótese de convergência temporal entre as economias. De maneira formal, o modelo estimado segue a seguinte especificação:

$$\frac{\ln Y_{i,t+n,s} - \ln Y_{i,t,s}}{n} = \beta \ln Y_{i,t,s} + \rho \ln X_{i,t,s} + \alpha_i + \mu_s + (v_{i,s} - u_{is}) \quad [5]$$

$$u_{is} = \gamma FNE_{is} + \delta w_{is}$$

onde a variável dependente representa o crescimento médio do produto per capita do município i no subperíodo s , o vetor de insumos, X , que contempla os índices de educação e infraestrutura no início de cada subperíodo.

²² Como os dados foram divididos em apenas dois subperíodos, não foi possível analisar as demais interações entre a ineficiência e o tempo. Desse modo, as estimativas da ineficiência realizadas nesse trabalho, considera apenas o primeiro e o segundo modelo descritos em Rashidghalam et al. (2016). Esses modelos assumem que a ineficiência produtiva pode ser diferente entre os indivíduos, mas não muda ao longo do tempo. Como afirmam Rashidghalam et al. (2016), essa hipótese pode ser verdadeira para períodos curtos, como é o caso desse estudo.

Adicionalmente, α_i , representa as idiosincrasias de cada município fixas no tempo, que serão controladas pela subtração da média temporal de cada variável (within estimation) e μ_s é uma dummy de tempo para o período considerado.

7.2.4 Resultados

A Tabela 53 traz os resultados da estimação dos modelos. Como as variáveis estão expressas em logaritmo, os coeficientes podem ser entendidos como elasticidades. Assim, nota-se que a condição inicial dos municípios parece reduzir sua taxa de crescimento, corroborando com a convergência do PIB per capita entre essas economias.

Tabela 53 - Estimação da Fronteira Estocástica.

	Modelo de Eficiência com Efeito Fixo	Modelo de Eficiência com Efeito Aleatório
PIB <i>per capita</i> inicial	-0.1689*** (0.0047)	-0.0266*** (0.0018)
Índice de Educação	0.0024*** (0.0006)	0.0003 (0.0003)
Índice de Infraestrutura	0.0045*** (0.0008)	0.0031*** (0.0005)
Ano	0.0424*** (0.0064)	0.0194*** (0.0026)
Constante	0.3206*** (0.0088)	0.0604*** (0.0040)
N	3963	3963
R^2	0.0539	0.1163
F	454.8710	
Chi2		582.2172
σ_e	0.0373	0.0373
σ_u	0.0713	0.0113
p	0.0000	0.0000
Teste de Hausman = 855.38; Prob>chi2 = 0.0000		

Erro Padrão entre parênteses.

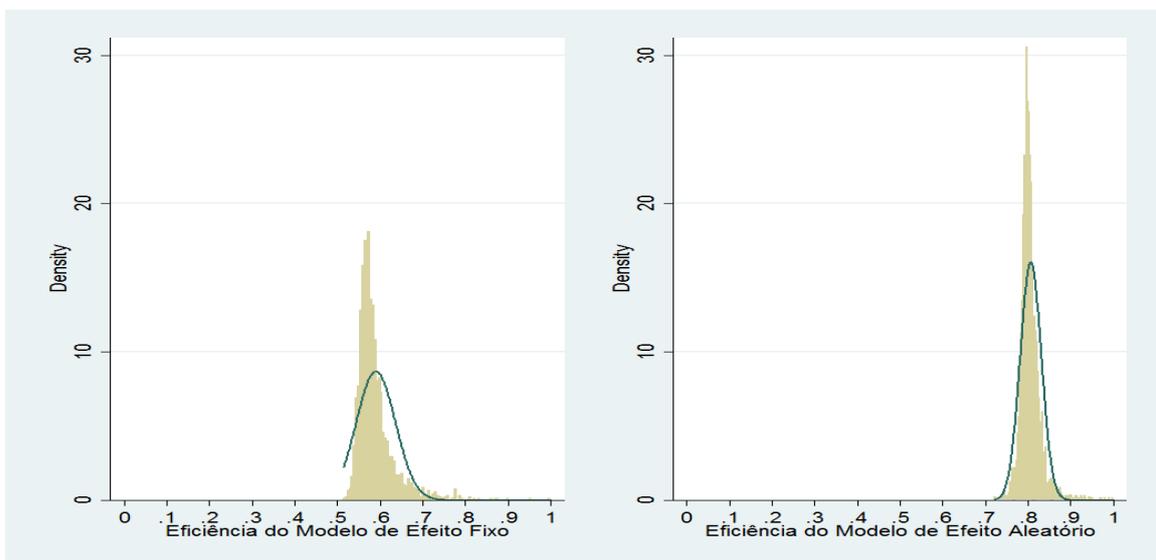
* $p < 0.10$, ** $p < 0.05$, e *** $p < 0.01$.

Nessas estimações, tanto o indicador de infraestrutura como o de educação apresentaram coeficientes positivos e em sua maioria estatisticamente significantes, representando a participação do capital físico e humano na composição do PIB per capita. No tocante ao desempenho da produtividade municipal no período analisado, mensurado pela variável ano no modelo, constatou-se que houve uma evolução neste fator. Especificamente,

este ganho perfez cerca de 2% a 4% dependendo da modelagem utilizada. Dessa forma, a partir das estimações dispostas na Tabela 49, calculou-se o nível de eficiência produtiva dos municípios.

Os histogramas desses indicadores podem ser visualizados no Gráfico 5. Nota-se que a distribuição dos escores se diferencia entre os modelos estimados, sendo que o modelo de efeito fixo forneceu estimativas menores do indicador de eficiência, quando comparado ao modelo de efeito aleatório. Para escolha do modelo mais adequado, recorreu-se ao teste de Hausman, o qual rejeitou a hipótese do modelo de efeito aleatório ser o mais adequado, logo, torna-se mais recomendada a utilização do modelo de efeito fixo.

Gráfico 5 - Histogramas dos escores de eficiência.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Adicionalmente, a Tabela 54 traz as estatísticas descritivas dos escores de eficiência dos municípios nordestinos. Assim como mostrado nos histogramas, nota-se que o modelo que assume efeito fixo tende a apresentar valores médios mais baixos nessa medida.

Tabela 54 - Estatísticas Descritivas da Eficiência Técnica

Modelo de Eficiência	N	Média	DP	Min	Max
Efeito Fixo	3963	0,5905	0,04585	0,5150	1
Efeito Aleatório	3963	0,8068	0,02484	0,7226	1

Fonte: Resultados da pesquisa.

A Tabela 55 reporta os determinantes da eficiência produtiva para cada uma das medidas obtidas nos modelos anteriores. Percebe-se que a proporção do FNE no PIB local e a inserção internacional aferida pela participação das exportações no PIB afeta positivamente a eficiência dos municípios. Notou-se ainda que a participação do governo na economia local e estar inserido em região semiárida reduz a eficiência municipal.

Tabela 55 - Efeito do FNE sobre a Eficiência Técnica

	Score de Eficiência com Efeito Fixo	Modelo de Eficiência com Efeito Aleatório
FNE/PIB	0.00005** (0.00002)	0.00004** (0.00002)
Exportações/PIB	0.0002*** (0.0000)	0.0000 (0.0000)
VAB Governo/PIB	-0.1886*** (0.0068)	-0.0288*** (0.0037)
Distância da Capital	-0.0000*** (0.0000)	0.0000** (0.0000)
Semiárido	-0.0017 (0.0013)	-0.0040*** (0.0010)
Constante	0.6727*** (0.0033)	0.8181*** (0.0017)
N	3939	3939
R ² Ajustado	0.4058	0.0580
F	201.8235	22.7915
p-valor	0.0000	0.0000

Erro padrão entre parênteses.

* $p < 0.10$, ** $p < 0.05$, e *** $p < 0.01$.

No que se refere à distância com respeito à capital, os resultados são ambíguos, enquanto na versão de efeito fixo apontam para uma redução da eficiência à medida que o município encontra-se mais distante da capital do estado, o modelo na versão de efeito aleatório sugere o contrário, ou seja, que municípios mais distantes da capital são mais eficientes.

7.2.5 Conclusão

A desigualdade da distribuição da riqueza no território brasileiro é um problema secular, originando-se por fatores históricos, sociais e econômicos, que deram forma à atual configuração com concentração do setor produtivo nas regiões Sul e Sudeste do País. A necessidade de redução das desigualdades regionais inspirou diversas ações de políticas públicas, sendo uma das mais relevantes a criação dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCF) pela CF/88.

Nesse sentido, o Banco do Nordeste atua por meio desse instrumento corrigindo distorções no mercado de crédito, propiciando acesso ao crédito para demandantes que não encontram acesso ao mercado financeiro e viabilizando projetos muito arriscados para a iniciativa privada, mas de elevado impacto social. Observa-se que o FNE contribui para a melhoria da eficiência dos municípios por meio das mudanças no contexto produtivo das firmas da região. Dentro desse contexto, está entre as atribuições do Fundo promover o acesso aos bens de capital e assistência técnica aos produtores nordestinos, o que tem potencial para elevar a produtividade dos tomadores, o que se insere no objetivo maior política de promover o crescimento e contribuir para a redução das desigualdades regionais.

Dessa forma, o presente trabalho visou investigar de que maneira as contratações do FNE impactam a eficiência técnica dos municípios nordestinos em promover o crescimento econômico. Os resultados revelaram que a política contribuiu para aumentar a eficiência dos municípios no processo de crescimento no período analisado, propiciando impacto positivo nas taxas de crescimento dos municípios, contribuindo, portanto, para a redução das desigualdades interregionais no País.

Esse resultado reforça a importância da atuação de Bancos de Desenvolvimento para redução da ineficiência regional e, portanto, das desigualdades regionais do País.

7.2.6 Bibliografia

ALBUQUERQUE, B. E; GRIMALDI, D. S; GIAMBIAGI, BARBOZA, R. M. **Os bancos de desenvolvimento e o papel do BNDES**. Rio de Janeiro: BNDES, Texto para Discussão, nº 133, Dezembro de 2018.

ALEXANDRE, M.; BIDERMAN, C.; LIMA, G. T. Distribuição regional do crédito bancário e convergência no crescimento estadual brasileiro. **Economia**, Brasília, DF, v. 9, p. 457-490, set./dez. 2009.

ALMEIDA, E. **O papel de bancos públicos para o desenvolvimento econômico e social**. Brasília: IPEA, Boletim Regional, Urbano e Ambiental, nº16, jan. - jun. 2017.

BARRO, R , Sala-i-Martin, X. Convergence. **Journal of Political Economy**, v. 100, nº2, Chicago, University of Chicago Press, 1992.

BARRO, R , Sala-i-Martin, X. Convergence across states and regions. **Brookings Papers on Economic Activity**, v. 22, nº 1, Washington, D. C., The Brookings Institution, 1991.

BARRO, R. J. Inequality and growth in a panel of countries. **Journal of Economic Growth**, v. 5, p. 5-32, 2000.

BATTESE, G.E. and T.J. COELLI. Prediction of firm-level technical efficiencies with a generalized frontier production function and panel data. **Journal of Econometrics**, 38, 387- 399, 1988.

BAUMOL, J. W. Productivity growth, convergence, and welfare: what the long-run data show. **The American Economic Review**, v. 76, nº 5, Nashville, Tennessee, American Economic Association, 1986.

COLOMBI, R., KHUMBAKHAR, S.C., MARTINI, G. and G. VITTADINI. Closed-Skew Normality in stochastic frontiers with individual effects and long/short-run efficiency. **Journal of Productivity Analysis**, v 42, nº 2, 123-136, 2014.

DUARTE, Angelo José Mont'Alverne; FERREIRA, Pedro Cavalcanti; SALVATO, Marcio Antonio. **Regional or educational disparities? A counterfactual exercise**. Fundação Getulio Vargas, 2004.

GALEANO, E. V.; FEIJO, C. Crédito e crescimento econômico: evidências a partir de um painel de dados regionais para a economia brasileira nos anos 2000. **Revista Econômica do Nordeste**, v 43, n 2, abril-junho, 201-219, 2002.

GONÇALVES, M. F.; SOARES, R. B.; LINHARES, F. C.; VIANA, L. F. G. Efeitos diferenciados do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) no crescimento econômico dos municípios nordestinos. *In*: [Encontro Nacional de](#)

[Economia da ANPEC \(Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia\)](#), 41., 2013, Foz do Iguaçu. Anais... Disponível em: <https://bit.ly/2SO5hhr>. Acesso em: 3 maio 2017.

GREENE, W. Fixed and random effects in stochastic frontier models. **Journal of Productivity Analysis**, 23, 7-32, 2005a.

GREENE, W. Reconsidering heterogeneity in panel data estimators of the stochastic frontier model. **Journal of Econometrics**, 126, 269-303, 2005b.

GREENWALD, B.; STIGLITZ, J. Externalities in economies with imperfect information and incomplete markets. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 101, nº 2, p. 229-264, 1986.

JONDROW, James et al. On the estimation of technical inefficiency in the stochastic frontier production function model. **Journal of econometrics**, v. 19, n. 2-3, p. 233-238, 1982.

KUMBHAKAR, S.C. Production frontiers and panel data and time varying technical efficiency. **Journal of Econometrics**, 46: 201-211, 1990.

KUMBHAKAR, S.C. and A. HESHMATI. Efficiency measurement in Swedish dairy farms: an application of rotating panel data, 1976-88. **American Journal of Agricultural Economics**, 77, 660-674, 1995.

KUMBHAKAR, S.C., LIEN, G. and J.B. HARDAKER. Technical efficiency in competing panel data models: a study of Norwegian grain farming. **Journal of Productivity Analysis**, 41(2), 321- 337, 2014.

KUMBHAKAR, S.C. and L. HJALMARSSON. Labour-use efficiency in Swedish social insurance offices. **Journal of Applied Econometrics**, 10, 33-47, 1995.

KUMBHAKAR, S.C., WANG, H.-J. and A.P. HORNCastle. **A Practitioner's Guide to Stochastic Frontier Analysis Using Stata**. Cambridge University Press, 2015.

KUZNETS, S. Economic Growth and Income Inequality. **American Economic Review**, v. 65, p. 1-28, 1955.

MANKIW, N., ROMER, G.D., WEIL, D. N. A contribution to the empirics of economics. **Quarterly Journal of Economics**, vol. 107, nº 2, Oxford, Oxford University Press, 1992.

MARINHO, Emerson; SOARES, Francisco; BENEGAS, Mauricio. Desigualdade de renda e eficiência técnica na geração de bem-estar entre os estados brasileiros. **Revista Brasileira de Economia**, v. 58, n. 4, p. 583-608, 2004.

MUNDLAK, Y. Aggregation over time in distributed lag models. **International Economic Review**, 2, 154-163, 1961.

PITT, M. and L.F. LEE. The measurement and sources of technical inefficiency in the Indonesian weaving industry. **Journal of Development Economics**, 9, 43-64, 1981.

RESENDE, G. M. Measuring micro- and macro-impacts of regional development policies: the case of the Northeast Regional Fund (FNE) Industrial Loans in Brazil, 2000-2006. **Regional Studies**, Abingdon-on-Thames, v. 48, n. 4, p. 646-664, 2014.

RESENDE, G. M., da SILVA, D. F. C., da SILVA FILHO, L. A. **Avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE): uma análise espacial por tipologia da PNDR entre 1999 e 2011**. Fortaleza: ANPEC/BNB, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2Su80lK>. Acesso em: 3 maio 2017.

SCHMIDT, P. and R.C. SICKLES. Production frontier and panel data. **Journal of Business and Economic Statistics**, 2(4), 367-374, 1984.

RASHIDGHALAM, Masoomah et al. A Comparison of Panel Data Models in Estimating Technical Efficiency. 2016. [Working Paper Series in Economics and Institutions of Innovation](https://ideas.repec.org/p/hhs/cesisp/0433.html) 433, Royal Institute of Technology, CESIS - Centre of Excellence for Science and Innovation Studies. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/hhs/cesisp/0433.html>>. Acesso em: 03/06/2018.

OLIVEIRA, G. R.; RESENDE, G. M.; OLIVEIRA, F. R. Avaliação de (in)eficiência do programa empresarial do fundo constitucional de financiamento do Centro-Oeste (FCO) em Goiás. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 11, n. 1, 93-110, 2017.

OLIVEIRA, H. C.; DOMINGUES, E. P. Considerações sobre o impacto dos fundos constitucionais de financiamento do norte e do centro-oeste na redução da desigualdade regional no Brasil. In: [Encontro Nacional de Economia da ANPEC \(Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia\)](#), 33., Natal, 2005. [Anais...](#) Disponível em: <https://bit.ly/2SPtwfg>. Acesso em: 3 maio 2017.

PESSOA, Samuel. Existe um problema de desigualdade regional no Brasil. **Encontro Nacional de Economia**, v. 29, 2001.

VOITCHOKSY, S. Does the profile of income inequality matter for economic growth? Distinguishing between the effects of inequality in different parts of the income distribution. **Journal of Economic Growth**, v. 10, p. 273-296, 2005.

WANG, H.-J. and C.-W. HO. Estimating fixed-effect panel data stochastic frontier models by model transformation. *Journal of Econometrics*, 157, 286-296, 2010.

ANEXO

TABELA ANEXO ÚNICO - Estatística descritiva das variáveis que compõem o Índice de Infraestrutura

	Período Inicial				
	N	Média	DP	Min	Max
% da população em domicílios com água encanada	1982	41.300	20.743	0.000	96.010
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	1982	35.240	20.111	0.000	95.400
% da população em domicílios com coleta de lixo	1982	67.120	27.819	0.000	100.000
% da população em domicílios com energia elétrica	1982	77.790	18.347	10.300	100.000
% da população em domicílios com densidade > 2	1982	48.260	8.983	18.200	84.590
% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e	1982	20.300	14.854	0.000	82.220
% de pessoas em domicílios com paredes inadequadas	1982	0.000	0.000	0.000	0.000
% de pessoas em domicílios sem energia elétrica	1982	22.210	18.347	0.000	89.700
% de pessoas em domicílios com acesso à rede geral de esgoto	1982	11.550	17.639	0.000	86.200
% de pessoas em domicílios com fossa séptica	1982	0.080	0.135	0.000	0.930
% de pessoas em domicílios com fossa rudimentar	1982	0.390	0.238	0.000	0.973
% de pessoas em domicílios com vala	1982	0.020	0.034	0.000	0.720
% de pessoas em domicílios com rio lago mar	1982	0.009	0.025	0.000	0.312
% de pessoas em domicílios com outro escoadouro	1982	0.011	0.019	0.000	0.382
% de pessoas em domicílios sem saneamento	1982	0.375	0.212	0.011	0.991
% de pessoas em domicílios com iluminação	1982	69.228	19.373	5.524	100.000
% de pessoas em domicílios sem iluminação	1982	0.289	0.194	0.000	0.945
	Período Final				
	N	Média	DP	Min	Max
% da população em domicílios com água encanada	1981	75.454	16.570	0.150	99.710
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	1981	63.571	19.328	3.260	98.730
% da população em domicílios com coleta de lixo	1981	89.127	14.817	0.000	100.000
% da população em domicílios com energia elétrica	1981	95.895	6.488	44.160	100.000
% da população em domicílios com densidade > 2	1981	32.269	8.788	6.700	72.030
% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	1981	16.867	12.765	0.000	73.010

% de pessoas em domicílios com paredes inadequadas	1981	9.245	12.368	0.000	82.740
% de pessoas em domicílios sem energia elétrica	1981	4.105	6.488	0.000	55.840
% de pessoas em domicílios com acesso à rede geral de esgoto	1981	18.777	22.019	0.000	91.184
% de pessoas em domicílios com fossa séptica	1981	0.081	0.097	0.000	0.795
% de pessoas em domicílios com fossa rudimentar	1981	0.515	0.232	0.000	0.975
% de pessoas em domicílios com vala	1981	0.037	0.044	0.000	0.370
% de pessoas em domicílios com rio lago mar	1981	0.011	0.028	0.000	0.506
% de pessoas em domicílios com outro escoadouro	1981	0.031	0.036	0.000	0.389
% de pessoas em domicílios sem saneamento	1981	0.137	0.120	0.001	0.671
% de pessoas em domicílios com iluminação	1981	92.156	8.190	12.156	100.000
% de pessoas em domicílios sem iluminação	1981	0.072	0.079	0.000	0.878

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 2A - Estatística descritiva das variáveis que compõem o Índice de Educação

	Período Inicial				
	N	Média	DP	Min	Max
% de indivíduos sem instrução ou com fundamental incompleto	1982	56.846	10.239	18.006	94.161
% de indivíduos com ensino médio ou superior incompleto	1982	6.319	3.918	0.059	31.062
% de indivíduos com ensino superior completo	1982	0.593	0.801	0.000	9.355
Expectativa de anos de estudo	1982	6.953	1.250	2.890	11.090
Taxa de analfabetismo 11 a 14 anos	1982	15.163	7.402	1.370	50.180
Taxa de analfabetismo 15 a 17 anos	1982	12.166	6.040	1.100	39.650
Taxa de analfabetismo 15 anos ou mais	1982	35.018	8.345	6.280	59.830
Taxa de analfabetismo - 18 a 24 anos	1982	18.562	7.763	1.620	46.590
Taxa de analfabetismo - 18 anos ou mais	1982	37.984	8.896	6.610	63.010
Taxa de analfabetismo - 25 a 29 anos	1982	25.714	9.188	2.760	67.240
Taxa de analfabetismo - 25 anos ou mais	1982	43.981	9.593	7.760	68.780
% de 6 a 17 anos no básico sem atraso	1982	32.271	9.643	8.520	75.060
% de 6 a 14 anos no fundamental sem atraso	1982	38.318	10.576	10.590	90.800
% de 15 a 17 anos no médio sem atraso	1982	43.924	19.410	0.000	100.000
% de 6 a 17 no básico com 1 ano de atraso	1982	18.720	2.880	5.150	34.220
% de 6 a 14 anos no fundamental com 1 ano de atraso	1982	20.884	2.992	2.730	35.300
% de 15 a 17 no médio com 1 ano de atraso	1982	33.879	17.297	0.000	100.000
% de 6 a 17 anos no básico com 2 anos ou mais de atraso	1982	49.009	10.977	7.140	79.730
% de 6 a 14 anos no fundamental com 2 anos ou mais de atraso	1982	40.798	11.050	0.000	75.000
% de 15 a 17 anos no médio com 2 anos de atraso	1982	20.331	16.148	0.000	100.000
Taxa de frequência bruta ao básico	1982	101.863	8.925	28.970	132.060
Taxa de frequência bruta ao fundamental	1982	124.301	11.427	9.480	154.210
Taxa de frequência bruta ao médio	1982	36.762	17.140	0.000	105.610
Taxa de frequência bruta à pré-escola	1982	40.449	18.640	0.000	151.970
Taxa de frequência bruta ao superior	1982	3.017	2.916	0.000	24.820
Taxa de frequência líquida ao básico	1982	83.769	5.839	17.390	97.990
Taxa de frequência líquida ao fundamental	1982	88.900	6.134	7.910	99.640

Taxa de frequência líquida ao médio	1982	12.277	7.864	0.000	48.960
Taxa de frequência líquida à pré-escola	1982	34.779	14.820	0.000	89.760
Taxa de frequência líquida ao superior	1982	1.285	1.489	0.000	12.820
% de 0 a 3 anos na escola	1982	8.012	6.755	0.000	55.420
% de 11 a 14 anos na escola	1982	92.341	3.890	42.550	100.000
% de 15 a 17 anos na escola	1982	73.378	7.505	28.960	93.710
% de 18 a 24 anos na escola	1982	31.775	6.693	8.550	55.930
% de 25 a 29 anos na escola	1982	10.966	4.549	0.000	38.220
% de 4 a 5 anos na escola	1982	53.979	18.377	6.140	100.000
% de 4 a 6 anos na escola	1982	62.532	15.771	13.030	100.000
% de 5 a 6 anos na escola	1982	71.763	14.749	16.100	100.000
% de 6 anos na escola	1982	80.345	12.937	23.360	100.000
% de 6 a 14 anos na escola	1982	91.289	4.609	43.660	100.000
% de 6 a 17 anos na escola	1982	86.707	4.634	40.080	97.990
% de 15 a 17 anos no fundamental	1982	55.872	10.004	0.000	85.160
% de 18 a 24 anos no fundamental	1982	15.742	5.892	0.000	36.770
% de 4 a 5 anos no fundamental	1982	13.154	8.476	0.000	54.330
% de 18 a 24 anos no médio	1982	10.373	4.343	0.000	29.650
% de 6 a 14 anos no médio	1982	0.230	0.325	0.000	3.940
% de 15 a 17 anos no superior	1982	0.054	0.237	0.000	4.130
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental	1982	32.661	14.699	0.000	81.750
% de 12 a 14 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental	1982	42.467	15.625	0.820	89.180
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	1982	15.087	9.132	0.000	58.500
% de 16 a 18 anos com fundamental completo	1982	20.745	11.072	0.000	73.280
% de 18 a 24 anos com fundamental completo	1982	27.041	10.926	1.280	71.040
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	1982	16.332	7.507	0.810	59.580
% de 25 anos ou mais com fundamental completo	1982	13.055	7.023	0.100	56.840
% de 18 a 20 anos com médio completo	1982	7.386	5.533	0.000	41.980
% de 18 a 24 anos com médio completo	1982	10.347	6.076	0.000	41.690
% de 18 anos ou mais com médio completo	1982	8.480	4.970	0.070	40.210

% de 19 a 21 anos com médio completo	1982	10.117	6.637	0.000	40.080
% de 25 anos ou mais com médio completo	1982	7.928	4.987	0.100	41.440
% de 25 anos ou mais com superior completo	1982	1.021	1.283	0.000	14.480
Período Final					
	N	Média	DP	Min	Max
% de indivíduos sem instrução ou com fundamental incompleto	1981	70.088	7.248	29.608	87.212
% de indivíduos com ensino médio ou superior incompleto	1981	13.531	4.630	3.828	40.883
% de indivíduos com ensino superior completo	1981	2.432	1.355	0.182	14.362
Expectativa de anos de estudo	1981	8.943	0.788	5.750	10.970
Taxa de analfabetismo 11 a 14 anos	1981	6.651	3.500	0.000	26.630
Taxa de analfabetismo 15 a 17 anos	1981	4.633	2.331	0.000	20.510
Taxa de analfabetismo 15 anos ou mais	1981	26.686	6.831	3.970	44.400
Taxa de analfabetismo - 18 a 24 anos	1981	6.980	3.231	0.560	25.260
Taxa de analfabetismo - 18 anos ou mais	1981	28.851	7.428	4.120	47.640
Taxa de analfabetismo - 25 a 29 anos	1981	13.043	5.923	1.380	35.980
Taxa de analfabetismo - 25 anos ou mais	1981	34.256	8.730	4.690	57.180
% de 6 a 17 anos no básico sem atraso	1981	51.814	8.530	24.100	78.860
% de 6 a 14 anos no fundamental sem atraso	1981	56.815	8.471	27.230	82.580
% de 15 a 17 anos no médio sem atraso	1981	63.996	10.288	20.360	94.620
% de 6 a 17 no básico com 1 ano de atraso	1981	20.164	2.500	12.260	32.310
% de 6 a 14 anos no fundamental com 1 ano de atraso	1981	20.765	3.012	11.230	35.580
% de 15 a 17 no médio com 1 ano de atraso	1981	25.524	8.140	1.750	63.080
% de 6 a 17 anos no básico com 2 anos ou mais de atraso	1981	28.022	7.558	6.320	55.200
% de 6 a 14 anos no fundamental com 2 anos ou mais de atraso	1981	22.420	6.853	4.690	49.090
% de 15 a 17 anos no médio com 2 anos de atraso	1981	10.480	5.829	0.000	52.730
Taxa de frequência bruta ao básico	1981	104.274	6.764	76.200	155.810
Taxa de frequência bruta ao fundamental	1981	118.761	8.147	94.970	180.820
Taxa de frequência bruta ao médio	1981	63.147	14.200	14.120	117.270
Taxa de frequência bruta à pré-escola	1981	67.659	18.547	3.910	135.300
Taxa de frequência bruta ao superior	1981	12.876	6.561	0.960	56.940

Taxa de frequência líquida ao básico	1981	89.263	3.159	71.890	97.550
Taxa de frequência líquida ao fundamental	1981	93.697	2.516	76.790	99.020
Taxa de frequência líquida ao médio	1981	33.212	9.315	7.070	81.330
Taxa de frequência líquida à pré-escola	1981	54.449	12.907	3.910	93.900
Taxa de frequência líquida ao superior	1981	5.580	3.509	0.000	27.070
% de 0 a 3 anos na escola	1981	19.129	9.382	0.000	67.600
% de 11 a 14 anos na escola	1981	96.212	2.162	80.970	100.000
% de 15 a 17 anos na escola	1981	81.703	5.155	51.720	96.220
% de 18 a 24 anos na escola	1981	27.688	6.315	10.270	50.580
% de 25 a 29 anos na escola	1981	11.311	4.376	1.150	31.270
% de 4 a 5 anos na escola	1981	84.649	11.657	20.390	100.000
% de 4 a 6 anos na escola	1981	88.535	8.495	44.270	100.000
% de 5 a 6 anos na escola	1981	93.544	5.986	57.920	100.000
% de 6 anos na escola	1981	96.224	4.096	63.360	100.000
% de 6 a 14 anos na escola	1981	96.985	1.847	80.650	100.000
% de 6 a 17 anos na escola	1981	93.000	2.237	79.640	98.720
% de 15 a 17 anos no fundamental	1981	38.762	9.873	3.440	68.950
% de 18 a 24 anos no fundamental	1981	6.048	3.282	0.000	30.620
% de 4 a 5 anos no fundamental	1981	21.403	9.737	0.000	70.130
% de 18 a 24 anos no médio	1981	9.818	3.529	0.960	25.510
% de 6 a 14 anos no médio	1981	1.657	1.024	0.000	7.480
% de 15 a 17 anos no superior	1981	0.582	0.820	0.000	6.290
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental	1981	80.049	7.776	36.520	100.000
% de 12 a 14 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental	1981	83.569	6.374	36.670	100.000
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	1981	42.903	11.187	14.740	96.560
% de 16 a 18 anos com fundamental completo	1981	52.166	11.141	18.520	96.630
% de 18 a 24 anos com fundamental completo	1981	58.600	9.311	25.750	87.450
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	1981	32.859	8.076	15.230	76.710
% de 25 anos ou mais com fundamental completo	1981	26.570	8.423	9.410	75.030
% de 18 a 20 anos com médio completo	1981	25.628	9.098	3.080	67.920

% de 18 a 24 anos com médio completo	1981	30.840	8.745	8.120	69.330
% de 18 anos ou mais com médio completo	1981	19.699	6.474	6.790	56.050
% de 19 a 21 anos com médio completo	1981	31.042	9.642	5.360	70.590
% de 25 anos ou mais com médio completo	1981	17.020	6.456	5.100	54.790
% de 25 anos ou mais com superior completo	1981	3.499	1.872	0.280	19.200

Fonte: Elaborado pelos autores.

7.3 CRESCIMENTO E MANUTENÇÃO DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE: UMA EXPERIÊNCIA DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE CRÉDITO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUDENE²³.

Maria Inez Simões Sales²⁴

7.3.1 Introdução

A pressão por melhores condições para o desenvolvimento e expansão dos pequenos negócios no Brasil remonta à década de 1960, quando foi instituído por meio do Decreto nº 48.738, de 4 de agosto de 1960, pelo então Presidente Juscelino Kubsticheck, o Grupo Executivo de Assistência as Pequenas e Médias Empresas (Geampe), coordenado pelo sociólogo Guerreiro Ramos, com o objetivo de criar mecanismos para melhorar a produtividade do setor industrial. Dessa ação resultou o documento Problemas das Pequenas e Médias Empresas, contendo um diagnóstico e a definição de iniciativas para melhorar as condições desse segmento de empresas. Foi a primeira tentativa de conduzir a questão dos pequenos negócios como política pública de Estado, e a partir daí, muitas iniciativas foram desenhadas, destacando-se as leis complementares subsequentes à Constituição de 1988.

Uma outra agenda política que também está relacionada com o crescimento dos pequenos negócios, refere-se à questão social fundante da pós-modernidade, que é a falta de trabalho. No Brasil, a partir de meados dos anos 1980, intensificou-se a tendência de aumento dos índices de desemprego em decorrência das crises econômicas, da implementação de novas tecnologias de produção e da abertura de mercados (Brandão, 2002; Bernardo, Vieira & Araújo, 2013), cabendo aos negócios de pequeno porte a geração de trabalho-por-conta-própria e maior dinamismo no incremento dos postos de trabalho (IBGE, 2019).

²³ Este artigo foi publicado na Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais - RRPI , v.4, nº2, 2019. Link [Artigo FNE MPE](#)

²⁴ Mestre em Avaliação de Políticas Públicas e pesquisadora do BNB Etene.

Segundo Holanda (2006, p.34), para as políticas públicas se tornarem tangíveis, é necessário transformá-las em um conjunto de ações interrelacionadas para solucionar determinado problema identificado como uma "*carência social importante*". Assim, foi instituído, pelo artigo 159 da Constituição, e regulamentado pela Lei 7.827/1989, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado e operacionalizado conjuntamente pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, pelo Conselho Deliberativo da Sudene e pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com a finalidade de serem disponibilizados recursos estáveis para dar suporte a essas políticas, por meio de programas de financiamento aos agentes produtivos, localizados nos municípios dos estados da Região Nordeste, Norte de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo.

Após promulgada a Lei Geral das MPE pela Lei Complementar 123/2006, foi criado, com recursos do FNE, o Programa de Financiamento para Micro e Pequenas Empresas (FNE MPE), com a finalidade de promover a expansão de negócios de pequeno porte e gerar ocupação e renda.

Tendo em vista a importância desse Programa, foi definido um projeto de pesquisa avaliativa, envolvendo os financiamentos concedidos desde a sua criação, em 2009 até 2017, abrangendo toda a área de atuação do Fundo, os nove estados da Região Nordeste, as mesorregiões do Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. A metodologia consistiu na aplicação de um modelo de avaliação interna, não experimental, a partir da coleta de dados primários e secundários, com a finalidade de responder a indagação: *até que ponto o FNE MPE cumpriu o objetivo pelo qual foi criado?*

Na avaliação da execução do Programa, foram coletados e tratados dados nos sistemas operacionais do BNB, com a finalidade de inferir se os financiamentos concedidos atenderam às diretrizes estabelecidas pelo Fundo em suas programações anuais no que se refere aos beneficiários de pequeno porte, aplicação nos setores da economia, distribuição das contratações entre os estados.

Na avaliação de resultados, foram coletados e analisados dados primários e secundários, visando verificar se as contratações realizadas atenderam às finalidades do crédito e quais as melhorias implementadas após os créditos concedidos, referentes a: produção; vendas; lucro; acesso a mercados; patrimônio; modernização e inovação de processos; base tecnológica; técnicas de gestão; utilização de procedimentos de preservação e de conservação ambientais; e geração de ocupação.

Para viabilizar tal projeto, foram analisadas algumas ferramentas de coleta de dados primários, como entrevista presencial e a utilização do *Call Center* do BNB, sendo essa última, a opção selecionada, tendo em vista a experiência já adquirida pela equipe na aplicação de outros tipos de pesquisas que envolviam o contato direto com os clientes por telefone e o custo envolvido em comparação aos da entrevista presencial, uma vez que o programa abrange toda a área de atuação da Sudene.

7.3.2 O segmento das micro e pequenas empresas

Segundo a Lei Complementar 155/2016, as microempresas são as pessoas jurídicas que possuem um faturamento anual de no máximo R\$ 360 mil, enquanto que as empresas de pequeno porte acima de R\$ 360 mil até R\$ 4,8 milhões. Esse segmento de empresas caracteriza-se pela diversidade, heterogeneidade, dinamicidade e complexidade. Não possui uniformidade quanto às formas de organização ou quanto aos processos de gestão ou de produção. Em algumas delas, confundem-se as relações familiares e negociais, e, algum acontecimento fortuito é suficiente para inviabilizar a empresa. Em outras, identificam-se empreendimentos inovadores com estruturas organizacionais e de gestão fortalecidas e modernas. Mesmo diante dessa heterogeneidade, as empresas de pequeno porte apresentam algumas peculiaridades comuns, facilmente identificadas no cotidiano urbano, como por exemplo: comercializam produtos ou oferecem serviços próprios do dia-a-dia; estão diretamente vinculadas à renda das famílias, ao local, ao entorno, à proximidade física com o consumidor; o processo de gestão é pessoal, centralizando-se no proprietário, que desempenha várias funções; os controles e processos são bastante simples, e, muitas vezes, o contador é o único

profissional que presta assistência à empresa (Everton Junior, 2017; Santos, Krein & Calixtre, 2012).

Outro aspecto relacionado com os negócios de pequeno porte, diz respeito à sobrevivência dessas empresas. Um estudo do Sebrae identificou a fragilidade desses empreendimentos frente à complexidade do mercado e da dinâmica da economia. Em 2012, último ano da pesquisa, as microempresas obtiveram uma taxa de 55% de sobrevivência e 45% de mortalidade e as de pequeno porte 98% de sobrevivência e 2% de mortalidade. O estudo abordou ainda os fatores determinantes da sobrevivência das empresas, entre eles: situação antes da abertura; planejamento do negócio; gestão do negócio; capacitação dos donos em gestão empresarial (Bede, 2016).

Mesmo diante de tais fragilidades, os negócios de pequeno porte se constituem importantes unidades impulsionadoras da economia. Segundo dados do IBGE (2019), 87,4% das empresas, em 2017, possuíam um quadro de até 9 pessoas, absorvendo 27,6% do pessoal ocupado; 11,0%, com 10 a 49 pessoas e 23,6% do pessoal ocupado; 1,3% com 50 a 249 pessoas e 14,5% do pessoal ocupado e 0,3% com mais de 250 pessoas, abrangendo 34,2% do pessoal ocupado (IBGE, 2019, p. 44). Desse modo, adotando-se a classificação de porte por faixa de pessoal ocupado, as micro e pequenas empresas representam 98,4% da quantidade de estabelecimentos e absorvem 51,2% das ocupações (Tabela 56).

TABELA 56 - Distribuição das empresas por faixa de pessoal ocupado (2017)

Faixas de pessoal ocupado	Empresas		Pessoal Ocupado		Pessoal Assalariado	
	Quantidade	Percentual por faixa	Quantidade	Percentual por faixa	Quantidade	Percentual por faixa
0 a 9	3.956.830	87,4%	10.621.629	27,6%	5.199.189	16,3%
10 a 49	497.999	11,0%	9.083.934	23,6%	8.101.804	25,4%
50 a 249	58.854	1,3%	5.581.833	14,5%	5.486.261	17,2%
250 a mais	13.582	0,3%	13.154.981	34,2%	13.141.510	41,2%
Total	4.527.265	100,0%	38.442.377	100,0%	31.896.868	100,0%

Fonte: IBGE. Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2017.

7.3.3 As micro e pequenas empresas e o crédito bancário

Cacciamali (1997) destacou que, para criar as condições de produtividade e estratégias competitivas para a manutenção e crescimento dos pequenos negócios a longo prazo, são necessários "intensificar a educação geral de qualidade, a formação e o desenvolvimento da vocação empresarial, assim como estabelecer mecanismos de acesso ao crédito, e, acima de tudo, de reforçar a confiança pública nos propósitos deste caminho" (Cacciamali, 1997, pág.87).

Os bancos se constituem agentes de mudanças na organização produtiva, e particularmente, para as empresas de pequeno porte. A relação entre o empresário e o crédito é fundamental no processo de desenvolvimento, seja para manutenção, crescimento ou implementação de melhorias. A configuração do mercado de crédito para as MPEs caracteriza-se pela atuação dos bancos públicos por meio dos fundos compulsórios, como o FNE, objeto deste estudo. Esse tipo de crédito direcionado, que contempla os financiamentos para investimentos, geralmente acompanhados de projetos onde as inversões são indicadas previamente, tais créditos são exclusivos dos bancos oficiais, cabendo aos bancos privados o papel de repassadores desses recursos.

Nesse cenário, esforços têm sido feitos no sentido de simplificar o acesso ao crédito, às licitações públicas, ampliar a competitividade, fortalecer a estrutura patrimonial das MPEs, disseminar informações e reduzir custos financeiros. De um modo geral, os bancos que atuam no Brasil, em suas estratégias de segmentação de mercado, estabelecem os negócios de pequeno porte como público prioritário, demandadores de crédito e produtos específicos e diferenciados.

O processo de desenvolvimento regional requer a convergência de um conjunto de fatores aliados ao crédito capazes de impactar positivamente a dinâmica econômica local, de forma a elevar os efeitos multiplicadores do

investimento produtivo na Região, a exemplo de formação de capital humano, investimento em ciência, tecnologia e inovação, cooperação técnica e econômica entre diversos atores, investimento adequado em infraestrutura, bem como a atenção à distribuição regional dos recursos, em termos espaciais, setoriais e de segmentos produtivos (BNB, 2017).

Em 2009, foi criado o Programa FNE MPE, com a finalidade de fomentar o desenvolvimento dos negócios de pequeno porte, por meio do financiamento para implantação, expansão, modernização, reforma, manutenção e realocização de empreendimentos, com limites de financiamento de até 100% e prazos fixados em função do cronograma físico-financeiro do projeto e da capacidade de pagamento do beneficiário, podendo ir até 20 anos. Quanto aos encargos financeiros, foram definidos pela Resolução CMN nº 4.542 e 4.561, respectivamente, de 21/12/2016 e 31/03/2017, a taxa atual é de 8,75% a.a. e para as operações de capital de giro isolado a taxa é de 13,08% a.a., e sobre elas incidem bônus totais de adimplência de 15% (BNB, 2008).

7.3.4 Metodologia

A partir da indagação sobre até que ponto os créditos contratados pelas micro e pequenas empresas com recursos do FNE atingiram as suas finalidades, teve início um estudo bibliográfico sobre o tema central desta pesquisa avaliativa que consistiu nas políticas públicas de financiamento para o desenvolvimento de negócios de pequeno porte após a década de 1990. Para tanto, foram definidas as ferramentas da pesquisa avaliativa que consistiram na análise de informações dos sistemas do BNB, o que possibilitou inferir acerca da evolução das contratações, do cumprimento da programação, das diretrizes e do plano de aplicações do Programa FNE MPE, no período 2009 a 2017, seguindo-se da análise de dados primários coletados em pesquisa de campo, onde foi possível analisar se as finalidades do Programa foram atingidas e se houve alterações nas condições do empreendimento após o crédito. Para tanto foi elaborado um questionário a ser aplicado aos beneficiários do programa, de modo a serem obtidas informações acerca da estrutura atual de ocupação do empreendimento; se houve alteração na estrutura de ocupação, no desempenho global da empresa, ou em aspectos específicos como faturamento,

produção, vendas ou volume de serviços; se ocorreu eventos negativos que impactaram no desempenho da empresa; se houve após o crédito implementação de mudanças nas áreas de gestão, produção, atendimento ou vendas; e se o crédito foi importante para o negócio e para a família. Foi ainda indagado, se houve a implementação de procedimentos de conservação ambiental e se há expectativa de investimentos para os próximos 5 anos.

O universo da pesquisa foi definido, de modo a conter todas as operações contratadas no Programa FNE MPE, por pessoas jurídicas com faturamento até R\$ 4,8 milhões (LC 155/2016), na área de atuação do FNE (nove estados da Região Nordeste, Norte de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo), no período compreendido entre 01/01/2009 até 31/12/2017, totalizando 187.184 operações e um valor de R\$ 15,6 bilhões (valor atualizado pelo IGP-DI em 31.12.2018).

A população foi constituída por parte desse universo, contendo as operações contratadas das pessoas jurídicas identificadas por CNPJ, com cadastro atualizado, ou seja, em atividade no Banco, totalizando 67.609 micro e pequenas empresas.

Foi calculada e definida uma amostra estatística representativa da população, considerando um nível de significância de 95% e o erro amostral de 5%, compondo-se de 407 clientes por CNPJ, por ano da primeira operação contratada, com a finalidade de viabilizar a realização das pesquisas documental e de campo.

7.3.4.1 Escolha da ferramenta do Call Center na pesquisa de campo

A escolha do *Call Center* do BNB como ferramenta da pesquisa de campo teve como principal motivo a abrangência geográfica da área pesquisada, uma vez que a amostra envolvia empresas localizadas nos nove estados da Região Nordeste, no Norte de Minas Gerais e no Norte do Espírito Santo, sendo portanto a ferramenta mais adequada, em termos de custos, para aplicação do questionário. Outro fator bastante relevante que foi considerado, se refere à ampla experiência da equipe em aplicar pesquisas semelhantes para outros programas de crédito do Banco. A estrutura de *Call Center* vem crescendo,

principalmente, no setor de serviços, de forma vertiginosa como a principal forma de estreitar a relação entre os clientes e as empresas. Na Europa, chega a 2% da força de trabalho e 4% nos Estados Unidos, e, no Brasil, o setor tem uma taxa de crescimento de 10% ao ano e movimenta cerca de R\$ 4,5 bilhões (Vasconcellos, 2010).

Inicialmente foi elaborado um questionário em formato de questões com respostas fechadas, com uma linguagem em formato de *script*, ou seja, texto contendo instruções e falas para serem seguidas por todos os aplicadores. Tal instrumento foi elaborado pela equipe de pesquisadores e pelo representante da equipe de aplicadores, de modo a expressar exatamente a sequência das respostas fechadas, o controle sobre o êxito ou não das ligações e o perfil dos respondentes, que deveria ser uma pessoa com efetivo conhecimento da empresa. Feito isso, foi necessário ainda o treinamento de toda a equipe de aplicadores e em seguida o teste do questionário.

Para ser obtida a quantidade especificada da amostra de questionários preenchidos, foi necessária a seleção aleatória de 1.275 inscrições de CNPJ selecionadas por meio de planilha Excel, obedecendo à distribuição definida da amostra por ano de contratação da operação. Essa quantidade de mais de três vezes o tamanho da amostra, decorreu da sistemática e frequente exclusão de CNPJ em virtude de números de telefones que não correspondiam a empresa, ou que não atendiam ao chamado inviabilizando o contato, e até mesmo recusa de participação, sendo portanto necessário a reposição. Essa reposição era feita quinzenalmente mediante relatório do Call Center informando a quantidade de questionários respondidos, as chamadas telefônicas e os contatos não realizados.

A pesquisa de campo foi realizada, no período de julho a setembro de 2018, quando foram efetuadas cerca de 10,2 mil tentativas telefônicas para se obter com sucesso o preenchimento integral de 407 questionários.

7.3.4.2 *Descrição da amostra*

De posse dos 407 questionários preenchidos e identificados, foi realizada uma consulta aos sistemas do BNB, com a finalidade de identificar as

características das micro e pequenas empresas participantes da amostra e das operações contratadas, dentre as quais destacaram-se:

- a) a média de faturamento anual das micro e pequenas empresas pesquisadas foi de R\$ 727 mil;
- b) 48,9% das empresas pesquisadas foram classificadas como microempresas e 51,1% como pequena empresa;
- c) a média do tempo de constituição das empresas pesquisadas foi de 11 anos;
- d) ao relacionar o faturamento com o tempo de constituição da empresa, observou-se uma tendência de crescimento na medida em que a empresa vai se consolidando no tempo;
- e) o comércio varejista de produtos em geral, com predominância de alimentos, que identifica os estabelecimentos como supermercados, mercados e minimercados demandaram maior quantidade de operações (15,6% do total) e valor contratado (9,4%) com um tíquete médio de R\$ 52 mil;
- f) destacaram-se as atividades na área da saúde com 6,62% do valor contratado, o equivalente a R\$ 5,44 milhões, referente à contratação de operações com clínicas de oftalmologia, odontologia, fisioterapia, especialidades médicas em geral e laboratório de análises clínicas;
- g) 28% das MPE da amostra desempenhavam mais de uma atividade;
- h) em 18% das empresas pesquisadas, um dos sócios ou proprietários possuíam participação em outras empresas;
- i) quanto às fontes de recursos para aplicação no negócio, 61% não buscaram outros recursos além do crédito do Programa FNE MPE e os 39% que utilizaram outras fontes, 71% foram de recursos próprios; 23% outros bancos; 3% outros empréstimos do BNB e 3% venda de imóveis;
- j) uma outra característica do grupo de empresas de pequeno porte dessa amostra é que foi constatado que 18% delas possuem outras empresas vinculadas a pelo menos um dos sócios e elas demandam

por crédito mais do que o grupo sem empresas vinculadas, apresentando um valor médio por operação 3 vezes maior.

7.3.5. Resultados e discussão

7.3.5.1 Avaliação da execução do Programa FNE MPE

No período entre 2009 e 2017, foram realizadas 187.184 operações e um volume de R\$ 15,6 bilhões em contratações. Do início do Programa até o final de 2017, ocorreu um crescimento de 91,12%, na quantidade de operações, passando de 14.491 em 2009, para 27.695, em 2017, e o volume de recursos contratados cresceu 199% passando de aproximadamente, R\$ 823 milhões para R\$ 2,5 bilhões (Tabela 57).

TABELA 57 - FNE MPE: quantidade de operações e valores contratados por ano (2009 - 2017)

Ano	Quantidade de Operações		Valor Contratado ⁽¹⁾	
	Quantidade	%	Valor	%
2009	14.491	7,74%	822.735.738,25	5,3%
2010	16.404	8,76%	988.298.935,20	6,3%
2011	18.502	9,88%	1.290.970.487,08	8,3%
2012	22.245	11,88%	1.661.238.813,98	10,6%
2013	19.212	10,26%	2.006.397.728,88	12,8%
2014	22.187	11,85%	2.254.229.668,83	14,4%
2015	23.264	12,43%	2.161.774.040,92	13,8%
2016	23.184	12,39%	1.983.446.601,56	12,7%
2017	27.695	14,80%	2.461.669.665,81	15,7%
Total	187.184	100,00%	15.630.761.680,50	100,0%

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. Elaboração própria

Nota: (1) Valores atualizados pelo IGP-DI para 31.12.2018.

Na distribuição dos valores contratados, por estado da Região Nordeste e nas regiões Norte do Espírito Santo e Norte de Minas Gerais, área de atuação do FNE, observou-se que os estados do Ceará, Bahia e Pernambuco, juntos, responderam por 51,3% das operações e 51,4% dos valores contratados (Tabela 58).

TABELA 58 - FNE MPE: quantidade de operações e valores contratados na área de atuação do FNE (2009-2017)

Área de atuação do FNE	Quantidade de Operações		Valores em R\$ 1,00	
			Valor Contratado ⁽¹⁾	
AL	5.769	3,08%	516.119.859,12	3,3%
BA	32.613	17,42%	2.976.723.650,39	19,0%
CE	36.693	19,60%	2.962.121.579,56	19,0%
MA	15.049	8,04%	1.562.606.176,35	10,0%
PB	15.337	8,19%	1.024.413.694,24	6,6%
PE	26.783	14,31%	2.102.255.501,17	13,4%
PI	12.510	6,68%	1.172.462.160,27	7,5%
RN	19.040	10,17%	1.443.821.652,43	9,2%
SE	10.103	5,40%	867.926.907,55	5,6%
Norte do Espírito Santo	2.252	1,20%	218.037.370,62	1,4%
Norte de Minas Gerais	11.035	5,90%	784.273.128,80	5,0%
TOTAL	187.184	100,00%	15.630.761.680,50	100,0%

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. Elaboração própria
 Nota: (1) Valores atualizados pelo IGP-DI para 31.12.2018.

Tal desempenho reflete o PIB (2016) na área de atuação do FNE, onde as demandas por crédito provém das regiões mais prósperas (Tabela 59).

Tabela 59 - PIB da Área de Atuação do FNE (2016)

Área de atuação do FNE	PIB em 2016 (R\$ milhões)	Participação do PIB
AL	49.456	5,19%
BA	258.649	27,13%
CE	138.379	14,51%
MA	85.286	8,94%
PB	59.089	6,20%
PE	167.290	17,54%
PI	41.406	4,34%
RN	59.661	6,26%
SE	38.867	4,08%
Norte de Minas Gerais	36.511	3,83%
Norte do Espírito Santo	18.929	1,99%
Total	953.523	100,00%

Fonte: IBGE (2016). BNB - Etene - Célula de Gestão de Informações Econômicas.

Quanto às linhas de financiamento, o FNE MPE Comércio foi a que mais contratou, com 68,9% das operações e 53,5% dos recursos. O FNE MPE Seca (BNB, 2012) atendeu a 8.071 estabelecimentos de pequeno porte e os valores contratados foram na ordem de R\$ 478,0 milhões. Essa foi uma linha especial de financiamento instituída para atender aos estabelecimentos de pequeno porte das áreas mais atingidas pela seca de 2012, que gerou deficiência hídrica

em quase todo o Semiárido, estendendo-se e agravando-se em 2015 (Marengo, Cunha & Alves, s.d.).

O FNE MPE Cultura é outra linha especial para fomentar atividades culturais e foram contratadas 23 operações e aplicados R\$ 11,2 milhões. Observou-se um interesse em diversificar para novas atividades como também atender setores e áreas em dificuldade conjuntural.

As operações de valor até R\$ 100 mil responderam por 81,7% do total das operações e 30,7% dos valores contratados. As operações acima de R\$ 100 mil corresponderam a 18,3% do total de operações e 69,3% dos valores contratados. A maior quantidade de operações concentraram-se na faixa entre R\$ 20 mil e R\$ 50 mil com 41,2% do total de operações e o maior volume de recursos contratados ocorreram na faixa entre R\$ 100 mil e R\$ 500 mil, com o tíquete médio de R\$ 227,2 mil.

7.3.5.2 Avaliação de Resultados do Programa FNE MPE

Um processo de avaliação tem como principal finalidade a aferição dos resultados da intervenção, ou seja, conferir se eles foram alcançados, dando o retorno projetado. Por resultados compreende-se a aferição acerca dos produtos de determinado programa, previstos nos objetivos e metas. Desse modo, a avaliação de resultados mede a eficácia de determinado programa, analisando em que medida as ações, atividades e produtos proporcionaram os resultados esperados no planejamento ou na implementação de determinada política ou programa (Sousa, pp.18 e 20).

A) Quanto à finalidade do crédito

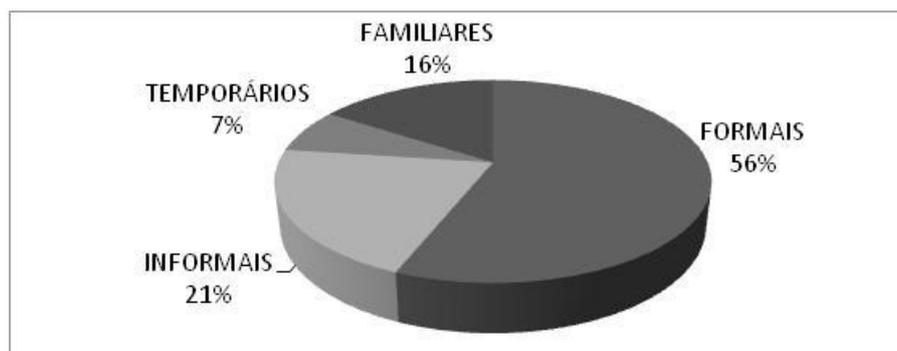
Observou-se que 32% das contratações concentraram-se em itens de manutenção, ou seja, aquisição isolada de bens para formação de estoque, insumos ou matérias-primas, bem como o ressarcimento de gastos gerais relativos ao funcionamento do empreendimento, e 68% das contratações com finalidade de investimento, da seguinte forma: 18% em itens voltados para a implantação envolvendo inclusive aquisição de unidades produtivas; 7% em realocização da sede da empresa; e 43%, em itens voltados para o crescimento

de mercados, produção e modernização, como aquisição de veículos para expandir a comercialização de produtos; ampliação e modernização física da sede da empresa ou em suas filiais bem como melhoria de móveis e equipamentos; aquisição de máquinas e equipamentos com novas tecnologias de produção, vendas ou serviços. Tal desempenho corrobora com o objetivo definido na programação anual do programa e aprovado pelo Condel/Sudene que consiste em "financiar a aquisição de bens de capital e a implantação, modernização, reforma, realocização ou ampliação de empreendimentos, inclusive a elaboração de estudos ambientais e os investimentos estabelecidos nas condicionantes das licenças ambientais, bem como capital de giro associado e aquisição de empreendimentos, bens imóveis, máquinas e equipamentos e matérias-primas e insumos para formação de estoque".

B) Quanto ao quadro de ocupações das empresas

Na data da entrevista, por conseguinte após a obtenção do crédito, os respondentes informaram que 56% do quadro de ocupação eram formais; 21% informais; 7% temporários e 16% membros da familiar (Gráfico 6).

GRÁFICO 6 - Programa FNE MPE: distribuição das ocupações por categoria nas empresas financiadas



Fonte: BNB - Etene - CAPP - Pesquisa de campo. Elaboração própria.

Observou-se ainda que a participação das ocupações formais cresce à medida que aumenta a faixa de tempo de constituição; as ocupações informais e temporárias decrescem e as ocupações dos membros da família não apresentam variação com o tempo, quando o quadro de ocupações é comparado com o tempo de constituição.

Foi indagado, durante a entrevista, ao representante da empresa, além do quantitativo do quadro de colaboradores, as mudanças ocorridas nesse quadro por categoria após o crédito, tendo como parâmetro o ano da primeira contratação de operação do Programa FNE MPE.

A categoria formal apresentou o maior índice de crescimento dentre as demais categorias, e as ocupações por membros da família apresentou o menor índice de diminuição e o maior de não alteração (Tabela 60).

TABELA 60 - Programa FNE MPE: mudança no quadro de ocupações após o crédito

Ocupações	Formal	Informal	Temporário	Família
Cresceu	46%	38%	38%	14%
Não alterou	42%	57%	49%	84%
Diminuiu	12%	5%	13%	2%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: BNB - Etene - Capp - Pesquisa de campo. Elaboração própria.

Pode-se concluir, que a formalização das ocupações já é uma realidade para as MPE. Entre às microempresas pesquisadas, 80% delas possuíam colaboradores do tipo formalizado e entre às pequenas empresas 93%. Chama atenção a participação dos empregos criados nos estabelecimentos de até quatro empregados no total de empregos de 69,7% (2004) a 72,2% (2010). Nas crises que atingiram o mercado de trabalho brasileiro, as MPEs foram fundamentais na sustentação dos níveis de emprego, embora as empresas de maior porte possuam expressivos diferenciais de custo em relação às de menor porte, o que lhes faculta, normalmente, condições de êxito e crescimento mais promissoras (Santos et al., 2012, p. 95).

Cabe destacar, também, o índice expressivo da presença de colaboradores com vínculos familiares, tanto nas microempresas quanto nas pequenas empresas, corroborando, com a pesquisa realizada pelo Sebrae, com o objetivo de identificar a proporção de “empresas familiares” no universo dos Pequenos negócios formais no Brasil. Por “empresa familiar” entende-se aquela em que há parentes (pai, mãe, avô, avó, filho/a, sobrinho/a, neto/a, cunhado/a), entre os sócios e/ou empregados/colaboradores (com ou sem

carteira). Participaram desta pesquisa 6.013 empresas (MEI, ME e EPP). As entrevistas ocorreram entre 3 e 31 de agosto de 2015, dentre os resultados, destacaram-se que 57% das Micro e Pequenas Empresas no Brasil possuem parentes entre seus sócios e/ou empregados/colaboradores (com ou sem carteira assinada). A Região Sul é a que apresenta maior proporção de “empresas familiares” (60%), seguida pelo Sudeste (59%), Centro-Oeste (57%), Norte (52%) e Nordeste (52%). (Sebrae, 2015). Nesta pesquisa, foi constatado que 52% das empresas MPE possuíam sócio ou empregados membros da família, sendo que a maior proporção foi das empresas de pequeno porte (59%).

C) Quanto à implementação de procedimentos de conservação ambiental

A forma como as micro e pequenas empresas tratam a questão ambiental carece de estudos mais ampliados, pois, geralmente, o assunto é abordado tendo como foco uma atividade específica ou o espaço geográfico de determinado município.

Nesta pesquisa avaliativa, esse tema não é central porque os procedimentos de preservação e conservação ambiental não são objeto do Programa FNE MPE, mas de outras linhas de financiamento operadas pelo BNB denominadas Crédito Verde como o FNE Verde, FNE Sol dentre outras. No entanto, é um tema relevante, e buscou-se algumas luzes para abordar esse tema e identificar o interesse das MPEs sobre o assunto.

No XI Congresso Nacional de Excelência em Gestão, realizado em 2015, Conejero e Mello, apresentaram os resultados de uma pesquisa qualitativa e método de estudo de multicasos, junto a sócios ou proprietários de MPEs da cidade de Campo Limpo Paulista (SP). Eles procuraram estabelecer, inicialmente, o nível de preocupação das MPEs com a questão ambiental e seus impactos e constataram que é praticamente inexistente o interesse pelo tema e que os fatores que mais influenciam nesse sentido são: a gestão informal e centralizada; a falta de conhecimento de gestão ambiental e de suas vantagens; não ser uma diretriz estratégica da empresa.

Em outra recente pesquisa de âmbito nacional realizada pelo Sebrae (2018), observou-se o quanto a questão ambiental já impacta nas MPEs, haja vista que 17% dos empresários enfrentaram algum problema com o

abastecimento de água durante 2017; a adoção de medidas para reduzir o consumo de água foi implementada por 52% das EPP e por 47% das ME. Quanto ao consumo de energia elétrica, 55% das empresas em geral adotaram alguma medida para reduzir o consumo, tendo em vista os custos, dentre elas se destacaram o consumo mais consciente e a troca de equipamentos; apenas 1% implementou energia renovável ou solar. A maioria das empresas, no entanto, não sabem medir o percentual do custo da água e da energia nos custos totais da empresa.

Dada a importância do tema, foi incluída na pesquisa do Programa FNE MPE, a título de informação complementar, uma questão específica sobre medidas de conservação ambiental adotadas pelas empresas beneficiárias do Programa, compreendendo conservação como o uso racional de um recurso. Das 407 micro e pequenas empresas que participaram da pesquisa de campo, 58% responderam não utilizar qualquer procedimento enquanto as demais empresas (42%), que responderam afirmativamente, possuíam em média mais de 10 anos de tempo de constituição e, 58% delas eram EPP e 42% ME. Os procedimentos mais citados foram: separação de lixo orgânico e inorgânico; consumo racional de água; aproveitamento da água da chuva e energia alternativa. O tema precisa ser mais investigado, porém pode-se concluir que a questão ambiental ainda é incipiente para as MPEs.

D) Quanto à percepção sobre o desempenho global das MPE

Após o financiamento, 67% informaram que perceberam crescimento global na empresa após o crédito, enquanto 10% perceberam redução e outros 23% informaram que não houve alteração.

As empresas, cujos respondentes informaram que perceberam crescimento global após o financiamento, tiveram um faturamento médio maior do que as respostas de redução ou não alteração, como também a maior quantidade média de colaboradores.

Quanto aos aspectos específicos relacionados ao crescimento da empresa, 60% delas responderam que houve incremento de serviços, produção ou vendas e 80% delas puderam estimar esse crescimento médio em torno de

37%. Além disso, mais de 58% dessas empresas também perceberam crescimento na quantidade de fornecedores, 82% no volume de clientes e 45% na concorrência. Quando indagadas acerca do incremento no faturamento, 58% responderam positivamente, estimando esse crescimento em torno de 35%. A respeito do patrimônio da empresa, também foi indagado e 52% informaram que houve crescimento e 38% informaram que houve crescimento dos bens particulares.

Cabe destacar que essas empresas que informaram ter havido crescimento após o crédito, implementaram mudanças na administração 69%; em tecnologia 72%; na produção 55% e no processo de vendas 76%. Além desses aspectos, 24% dessas empresas implementaram algum tipo de inovação: vendas online, informatização, pesquisa de mercado, novas formas de produção e diversificação de produtos, dentre outras.

Pelos dados coletados na pesquisa, observou-se que o crédito foi um importante instrumento de manutenção e crescimento das empresas, principalmente, quando aliado a implementação de mudanças no processo de gestão. Corroborando com a afirmativa de Cacciamali (1997), que a insuficiência de capital e de capacitação técnico-administrativa são fatores que restringem o nível do empreendimento e até mesmo a sua continuidade. Como sua adequação aos novos padrões da produção e do mercado é lenta, muitas vezes não lhe resta senão fechar as portas. Soma-se a isso que um elevado número de pequenos negócios são empreendidos com vistas à sobrevivência de seus proprietários e não com objetivo de acumulação, de capitalização - o que restringe ainda mais a probabilidade de sucesso do negócio.

E) Quanto às expectativas de investimento para o período 2019-2023

Quando indagadas sobre as expectativas para os próximos cinco anos, 1% das empresas respondeu que não tem intenção de dar continuidade aos negócios, 3% não responderam a essa pergunta e 96% afirmaram que pretendem fazer investimentos. Foi indagado ainda em quais áreas seriam feitos esses investimentos, podendo o respondente escolher mais de uma área, e as respostas foram: 86% em tecnologia; 77% em reforma do prédio; 87% em

capacitação; 88% na ampliação do negócio; 58% na ampliação da frota; 85% na diversificação do produto.

7.3.6. Considerações finais

Contextualiza-se o Programa FNE MPE no âmbito das políticas públicas voltadas para promover a redução das desigualdades regionais, o desenvolvimento de pequenos negócios e a geração de ocupação e renda, que foram consolidadas ao longo dos anos 1990 e anos 2000, para arrefecer os impactos negativos das crises econômicas, do avanço tecnológico e da globalização sobre as ocupações.

O Programa FNE MPE atendeu, desde a sua criação em 2009, às diretrizes estabelecidas pelo Condell-Sudene e pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), em sua Programação Anual.

Em relação à quantidade de operações, no período 2009 a 2017, o Programa cresceu, em média 9,0% ao ano, e quanto ao volume de contratações o crescimento médio foi de 15,54%. Desempenho superior a tendência dos créditos direcionados à pessoas jurídicas do Sistema Financeiro Nacional, no mesmo período (Tabela 61).

TABELA 61 - Evolução do volume dos créditos bancários concedidos pelo SFN (2009-2017)

RECURSOS	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Recursos livres	1.630,18	1.805,47	1.944,98	1.964,38	1.997,87	1.984,81	1.927,31	1.662,97	1.676,84
Recursos direcionados	785,29	954,10	1.081,01	1.366,74	1.597,19	1.812,53	1.862,45	1.655,38	1.594,41
TOTAL	2.415,47	2.759,57	3.026,13	3.331,13	3.595,06	3.797,34	3.789,64	3.318,45	3.271,25

Fonte: BCB. Relatório de Economia Bancária, série 20011, 2014, 2017, 2018. Elaboração própria.

Nota: Valores em bilhões atualizados deflator IGP-DI FGV 2018.

A avaliação da execução do Programa FNE MPE compõe a primeira parte da avaliação propriamente dita, sendo desenvolvida a partir de pesquisa documental nos sistemas do BNB, possibilitando as seguintes inferências:

- a) quanto ao tempo de constituição, a média geral foi de 11 anos e as empresas com menos de 10 anos representaram 58%,

denotando um interesse maior pelo Programa das empresas de constituição mais recente;

- b) a média do faturamento das microempresas foi de R\$ 158.555,03 e das empresas de pequeno porte R\$ 1.255.548,00, tendo em vista que o limite de faturamento das MPEs é de R\$ 360 mil para as microempresas e R\$ 4,8 milhões para as empresas de pequeno porte, tal desempenho demonstra que as empresas de menor faturamento procuram o Programa mais do que as empresas com maior faturamento;
- c) o Programa refletiu a tendência da economia de toda a região de abrangência, ficando os estados de maior participação no PIB com o maior índice de contratação e dentre os setores da economia, o comércio foi o que mais contratou, refletindo o também o desempenho do PIB nesse setor.

A avaliação dos resultados do Programa FNE MPE compõe a segunda parte da avaliação propriamente dita, foi desenvolvida a partir de pesquisa documental sobre as operações contratadas, nos sistemas do Banco já citados, e de pesquisa de campo com os representantes das empresas beneficiárias do Programa.

O tratamento e a análise dos dados coletados possibilitaram inferir que o Programa FNE MPE atendeu aos objetivos das políticas públicas para as quais foi criado, uma vez que cumpriu as diretrizes e orientações das programações anuais, ao tempo em que promoveu o crescimento e manutenção das empresas beneficiárias, destacando-se:

- a) quanto à geração de ocupação e renda, observou-se que a média geral das ocupações das empresas foi de 11 colaboradores e cerca de 56% das ocupações informadas eram formais, 21% informais, 7% temporárias e 16% exercidas por membros da família e apenas 5 empresas não possuíam colaboradores;
- b) do total de entrevistados, 46%, informaram que houve crescimento do quadro de colaboradores formais e 42% manutenção do quadro. A categoria formal apresentou o maior

índice de crescimento e a categoria membros da família apresentou o maior índice de manutenção (84%);

- c) as empresas apresentaram um índice de crescimento e manutenção pós-crédito de 90% e tal índice relaciona-se também com a implementação de mudanças no processo de gestão, tecnologia, vendas e produção;
- d) 96% das empresas responderam que pretendiam dar continuidade aos negócios e fazer investimentos nos próximos 5 anos.

Complementarmente, procedeu-se com uma análise exploratória, onde foi possível confirmar a representatividade da amostra, ou seja, as inferências obtidas a partir da amostra podem ser estendidas para a população das empresas beneficiárias do Programa. Procurou-se, ainda, medir o efeito do valor contratado sobre a situação reportada pelos empresários. Observou-se que as empresas que adotaram soluções tecnológicas no campo da informática ou implementaram mudanças na estratégia de vendas ou na gestão da produção tenderam a apresentar melhores resultados. Por outro lado, as empresas de pior desempenho também foram aquelas que menos investiram em mudanças, particularmente nas áreas de informática e técnicas de produção.

Como recomendações para aperfeiçoamento do Programa FNE MPE a serem implementadas pelas áreas afins, destacam-se:

- a) criar sistemática para aprimoramento e acompanhamento da qualidade das informações dos sistemas do BNB relacionadas com os clientes do segmento MPE. Tal medida, além de subsidiar as decisões das unidade e área comercial, possibilitará a realização de avaliações do Programa FNE MPE, sistemáticas, reduzindo tempo e custo, quando envolver a coleta e tratamento de dados secundários;
- b) analisar a viabilidade de serem implementadas estratégias negociais específicas para microempresas e outra para as empresas de pequeno porte mesmo que no único Programa FNE MPE. Segundo resultados da avaliação do Programa FNE MPE, essas duas categorias de empresas apresentam especificidades

que poderiam ser melhor trabalhadas, destacando-se como exemplos o crédito de curto prazo para as microempresas; atendimento customizado às empresas de pequeno porte que fazem parte de agrupamento de empresas;

- c) promover desafios negociais para incrementar as contratações das MPEs nos setores da Indústria e do Turismo;
- d) desenvolver campanhas específicas para as microempresas e para as empresas de pequeno porte voltadas para a implementação de procedimentos de preservação e conservação ambiental ;
- e) fortalecer ações de forma complementar ao apoio do crédito, estabelecendo parcerias para estimular a implementação de melhorias nas áreas de tecnologia, gestão, vendas e produção para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.

Desse modo, conclui-se que a atuação do Programa FNE MPE tem sido relevante para o crescimento e manutenção das empresas beneficiárias e para promover o desenvolvimento regional ao tempo em que proporciona a geração e a manutenção de ocupação e renda, atendendo portanto às diretrizes, finalidades, condições operacionais e programação para o qual foi criado.

REFERÊNCIAS

Bede, Marco Aurélio. Coord. **Sobrevivência das empresas no Brasil**. Sebrae, UGE, outubro de 2016. Disponível em:

<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-relatorio-2016.pdf> . Consultado em: 09/10/2018

Bernardo, Nathalia Rana Rosa, Vieira, Edson Trajano e , Araújo, Elvira Aparecida Simões de. **A relevância da atividade empreendedora para o desenvolvimento econômico de um país**. Revista Científica On-line Tecnologia, Gestão e Humanismo - Faculdade de Tecnologia de Guaratinguetá - v.2, n.1 - novembro, 2013. Disponível em:

<http://www.fatecguaratingueta.edu.br/revista/index.php/RCO-TGH/article/view/22/31>. Consultado em: 09/04/2019.

BNB. **Programação FNE 2009 Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste**. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil S/A, 2008. Disponível em: http://mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=a5529ad1-08f7-4e8b-b8b4-0229b240fe38&groupId=407753 . Consultado em 05/04/2018.

BNB. **FNE 2012 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - Programação Regional**. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil S/A, dezembro 2012. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/images/2017/arquivos/REPROGRAMACAO-FNE-2012.pdf>. Consultado em: 05/04/2018.

BNB. **Programação Regional FNE 2017**. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil S/A, 2017. Disponível em: http://www.sudene.gov.br/images/2017/arquivos/PROGRAMA%C3%87%C3%83_O_FNE_2017_Fev.pdf . Consultado em 05/04/2018.

Brandão, André Augusto. **Conceitos e coisas: Robert Castel, a “desfiliação” e a pobreza urbana no Brasil**. Revista Emancipação, Editora UEPG, vol. 2, nº 1, 2002, pág. 141-157. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/34>. Consultado em: 01/01/2019.

Brasil. Presidência da República. **Constituição Federal 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm . Consultado em 10.03.2018.

Brasil. Presidência da República. **Lei 7827/1989**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7827.htm. Consultado em: 15/01/2018.

Brasil. Presidência da República. **Lei Complementar 123/2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Consultado em: 03/03/2018.

Brasil. Presidência da República. **Lei Complementar 155/2016**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp155.htm. Consultado em: 03/03/2018.

Brasil. Senado Federal. **Decreto nº 48.738/1960**. Disponível em:
<http://legis.senado.leg.br/norma/471317/publicacao/15701586> .Consultado em: 03/03/2018.

Cacciamali, M. C. **Flexibilidade e micro e pequenas empresas**. São Paulo em perspectiva, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 82-87, jan./mar. 1997. Disponível em:
http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n01/v11n01_09.pdf . Consulta em 26/03/2019.

Conejero, Marco e Mello, Edson. **Diagnóstico da gestão ambiental nas micro e pequenas empresas: um estudo multicase na região de Campo Limpo Paulista - SP**. XI Congresso Nacional de Excelência em Gestão, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:
http://www.inovarse.org/sites/default/files/T_15_509.pdf. Consultado em 09/10/2019.

Everton Junior, Antonio. **MPE: avanços importantes para as micro e pequenas empresas 2017-2018**. Rio de Janeiro : CNC, 2017.
http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/mpe_-_avancos_importantes_2017-2018.pdf. Consultado em 16/11/2018.

Holanda, Antonio Nilson Craveiro. **Avaliação de Programas**. Rio - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2006.

IBGE. **Estatísticas do cadastro central de empresas : 2017** / IBGE, Coordenação de Metodologia das Estatísticas de Empresas, Cadastros e Classificações. Rio de Janeiro : IBGE, 2019. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101658.pdf> Consultado em: 08/08/2019.

IBGE. **Produto Interno Bruto - PIB**. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php> Consultado em: 15/07/2019.

Marengo, Jose A.; Cunha, Ana P. e Alves, Lincoln M.. **A seca de 2012-15 no semiárido do Nordeste do Brasil no contexto histórico**. sem data. Disponível em:

<http://climanalise.cptec.inpe.br/~rclimanl/revista/pdf/30anos/marengoetal.pdf> . Consultado em 10/12/2018.

Santos, Anselmo Luís dos; Krein, José Dari e Calixtre, Andre Bojikian. Orgs. **Micro e pequenas empresas: mercado de trabalho e implicação para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Ipea, 2012. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=16690. Consultado em 14/11/2018.

Sebrae. **Empresas familiares**. (Relatório de pesquisa), setembro, 2015. Disponível em:

[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/db16fac96aa7a4f7f1b8af2dc5e000a1/\\$File/5986.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/db16fac96aa7a4f7f1b8af2dc5e000a1/$File/5986.pdf) Consultado em 24.04.2019.

Sebrae. **Racionamento de água e consumo de energia**. (Relatório de pesquisa) 2018. Disponível em:

[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/418ae675eb4475fda2a3491eb840d9dd/\\$File/7852.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/418ae675eb4475fda2a3491eb840d9dd/$File/7852.pdf) .Consultado em 02/05/2019.

Sousa, Jânia Maria; Nottigham, Philipe Théophilo; Gonçalves, Marcos Falcão. **Metodologia para avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento para o Nordeste**. Fortaleza, BNB, 2012.

Vasconcellos, Luís Henrique Rigatto. **A contribuição do Call Center para a inovação em empresas prestadoras de serviços**. (Tese de Doutorado), Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3136/tde-18082010-164736/publico/Tese_Luis_Henrique_Rigato_Vasconcellos.pdf . Consultado em 07/07/2019.

7.4 Polos econômicos regionais: definição e apoio creditício do FNE

7.4.1 Introdução

O Brasil é marcado por uma forte desigualdade, tanto inter quanto intrarregional, que pode ser verificada pelas significativas discrepâncias de índices socioeconômicos do Nordeste, vis a vis à média nacional. A renda per capita média regional, por exemplo, equivale a aproximadamente 64% da média nacional. Internamente, o Nordeste convive com município que apresenta IDH-M de 0,763 (Natal-RN - 320º no ranking nacional), bem como com outro cujo valor é 0,443 para o mesmo indicador (Fernando Falcão-MA - 5564º colocado no mesmo ranking), conforme PNUD (2010).

De acordo com Ray (2000), a desigualdade, a pobreza e a estagnação tendem a se perpetuar em sociedades mais pobres que apresentam falhas de coordenação e mercado de capitais imperfeitos.

Stiglitz; Vallejo e Park (2017) afirmam que a existência de mercados incompletos de crédito é uma das condições para a alocação ineficiente de recursos financeiros, sendo essencial a ação do governo para corrigir tal falha de mercado, ampliando o acesso ao crédito. No Nordeste do Brasil, o risco relacionado às condições edafoclimáticas regionais e à infraestrutura com menor nível de desenvolvimento vis-à-vis à Região Sudeste, tende a transferir recursos financeiros para esta, na ausência de uma política pública que direcione recursos para o setor produtivo regional.

Ademais, a ausência de um sistema financeiro estruturado, que reduz o padrão de desenvolvimento e aumenta a desigualdade inter-regional, tende a elevar a pressão sobre o governo na perspectiva de prover os recursos necessários para a população.

A política pública preconizada pelo FNE baseia-se na concessão de financiamentos ao setor produtivo regional com taxas de juros diferenciadas para setores, portes de empreendimentos e áreas específicas, previamente estabelecidas pelo administrador dos recursos, executor da política.

Seu objetivo é contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo plano regional de desenvolvimento.

Seu foco é a redução das desigualdades inter e intrarregionais, por meio da redução da assimetria regional de crédito, considerando que, segundo Pagano (1993) apud Gonçalves (2017), a intermediação financeira afeta o crescimento econômico. Nessa mesma linha, Pessoa (2015) mostra a relação positiva e não linear entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico.

Soares et al. (2014), por exemplo, mostram que os influxos do FNE afetam de forma diferente o crescimento de quatro grupos de municípios (clubes de convergência), sendo o efeito do Fundo mais significativo naqueles municípios de média renda.

Os efeitos do FNE tendem a se espalhar por municípios vizinhos, principalmente a partir daqueles classificados como alta renda, conforme verificam Carneiro e Cambota (2019). Tal fato denota parecer acertada a estratégia de aplicação em polos dinâmicos locais para potencializar os efeitos da política pública.

Dessa forma, a presente linha de base tem por objetivos: (i) definir o indicador que será utilizado na identificação de polos econômicos regionais e mesurar o dinamismo econômico; (ii) analisar o surgimento e evolução dos referidos polos no Nordeste do Brasil no período de 2000 a 2015; e (iii) construir indicador que demonstre o apoio creditício do FNE aos polos identificados no item (i).

7.4.2 Metodologia

Para identificação de polos econômicos, Meiners et al (2013) utilizam a análise exploratória de dados espaciais (AEDE), a partir da detecção e identificação das interações espaciais, considerando variáveis municipais selecionadas.

Meiners et al (2013) trabalharam prioritariamente com o Índice de Desenvolvimento Municipal da Micro e Pequena Empresa (IDMPE) do Paraná para os anos 2008 e 2009, avaliando o grau e a forma da interação espacial nele presentes, por meio da interação entre os índices parciais e o índice final, bem como a interação entre o índice de um ano e o índice de um ano seguinte.

Dessa forma é possível identificar grupos de cidades que interagem espacialmente em circunstância de alto ou baixo IDMPE. Por um lado sinaliza para

clusters de alto desempenho, com grande poder de empuxe para alavancar o empreendedorismo em municípios próximos. Também revela *clusters* de baixo dinamismo, municípios de baixo desempenho empreendedor, com grande influência negativa da vizinhança, em que a superação depende de ações de cunho regional, adotadas de forma associativa e coordenada em redes de promoção empreendedora com outras cidades (Meiners et al, 2013, pág. 70).

O Índice Municipal de Desenvolvimento da Micro e Pequena Empresa foi construído em 2008, com o objetivo de prover o diagnóstico e monitoramento do ambiente institucional e de negócios dos municípios por meio de um índice sintético de âmbito municipal, de forma a medir e captar a qualidade do entorno competitivo territorial, diagnosticar e monitorar o ambiente institucional e de negócios dos municípios, subsidiar o planejamento estratégico municipal e definir plano de ações locais para o desenvolvimento local baseado na promoção das micro e pequenas empresas (SEBRAE, 2012).

Ainda de acordo com Sebrae (2012), a estrutura final do indicador resulta da interação de três índices parciais, a saber: desenvolvimento empresarial (IDE), desenvolvimento do mercado consumidor local (IDM) e desenvolvimento do ambiente institucional (IDI).

A metodologia aplicada por Meiners et al (2013) para identificar clusters de municípios com padrões locais de autocorrelação espacial no Estado do Paraná pode ser replicada para a Região Nordeste do Brasil, com o objetivo de agrupar municípios com níveis semelhantes de desenvolvimento e dinâmica econômica, identificando a existência de possíveis polos.

Seguindo a metodologia descrita por Almeida (2012), a princípio, duas são as formas de se avaliar a existência da autocorrelação espacial univariada. A primeira é tida como uma análise de âmbito global. Em geral, busca-se averiguar se os dados da variável de interesse são distribuídos aleatoriamente no espaço ou não. Entre as estatísticas de teste comumente utilizadas, tem-se o coeficiente I de Moran (1948)²⁵, descrito por:

$$I = \frac{n}{S_0} \frac{z'Wz}{z'z} \quad (1)$$

em que n é o número de regiões, z representa os valores da variável padronizada, Wz representa os valores médios da variável padronizada nos vizinhos de acordo com alguma matriz de ponderação espacial W , e S_0 representa o somatório de todos os elementos da matriz de ponderação espacial.

A partir do resultado do teste é possível dizer se: i) considerando o nível de significância, os dados apresentam algum tipo de padrão espacial; ii) observado o sinal do estimador, caso esse seja positivo, haverá o indicativo de que os dados são concentrados e, caso negativo, que os mesmos estejam dispersos; e, por fim, iii) tratando-se de um coeficiente de correlação, direcionando o enfoque para a magnitude do estimador, quanto mais próxima a 1 for a estatística, maior será a aglomeração das unidades geográficas avaliadas, e, por sua vez, quanto mais aproximado for o resultado de -1, mais “espalhadas” estarão as unidades observadas.

No que diz respeito à segunda forma, esta pode ser considerada de domínio local. O coeficiente I de Moran local (I_i), proposto por Anselin (1995), pode ser descrito como:

$$I_i = z_i \sum_{j=1}^J w_{ij} z_j \quad (2)$$

em que i representa o município de enfoque, e j os municípios contíguos.

²⁵ Somados ao I de Moran, existem outros testes que avaliam a autocorrelação global, como o c de Geary e G de Getis-Ord. Maiores informações sobre tais testes, consultar Almeida (2012).

Por apresentar uma enorme gama de resultados gerados, uma vez que cada unidade geográfica avaliada possui o seu coeficiente, tem-se a possibilidade de agregar tais informações em mapas (LISA - Local Indicator of Spatial Association) para facilitar a interpretação dos resultados. Com base em tais mapas, desde que os resultados sejam estatisticamente significativos, é possível estabelecer clusters espaciais, considerando quatro possíveis vetores de observação:

- i. Alto-alto: municípios com alto desenvolvimento vizinhos de municípios com alto desenvolvimento;
- ii. Baixo-baixo: municípios com baixo desenvolvimento vizinhos de municípios com baixo desenvolvimento;
- iii. Baixo-alto: municípios com baixo desenvolvimento vizinhos de municípios com alto desenvolvimento; e
- iv. Alto-baixo: municípios com alto desenvolvimento vizinhos de municípios com baixo desenvolvimento.

Para identificação dos polos econômicos da Região Nordeste do Brasil foi utilizado o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que monitora o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros.

De acordo com FIRJAN (2018), trata-se de um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas do desenvolvimento humano: Emprego e Renda, Educação e Saúde, a partir de quinze componentes descritos no Quadro 2.

Quadro 2 - Quadro-resumo dos componentes do IFDM - Por área de desenvolvimento

Emprego e Renda	Educação	Saúde
1. Geração de emprego formal	1. Atendimento à educação infantil	1. Proporção de atendimento adequado de pré-natal
2. Taxa de formalização do mercado de trabalho	2. Abandono no ensino fundamental	2. Óbitos por causas mal definidas
3. Geração de renda	3. Distorção idade-série no ensino fundamental	3. Óbitos infantis por causas evitáveis
4. Massa salário real no mercado de trabalho formal	4. Docentes com ensino superior no ensino fundamental	4. Internação sensível à atenção básica (ISAB)
5. Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal	5. Média de horas aula diárias no ensino fundamental	
	6. Resultado do IDEB no ensino fundamental	

Fonte: FIRJAN (2018).

Seu resultado varia entre 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior será o nível de desenvolvimento da localidade, o que permite a interação entre seus índices parciais, bem como a comparação entre municípios ao longo do tempo.

Para demonstrar o apoio creditício do FNE aos polos identificados será utilizada a equação (3):

$$\sigma_{i,j} = \frac{\frac{\text{contratação}_{i,j}}{FNE_j}}{\frac{\sum PIB_{i,j}}{PIB_{regional_j}}} \quad (3)$$

onde: σ é o indicador de apoio creditício do FNE ao polo econômico i no momento j ; $\text{contratação}_{i,j}$ é o volume contratado com recursos do FNE no polo econômico i no momento j ; FNE_j é o valor total contratado com recursos do FNE no momento j ; $\sum PIB_{i,j}$ é o somatório dos PIB's municipais do polo econômico i no momento j ; e $PIB_{regional_j}$ é o PIB da Região Nordeste no momento j .

Saliente-se, contudo, que a destinação de recursos aos polos regionais aqui descritos não deve de sobrepôr às diretrizes e prioridades definidas pelo Conselho Deliberativo da Sudene.

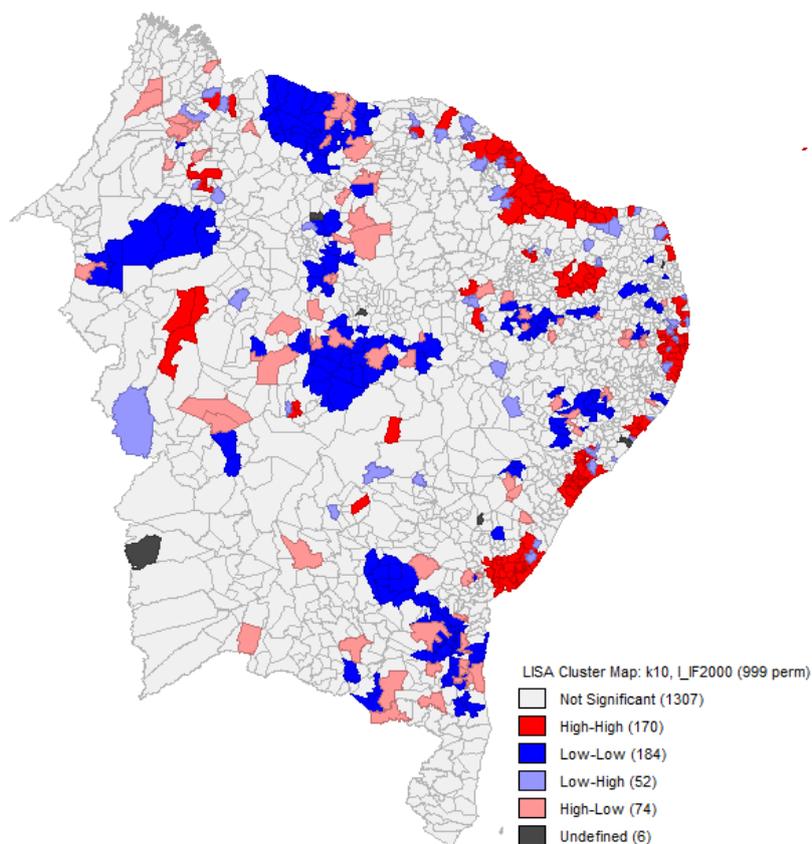
7.4.3 Resultados e discussões

A) Clusters Municipais

A presente seção apresenta os resultados gerados e agregados em mapas, o que contribui para melhor visualização.

A análise das Figuras 1 a 3 demonstra a evolução do nível de desenvolvimento dos municípios da Região Nordeste do Brasil, considerando três momentos: 2000, 2010 e 2015.

Figura 1 - Clusters Municipais - 2000



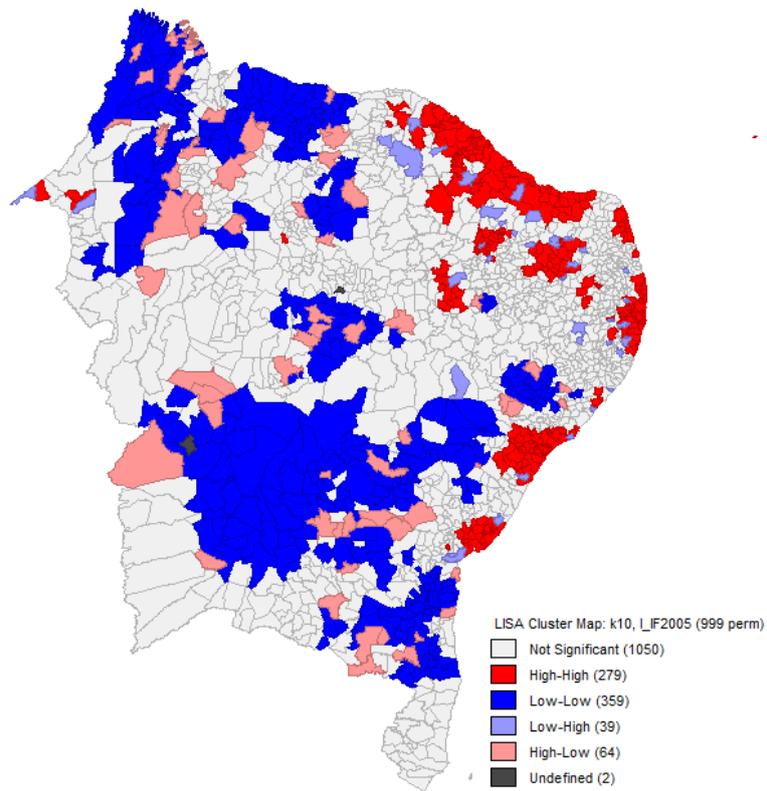
Fonte: Elaboração dos autores, com base em dados da pesquisa.

Conforme verificado na Figura 1, há concentração de municípios com alto desenvolvimento vizinhos de municípios com desenvolvimento também alto na faixa litorânea da Região Nordeste, notadamente nas áreas metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza (se estendendo para a porção leste do Estado em direção ao Rio Grande do Norte), e a conurbação entre Maceió e Aracaju.

Tais regiões historicamente apresentam níveis de desenvolvimento acima da média regional, caracterizando uma desigualdade intrarregional, que se somam àquela interregional vis a vis às demais regiões brasileiras.

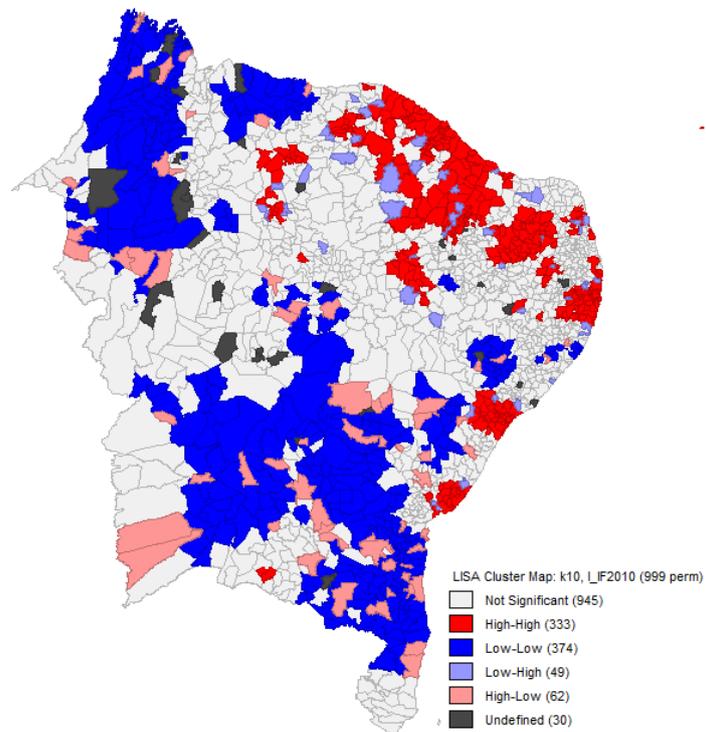
Destaque-se ainda a elevada quantidade de municípios apresentando baixo desenvolvimento, cercado por outros municípios de igual característica. Esse é o grupo de municípios que mais se destaca no demais períodos, tal como visto nas Figuras 2 e 3. Ressalte-se a necessidade de políticas públicas efetivas, que tenham a capacidade de modificar esse status quo.

Figura 2 - Clusters Municipais - 2005



Fonte: Elaboração dos autores, com base em dados da pesquisa.

Figura 3 - Clusters Municipais - 2015



Fonte: Elaboração dos autores, com base em dados da pesquisa.

Comparando o exercício para o ano 2000 com os anos 2005 e 2015, observa-se a redução dos municípios não estatisticamente significantes, o que permite melhor compreensão e análise.

Destaque-se também a distribuição de municípios de alto desenvolvimento, cercados por municípios de baixo desenvolvimento, que se espalham por todo o território regional.

Tendo por base as ideias de desenvolvimento espacial identificadas em Isard (1956) e da teoria de polos de crescimento e desenvolvimento de Perroux (1967), e dado o nível de desenvolvimento de tais municípios, estes podem desempenhar a função de catalisadores de desenvolvimento. Nesse aspecto, para eles poderiam ser direcionadas políticas públicas que possam ser difundidas a partir desses municípios-polos, impactando os municípios vizinhos.

B) FNE e os Clusters Municipais

Considerando os municípios de alto desenvolvimento, cercados por municípios de baixo desenvolvimento, o Banco do Nordeste financiou aproximadamente R\$ 14,3 bilhões no período de 2010 a 2019, o que representa 7,2% dos R\$ 200,3 bilhões totais contratados com recursos do FNE no período (Tabela 62).

TABELA 62 - FNE - Valores contratados²⁶ em municípios selecionados e total - 2010 a 2019

Ano	Municípios Selecionados	FNE Total	%
2010	1.311.706.124,26	18.199.200.653,59	7,2%
2011	771.973.794,21	17.774.962.150,21	4,3%
2012	1.020.065.305,47	17.890.839.521,86	5,7%
2013	1.142.601.316,51	18.031.685.489,67	6,3%
2014	1.192.412.794,62	18.309.719.980,39	6,5%
2015	887.208.634,15	14.143.374.344,38	6,3%
2016	1.296.830.515,85	12.956.829.895,14	10,0%
2017	911.647.687,48	18.471.174.594,63	4,9%
2018	3.902.478.765,31	35.002.114.649,42	11,1%
2019	1.907.916.110,84	29.558.092.900,44	6,5%
TOTAL	14.344.841.048,70	200.337.994.179,73	7,2%

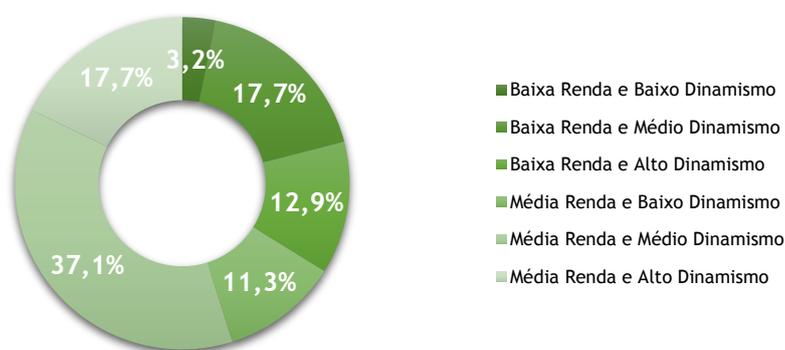
Fonte: Elaboração própria, com dados de BNB/ETENE.

²⁶ Valores constantes de 31.12.2019, atualizados pelo IGP-DI.

Ressalte-se que nos municípios selecionados residem 5,5% dos habitantes (IBGE, 2019a)²⁷ da área de atuação do Banco do Nordeste e geram 5,6% do Produto Interno Bruto (IBGE, 2019b)²⁸ da mesma região geográfica.

Considerando a classificação municipal contida na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), todos os municípios estão localizados em áreas prioritárias, caracterizados por renda média ou baixa, independente do nível de dinamismo (alto, médio ou baixo), conforme verificado no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Classificação de acordo com a PNDR - municípios selecionados (alto desenvolvimento rodeado por municípios de baixo desenvolvimento)



Fonte: Elaboração própria, com dados de BNB/ETENE.

Dentre tais municípios, quase 55,0% está classificado como média renda de médio ou alto dinamismo, enquanto aproximadamente outros 30,0% como baixa renda também com médio ou alto dinamismo, fato que corrobora a discussão presente em Isard (1956) e Perroux (1967).

Aplicando a equação (3) para o conjunto de municípios selecionados, encontra-se o indicador de apoio creditício do FNE ($\sigma_{i,j}$) igual a 1,297²⁹. Tal fato sugere que o BNB tem apoiado esses municípios com recursos do FNE num volume proporcionalmente maior do que a representatividade do somatório de seus PIBs, o que tende a trilhar o caminho discutido por Pagano (1993) e Pessoa

²⁷ Considerando a estimativa da população para 2019.

²⁸ PIB referente a 2016.

²⁹ Calculado a partir da média de contratação anual do FNE para o período 2010 a 2018.

(2015). Ou seja, o apoio creditício pode ser uma das variáveis que está contribuindo para o desenvolvimento de tais municípios.

O Apêndice I do presente trabalho apresenta o indicador de apoio creditício do FNE ($\sigma_{i,j}$) detalhado por cada município selecionado (alto desenvolvimento rodeado por municípios de baixo desenvolvimento), bem como para seus respectivos Estados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. **Econometria espacial aplicada**. São Paulo: Editora Alínea, 2012.

ANSELIN, L. Local indicators of spatial association - LISA. **Geographical Analysis**, v.27, n.2, p.93-115, 1995.

CARNEIRO, Diego; CAMBOTA, Jacqueline Nogueira. **Revisão sistemática da literatura acerca da Avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste**. 2019: no prelo.

FIRJAN. **IFDM 2018: Metodologia**. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/data/files/46/21/E2/BD/DF834610C4FC8246F8A809C2/Metodologia%20IFDM%20-%20Final.pdf>. Acesso em: 28.jun.2019.

GONÇALVES, Marcos Falcão. **Avaliação dos impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE): uma abordagem de equilíbrio geral**. 2017. 138 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Universidade Federal de Viçosa, MG, 2017.

IBGE. **Estimativa Populacional (2019)**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30.out.2019a.

IBGE. **Contas Nacionais (2019)**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30.out.2019b.

ISARD, Walter. **Location and Space Economy: a general theory relating to industrial location, market areas, land use, trade and urban structure**. Cambridge, MIT Press, 1956.

MEINERS, W. E.; ESTEVES, L. A.; LEITE, L. M.; RISSETE, C. R. Uma análise espacial do Índice de Desenvolvimento Municipal da Micro e Pequena Empresa (IDMPE) do Paraná. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, vol. 07, n. 2, PP. 68-82, 2013.

Moran, P. The interpretation of statistical maps. **Journal of Royal Statistical Society**, series B, vol. 10, n. 2, p. 243-251, 1948.

PAGANO, Marco. Financial markets and growth: an overview. **European Economic Review**, v. 37, n. 2, p. 613-622, 1993.

PERROUX, F. **A Economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

PESSOA, Filipe de Moraes Cangussu. **Crescimento econômico, desenvolvimento financeiro e transferência de recursos via intermediação financeira: a experiência brasileira**. 2015. 180 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Universidade Federal de Viçosa, MG, 2015.

PNUD. **Ranking IDHM Municípios 2010**. Disponível em:

<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Acesso em: 28.jun.2019.

RAY, D. **Development economics**. Princeton: Princeton University Press, 1998.

SOARES, Ricardo Brito et al. Fondo Constitucional de Financiamiento del Nordeste del Brasil: efectos diferenciados sobre el crecimiento económico de los municipios. **Revista CEPAL**, v. 114, p. 183-201, ago. 2014a.

SEBRAE. **IDMPE - Índice de Desenvolvimento Municipal da Micro e Pequena Empresa no Paraná**. Curitiba: Sebrae-PR, 2012.

STIGLITZ, J.; VALLEJO, J. J.; PARK, Y. C. The role of the state in financial markets. of the **WORLD BANK ANNUAL CONFERENCE ON DEVELOPMENT ECONOMICS**, 1993, [S.l.]. **Proceedings...** [S.l.: s.n.], 1993. Disponível em: <<http://financecottage.com/wp-content/uploads/2013/03/Role-of-Government-in-Financial-Market.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2017.

Apêndice 1. Indicador de apoio creditício do FNE ($\sigma_{i,j}$) - município selecionado (alto desenvolvimento rodeado por municípios de baixo desenvolvimento) e respectivos Estados

Cód. IBGE	Município/UF	índice	Cód. IBGE	Município/UF	índice
2102101	Brejo	2,098	2905404	Cairu	0,136
2104008	Esperantinópolis	1,405	2906006	Campo Formoso	9,481
2104057	Estreito	0,814	2909307	Correntina	11,792
2104107	Fortaleza dos Nogueiras	4,515	2909703	Cristópolis	1,031
2104305	Godofredo Viana	0,450	2910701	Euclides da Cunha	0,637
2104909	Guimarães	0,320	2910800	Feira de Santana	0,752
2105708	Lago da Pedra	0,991	2912202	Ibicoara	3,052
2106102	Loreto	4,169	2913200	Ibotirama	0,867
2106755	Miranda do Norte	0,316	2913457	Igrapiúna	0,766
2108603	Pinheiro	0,671	2913606	Ilhéus	0,623
2109007	Porto Franco	1,670	2914109	Ipupiara	0,932
2110039	Santa Luzia do Paruá	2,339	2914604	Irecê	0,844
2110856	São Francisco do Brejão	0,808	2914802	Itabuna	0,220
2111607	São Raimundo das Mangabeiras	0,192	2915205	Itagibá	0,622
21	MARANHÃO	1,144	2916401	Itapetinga	0,981
2203008	Cristalândia do Piauí	1,073	2917359	Jaborandi	14,042
2207702	Parnaíba	0,643	2917508	Jacobina	2,509
2207801	Paulistana	1,327	2918001	Jequié	0,629
2207959	Nova Santa Rita	5,151	2918704	Lafaiete Coutinho	2,395
2210003	São João do Piauí	18,043	2921906	Mucugê	0,987
2210102	São José do Peixe	2,224	2922409	Mutuípe	0,420
22	PIAUI	2,185	2925303	Porto Seguro	1,485
2701704	Capela	0,334	2925907	Quijingue	0,968
2705606	Novo Lino	0,332	2925931	Quixabeira	1,254
2707107	Piranhas	0,951	2927705	Santa Cruz Cabralia	0,775
2708006	Santana do Ipanema	0,885	2927804	Santa Cruz da Vitória	1,645
27	ALAGOAS	0,732	2929909	Seabra	0,785
2805505	Poço Verde	1,155	2930105	Senhor do Bonfim	0,685
2807501	Tomar do Geru	0,986	2930501	Serrinha	0,504
28	SERGIPE	1,098	2932200	Ubaitaba	0,143
2901353	Andorinha	0,652	2933000	Valente	1,213
2902807	Barra da Estiva	1,177	2933307	Vitória da Conquista	0,528
2904209	Botuporã	0,446	29	BAHIA	1,278
2904605	Brumado	0,747	TOTAL DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS		1,297

Fonte: Elaboração própria, com dados de BNB/ETENE, IBGE (2019a) e IBGE (2019b).

8. PERFIL DA CARTEIRA

8.1 Composição da carteira FNE

8.1.1 Por UF

A carteira de financiamentos do FNE fechou o ano de 2019 com um saldo de R\$ 65,3 bilhões. Os estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Maranhão responderam por 62,7% desse saldo, conforme Tabela 63.

TABELA 63 - FNE - Saldos das aplicações por UF - 2019

UF	Saldos das Aplicações ⁽¹⁾ (R\$ mil)	Aplicações por UF (%)
AL	2.288.520	3,51%
BA	15.062.912	23,09%
CE	10.144.571	15,55%
Norte ES	902.343	1,38%
MA	7.689.608	11,79%
Norte MG	3.742.142	5,74%
PB	3.328.788	5,10%
PE	8.023.502	12,30%
PI	6.605.769	10,12%
RN	5.146.481	7,89%
SE	2.314.465	3,55%
Total	65.249.101	100,00%

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações e Crédito.

Nota:(1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989

8.1.2 Por Setor

Na carteira do FNE, encontram-se alocados recursos em todos os setores da economia. O saldo de aplicações do Setor Rural (agricultura somado à pecuária) corresponde a 36,3%; da Infraestrutura 23%; do Comércio e Serviços 21,8%; e o Turismo, Indústria e Agroindústria 18,6% (Tabela 64).

TABELA 64 - FNE - Saldos das aplicações por Setor - 2019

Setor	Saldo Aplicações	% por Setor ⁽²⁾
Rural	23.673.178	36,30%
Agroindustrial	983.803	1,50%
Industrial/Turismo	11.151.751	17,10%
Infraestrutura	15.044.739	23,00%
Comércio e Serviços	14.212.639	21,80%
Financ. à Exportação	182.991	0,30%
Total	65.249.101	100,00%

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações.

8.1.3 Por Porte

Os beneficiários de mini, micro, pequeno e pequeno-médio portes responderam por um saldo de aplicações de aproximadamente R\$ 27,6 bilhões, o equivalente a 42,3% do saldo total (Tabela 65).

TABELA 65 - FNE - Saldos das aplicações por porte - 2019

Porte	Saldo Aplicações	Aplicações (%) (2)
Cooperativas/Associações	210.030	0,30%
Micro e Mini	13.086.960	20,10%
Pequeno	10.248.523	15,70%
Pequeno-Médio	4.260.760	6,50%
Médio	10.059.153	15,40%
Grande	27.383.675	42,00%
Total	65.249.101	100,00%

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

8.1.4 Composição da carteira Pronaf

A carteira do Pronaf, constituída por mini produtores rurais da agricultura familiar, concluiu o exercício de 2019 com um saldo de aplicações de R\$ 9,3 bilhões. Tais recursos estão distribuídos entre os estados da área de atuação do Banco, conforme Tabela 66.

TABELA 66 - FNE - Pronaf - Saldo das aplicações - por UF - 2019

Estado	Saldo Aplicações (R\$ mil)	Percentual por Estado
AL	375.185	4,05%
BA	1.841.920	19,87%
CE	1.410.649	15,21%
Norte ES	60.646	0,65%
MA	1.027.404	11,08%
Norte MG	697.270	7,52%
PB	658.504	7,10%
PE	1.256.677	13,55%
PI	1.076.242	11,61%
RN	541.594	5,84%
SE	325.426	3,51%
Total	9.271.517	100,00%

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Essa carteira está distribuída em programas, de acordo com as características dos beneficiários e a finalidade do crédito. No exercício de 2019, predominaram

os programas Pronaf-Grupo-"B" e Pronaf-B-Plano-Safra-Semiárido, destinados a atender aos beneficiários do Grupo B com mais de 40,5% do saldo total de aplicações; o Pronaf-Mais-Alimentos com 21,74%; e o Pronaf-Seca-2012 com cerca de 13,0% (Tabela 67).

TABELA 67 - FNE-Pronaf- Saldos das aplicações por programa- 2019

Programas	Saldos das aplicações ⁽¹⁾ (R\$ mil)	Percentual por programa (%)
Pronaf-Operações (Leis: 11.322; 10.464; 10.696)	5.062	0,05%
Pronaf-Procir	30.885	0,33%
Pronaf-Grupo "A"	798.484	8,61%
Pronaf-Grupo "B"	1.355.468	14,62%
Pronaf-Grupo "C"	62.021	0,67%
Pronaf-Grupo "D"	26.743	0,29%
Pronaf-Grupo "E"	1.111	0,01%
Pronaf-Grupo A/C	5.804	0,06%
Pronaf-Semiárido	990.974	10,69%
Pronaf-Jovem	5.405	0,06%
Pronaf-Mulher	107.709	1,16%
Pronaf-B-Plano Safra-Semiárido	2.397.812	25,86%
Pronaf-Mais Alimentos	2.015.869	21,74%
Pronaf-Seca-2012	1.193.997	12,88%
Pronaf-Floresta	19.622	0,21%
Pronaf-Agroecologia	8.462	0,09%
Pronaf-Agroindústria	2.101	0,02%
Outros programas	243.988	2,63%
TOTAL	9.271.517	100,00%

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

8.1.5 Por Risco do Crédito

Quanto à natureza do risco do crédito, 86,3% do saldo das aplicações foi de risco compartilhado entre o FNE e o BNB (Tabela 68).

TABELA 68 - FNE - Saldos das aplicações por risco de crédito (1) - 2019

Risco	Aplicações	(%)
Integral BNB	1.004.379	1,5
Exclusivo FNE	7.951.688	12,2
Compartilhado FNE / BNB	56.293.034	86,3
Total	65.249.101	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Nota: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB, com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989.

8.1.6 Por faixa de risco dos tomadores

O saldo das operações em atraso somaram, aproximadamente, R\$ 1,5 bilhão, o que corresponde a 2,3% do saldo total (Tabela 69).

TABELA 69 - FNE - Aplicações e inadimplência por risco do tomador - 2019

Risco do Tomador	Aplicações	Atraso	(%)
AA	30.916.244	16.038	0,1
A	18.501.905	7.139	-
B	5.677.520	18.326	0,3
C	1.758.193	34.332	2,0
D	964.362	33.512	3,5
E	982.034	37.930	3,9
F	405.768	32.948	8,1
G	447.170	36.351	8,1
H	5.595.905	1.286.631	23,0
Total	65.249.101	1.503.207	2,3

Ressalte-se que a classificação constante na Tabela 65 refere-se à posição na data 31.12.2019 e não na data de contratação da operação. A classificação de risco de um cliente após a contratação pode sofrer degradação ao longo do tempo, em face da piora na capacidade de pagamento do cliente e/ou inadimplência de seus compromissos de crédito junto à instituição. O BNB possui política de risco de crédito onde é estabelecido que as unidades somente podem contratar operações cujas propostas apresentem riscos AA, A ou B.

8.2 Índices de inadimplência

8.2.1 Por UF

O Estado do Ceará apresentou o maior índice de inadimplência 3,5%, mas reduziu em comparação ao anterior que foi de 4,2%. Outros estados também apresentaram índices de inadimplência superiores ao percentual do FNE no período, como Sergipe e Pernambuco, conforme Tabela 70.

Tabela 70 - FNE - Saldos das aplicações e inadimplência por UF - 2019

Estado	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
AL	2.288.520	52.110	2,3
BA	15.062.912	274.982	1,8
CE	10.144.571	352.785	3,5
Norte ES	902.343	20.275	2,2
MA	7.689.608	176.842	2,3
Norte MG	3.742.142	73.049	2,0
PB	3.328.788	62.057	1,9
PE	8.023.502	235.238	2,9
PI	6.605.769	100.409	1,5
RN	5.146.481	71.657	1,4
SE	2.314.465	83.803	3,6
Total	65.249.101	1.503.207	2,3

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

8.2.2 Por Setor

Analisando-se o comportamento da inadimplência entre os setores da economia, observou-se que o Setor Agroindustrial, para o qual foram destinados apenas 1,7% do volume dos recursos financiados, apresentou o maior índice de inadimplência (6,3%) (Tabela 71).

TABELA 71 - FNE - Saldos das aplicações e atraso por Setor - 2019

Valores em R\$ mil

Setor	Saldo Aplicações ⁽¹⁾	Aplicações (%) ⁽²⁾	Saldo em Atraso ⁽³⁾	Inadimplência (%) ⁽⁴⁾	Inadimplência do Segmento (%)
Rural	23.673.178	36,30%	646.084	1,0	2,7
Agroindustrial	983.803	1,50%	59.355	0,1	6
Industrial/Turismo	11.151.751	17,10%	265.485	0,4	2,4
Infraestrutura	15.044.739	23,00%	0	0,0	0
Comércio e Serviços	14.212.639	21,80%	532.283	0,8	3,7
Financ. à Exportação	182.991	0,30%	0	0,0	0
Total	65.249.101	100,00%	1.503.207	2,3	2,3

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB, com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (3) Total das parcelas em atraso do segmento. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (5) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento.

8.2.3 Por porte

O segmento de associações e cooperativas, embora detendo o menor volume de aplicações (0,3%), apresentou o maior índice de inadimplência (4,6%). Os empreendimentos de grande porte apresentaram o maior volume de aplicações (42%) e o menor índice de inadimplência (0,8%) (Tabela 72).

TABELA 72 - FNE - Saldos das aplicações e atraso por porte dos beneficiários - 2019

Porte	Saldo Aplicações	Aplicações (%) ⁽²⁾	Saldo em Atraso ⁽³⁾	Inadimplência (%) ⁽⁴⁾	Inadimplência do Segmento (%) ⁽⁵⁾
Cooperativas/Associações	210.030	0,3	9.636	0,0	4,6
Micro e Mini	13.086.960	20,1	504.148	0,8	3,9
Pequeno	10.248.523	15,7	413.187	0,6	4
Pequeno-Médio	4.260.760	6,5	107.563	0,2	2,5
Médio	10.059.153	15,4	239.341	0,4	2,4
Grande	27.383.675	42	229.332	0,3	0,8
Total	65.249.101	100,0	1.503.207	2,3	2,3

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB, com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (3) Total das parcelas em atraso do segmento. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento, em relação ao saldo total das aplicações. (5) Percentual do saldo em atraso do segmento, em relação ao saldo de aplicações do segmento.

8.2.4 Pronaf

Quanto à inadimplência da carteira Pronaf, cujo índice foi de aproximadamente 4,0%, os programas com índices mais elevados foram: Pronaf-Operações (Leis: 11.322; 10.464; 10.696) com 15,4% e Pronaf-Procir 13,97% e Pronaf-Grupo "C" com 10,31% (Tabela 73).

TABELA 73 - FNE - Pronaf - Saldos das aplicações e inadimplência por programa- 2019

Programas	Saldos das Aplicações ⁽¹⁾ (R\$ mil)	Percentual por Programa (%)	Saldo Inadimplência	Percentual Inadimplência
Pronaf-Operações (Leis: 11.322; 10.464; 10.696)	5.062	0,05%	781	15,43%
Pronaf-Procir	30.885	0,33%	4.316	13,97%
Pronaf-Grupo "A"	798.484	8,61%	47.672	5,97%
Pronaf-Grupo "B"	1.355.468	14,62%	74.028	5,46%
Pronaf-Grupo "C"	62.021	0,67%	6.397	10,31%
Pronaf-Grupo "D"	26.743	0,29%	1.980	7,40%
Pronaf-Grupo "E"	1.111	0,01%	55	4,95%
Pronaf-Grupo A/C	5.804	0,06%	493	8,49%

Programas	Saldos das Aplicações ⁽¹⁾ (R\$ mil)	Percentual por Programa (%)	Saldo Inadimplência	Percentual Inadimplência
Pronaf-Semiárido	990.974	10,69%	23.898	2,41%
Pronaf-Jovem	5.405	0,06%	99	1,83%
Pronaf-Mulher	107.709	1,16%	1.940	1,80%
Pronaf-B-Plano Safra-Semiárido	2.397.812	25,86%	64.092	2,67%
Pronaf-Mais Alimentos	2.015.869	21,74%	55.581	2,76%
Pronaf-Seca-2012	1.193.997	12,88%	69.054	5,78%
Pronaf-Floresta	19.622	0,21%	420	2,14%
Pronaf-Agroecologia	8.462	0,09%	30	0,35%
Pronaf-Agroindústria	2.101	0,02%	59	2,81%
Outros programas	243.988	2,63%	17.014	6,97%
TOTAL	9.271.517	100,00%	367.909	3,97%

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

8.2.5 Por classificação do risco do crédito

As aplicações com o risco compartilhado entre o FNE e o BNB detiveram 86,3% do saldo das aplicações e 2,0% de inadimplência. (Tabela 74).

TABELA 74 - FNE - Saldos das aplicações e inadimplência por risco⁽¹⁾ - 2019

Tipo de Risco	Saldo Aplicações ⁽¹⁾ (R\$ mil)	Aplicações por Tipo de Risco (%)	Valores em R\$ mil	
			Saldo em Atraso (R\$ mil)	Saldo em Atraso por Tipo de Risco
Integral BNB	1.004.379	1,5%	5.430	0,5%
Exclusivo FNE	7.951.688	12,2%	345.642	4,3%
Compartilhado FNE / BNB	56.293.034	86,3%	1.152.135	2,0%
Total	65.249.101	100,0	1.503.207	2,3%

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Nota: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB, com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989.

8.2.6 Por faixa de risco dos tomadores

Os tomadores de crédito classificados quanto ao risco na letra H detiveram 85,59% do total dos valores dos saldos em atraso, com apenas 8,57% do total do saldo das aplicações (Tabela 75).

Tabela 75 - FNE - Saldos das aplicações e inadimplência por risco do tomador⁽¹⁾
- 2019

Risco do Tomador	Saldo das Aplicações (R\$ mil)	Saldo em Atraso (R\$ mil)	Saldo em Atraso por Risco do Tomador (%)
AA	30.916.244	16.038	0,1%
A	18.501.905	7.139	-
B	5.677.520	18.326	0,3%
C	1.758.193	34.332	2,0%
D	964.362	33.512	3,5%
E	982.034	37.930	3,9%
F	405.768	32.948	8,1%
G	447.170	36.351	8,1%
H	5.595.905	1.286.631	23,0%
Total	65.249.101	1.503.207	2,3%

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Nota: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB, com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989.

Ressalte-se que a classificação constante na Tabela 71 refere-se à posição na data 31.12.2019 e não na data de contratação da operação. A classificação de risco de um cliente após a contratação pode sofrer degradação ao longo do tempo, em face da piora na capacidade de pagamento do cliente e/ou inadimplência de seus compromissos de crédito junto à instituição.

8.3 Composição da conta de provisão

A provisão para perdas em operações de crédito, na contabilidade do FNE, é regulamentada pelas Portarias Interministeriais nº 11, de 28.12.2005, nº 46, de 07.03.2007 e nº 244, de 14.10.2008.

Na apuração dos valores a serem contabilizados a título de provisão, serão consideradas as parcelas de principal e encargos com atraso superior a 180 dias, conforme o disposto no Art. 3º da Portaria Interministerial nº 11, observado o percentual de risco atribuído ao Fundo em cada operação, conforme segue:

- a) operações com risco integral do FNE: 100% (cem por cento) do valor das parcelas de principal e encargos vencidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias;

- b) operações com risco compartilhado entre o FNE e o Banco: 50% (cinquenta por cento) do valor das parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 180 (cento e oitenta) dias;
- c) e nas operações com risco integral do BNB, operações de repasse a outras instituições e operações de repasse ao BNB: 0% (zero por cento) do valor das parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 180 (cento e oitenta) dias.

Conforme se pode observar na Tabela 76, a constituição de provisão para perdas em operações de crédito, em 2019, foi de R\$ 868,8 milhões, e em se tratando de operações baixadas para prejuízo, o montante foi de R\$ 889,4 milhões.

TABELA 76 - FNE - Movimentação da provisão e do prejuízo - 2019

Especificação	Valor (R\$ mil)
Saldo Inicial da Provisão para Perdas em Operações de Créditos	506.638
. Risco Integral do FNE	163.976
. Risco Compartilhado	342.662
(+) Constituição de Provisão Líquida no Exercício	868.798
Despesa de Provisão para Perdas em Operações de Crédito	868.798
. Risco Integral do FNE	296.781
. Provisão por Atraso/Renegociações	296.929
. Ajustes de Provisão por Deságio	-148
. Risco Compartilhado	572.017
. Provisão por Atraso/Renegociações	574.762
. Ajustes de Provisão de Operações Irregulares	-2.745
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Exercício	-889.412
. Risco Integral do FNE	-300.273
. Risco Compartilhado	-589.139
(=) Saldo Final da Provisão para Perdas em Operações de Crédito	486.024
. Risco Integral do FNE	160.484
. Risco Compartilhado	325.540

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Ressalte-se que não há constituição de provisões nas contas do FNE para rebates sobre encargos, bônus de adimplência e dispensa de correção monetária, porquanto não foram definidas, na legislação dos Fundos Constitucionais, regras para apuração e contabilização dessas provisões e o Banco não está autorizado a definir tais regras.

8.4 Renegociação de Dívidas

Em 2019, foram regularizadas 145.640 operações de crédito no âmbito do FNE, que estavam em situação de Prejuízo ou com o mínimo de 61 dias de atraso, implicando a regularização de dívidas no montante aproximado de R\$ 3,4 bilhões. Tais regularizações propiciaram recebimento, em espécie, de R\$ 436,8 milhões, equivalentes a 12,59% do total recuperado (Tabela 77).

TABELA 77 - FNE - Regularização de dívidas/2019

Valores em R\$ mil

UF	Quantidade de Operações	Valor Renegociado	Valor Recuperado em Espécie	Valor Total Regularizado	% Regularizado
AL	6.993	98.406	14.704	113.111	3,26
BA	20.809	475.097	65.475	540.572	15,58
CE	25.832	613.228	100.404	713.632	20,56
ES	617	106.505	16.239	122.744	3,54
MA	13.147	671.654	41.011	712.666	20,54
MG	8.078	81.677	14.564	96.241	2,77
PB	10.666	111.243	17.637	128.880	3,71
PE	24.758	313.043	38.856	351.899	10,14
PI	15.717	247.136	40.633	287.770	8,29
RN	13.487	125.935	19.386	145.321	4,19
SE	5.536	189.467	67.907	257.375	7,42
Total Geral	145.640	3.033.392	436.817	3.470.209	100,00

Fonte: Ambiente de Recuperação de Crédito.

Ainda de acordo com a Tabela 77, o valor renegociado foi de R\$ 3,0 bilhões, distribuídos pelos diversos setores econômicos, bem como entre o Pronaf, conforme demonstrado na Tabela 78, onde as renegociações de 2019 tiveram forte impacto através do enquadramento de operações pelas Leis 13.340/16 e 13.606/18, voltadas a regularização de dívidas de crédito rural.

TABELA 78 - FNE - Renegociação de dívidas - 2019

Valores em R\$ mil

Programa	Quantidade de Operações	Valor Total Regularizado
PRONAF	121.070	576.358
Não PRONAF	24.570	2.893.850

Fone: BNB/Ambiente de Recuperação de Crédito

O esforço empreendido pelo Banco, visando reduzir os indicadores de inadimplência, é reflexo de uma política de gestão dos créditos em situação de atraso ou prejuízo. Destacam-se as seguintes ações estratégicas com foco especial nos valores mais expressivos:

- a) definição e divulgação de melhores práticas de recuperação de crédito nas áreas de controle, segurança e apoio operacionais, possibilitando o cumprimento das políticas e diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva, com vistas a preservar a qualidade dos ativos do Banco;
- b) disseminação e acompanhamento diário dos resultados do Programa de Ação do Indicador Regularização de Dívidas;
- c) sistematização de reuniões com parceiros institucionais externos para esclarecimentos e difusão das condicionantes necessárias à contemplação dos benefícios previstos nos Instrumentos Legais de Renegociação de Dívidas (Leis e Resoluções do Conselho Monetário Nacional-CMN);
- d) difusão contínua em mídia externa para produtores rurais com condições de enquadramento nas disposições dos instrumentos de renegociações de dívidas;
- e) realização de mutirões nas Agências para realização das atividades relacionadas aos cálculos das dívidas e registros nos sistemas operacionais de controle;
- f) monitoramento dos resultados obtidos nas regularizações de dívidas amparadas em legislações específicas, a exemplo da Leis nºs 13.340/2016 e 13.606/2018;
- g) realização periódica de Reuniões de Trabalho e de conferências com os funcionários das Gerências de Reestruturação de Ativos (GERATs), Superintendências Estaduais e Ambiente, visando analisar o desempenho de cada Unidade com o direcionamento de ações para melhoria dos resultados, envolvendo as Centrais de Crédito, Centrais Regionais de Controle Interno e Ambiente de Contencioso Jurídico;

- h) constante revisão do fluxo de renegociação de dívidas, com o propósito de simplificar o processo, mantendo elevados níveis de controle e governança;
- i) constante revisão dos Instrumentos Normativos internos, visando às melhores condições de enquadramento para regularização de dívidas;
- j) realização de estudo dos roteiros e ferramentas utilizados na verificação de conformidade das propostas de renegociação de dívidas, com o objetivo de promover a elevação dos níveis de conformidade deste produto;
- k) obrigatoriedade de confirmação da verificação de autoconformidade das propostas de renegociação ou liquidação de dívidas com redução de valor, quando do cadastramento das operações no SIAC;
- l) reforço sistemático nas videoconferências, nos treinamentos internos e nos Fóruns de Gestão em que a Autoverificação de Conformidade é uma atividade realizada em 1º nível pela unidade executora para reparação de todas as exigências originadas de leis, disciplinamentos normativos, despachos das alçadas, laudos, recomendações das áreas técnicas do BNB ou dos ambientes gestores do processo/produto, e que cabe aos seus gestores certificarem-se de que o roteiro foi aplicado na minuta/versão corretas, e que foi respondido, assinado e/ou anexado no Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED-S557);
- m) monitoramento diário do cumprimento dos prazos normativos referentes à instrução da Autorização de Cobrança Judicial (ACJ);
- n) elaboração/atualização permanente de plano de resultados de renegociação de dívidas, onde ocorre o monitoramento das Propostas de Renegociação de Dívidas (PRD) em tramitação, em articulação com os diversos agentes envolvidos no processo, com o objetivo de promover celeridade à formalização das propostas de renegociação;
- o) as medidas legais constituem importantes mecanismos de recuperação de crédito, em particular dos valores inadimplidos, pelo que se reforça continuamente o apelo para que as unidades operadoras busquem o

enquadramento do maior número possível de operações, com vistas à melhoria contínua dos resultados corporativos.

As operações renegociadas por meio de medidas legais em 2019 foram:

- operações Liquidadas/Renegociadas com base na Lei nº 13.340/2016: com essa medida governamental de regularização de dívidas, foram regularizadas 43.252 operações, envolvendo recursos na ordem de R\$ 1,4 bilhão (Tabela 79).

TABELA 79 - FNE - regularizações de operações (Lei nº 13.340/2016) - 2019

Valores em R\$ mil

Artigo	Quantidade de Operações	Quantidade Clientes	Valor Total Regularizado
1º	21.892	16.231	868.105
2º	21.360	18.028	559.431
Total Geral	43.252	34.259	1.427.536

Fonte: BNB/Ambiente de Recuperação de Crédito.

- operações regularizadas com base no Artigo 29-A, da Lei 13.606/2018: permitiu a renegociação das operações de crédito rural de custeio e/ou de investimento contratadas com produtores rurais e/ou por suas cooperativas de produção agropecuária até 30/12/2019. Assim, foram regularizadas 46.069 operações, totalizando o valor de R\$ 677,5 milhões (Tabela 80).

TABELA 80 - FNE - regularizações de operações (Lei nº 13.606/2018) - 2019

Valores em R\$ mil

Artigo 29-A	Quantidade de Operações	Quantidade. Cliente	Valor Total Regularizado
Total Geral	46.069	38.668	677.530

Fonte: BNB/Ambiente de Recuperação de Crédito.

9. PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA

9.1 Infraestrutura

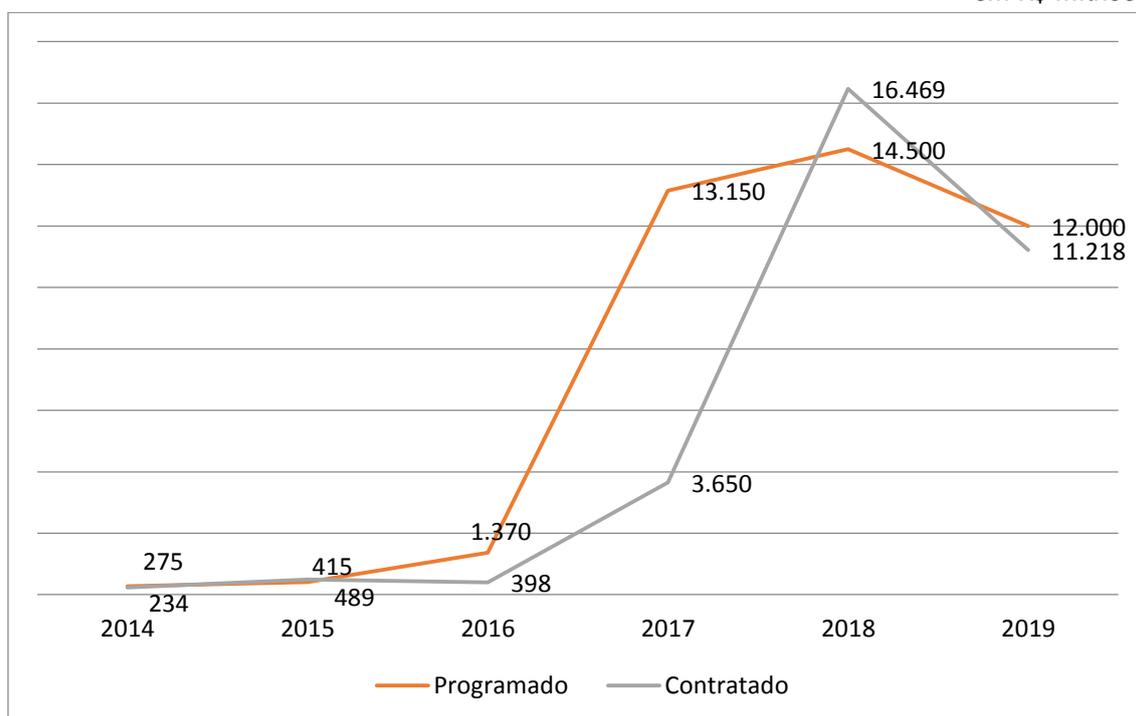
9.1.1 Valores Programados x Contratações do FNE em Infraestrutura

O Banco do Nordeste por meio do FNE vem, gradualmente, aumentando os recursos destinados à Infraestrutura. O crescimento dos recursos destinados ao setor a partir de 2016 mostra um redirecionamento da Instituição para financiamento de empreendimentos, onde o retorno social é maior do que o privado, que é uma das três principais justificativas para atuação de um banco de desenvolvimento (Albuquerque et al. 2018).

Para o ano de 2019, foi disponibilizado o montante de R\$ 12,0 bilhões, sendo aplicado aproximadamente R\$ 11,2 bilhões (Gráfico 8), equivalente, a 93,5% do total programado.

GRÁFICO 8 - FNE 2019 - Programado x realizado no Setor de Infraestrutura

em R\$ milhões



Fonte: BNB/ETENE, com dados do Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Percebe-se que as contratações se efetivaram fortemente nos últimos 3 anos (2017, 2018 e 2019), fruto de uma maturação natural dos projetos que vinham sendo prospectados ao longo dos anos, especialmente a partir de 2016.

9.1.2 Contratação por UF

A participação de cada estado ocorreu de acordo com suas respectivas condições objetivas, propiciando oportunidades de negócios em infraestrutura em toda área de atuação do FNE. Destaca-se a participação dos Estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão, que juntos contrataram 81,4% do total do setor (Tabela 81).

TABELA 81 - FNE - Infraestrutura - Contratações por UF - 2019

Estado	Contratado	
	Valor	%
Alagoas	53.026	0,5
Bahia	2.922.988	26,1
Ceará	1.916.249	17,1
Maranhão	1.399.981	12,4
Minas Gerais	558.941	5,0
Paraíba	405.738	3,6
Pernambuco	401.617	3,6
Piauí	644.967	5,7
Rio Grande do Norte	2.896.692	25,8
Sergipe	18.144	0,2
Total	11.218.343	100,0

Fonte: BNB-Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Cabe destacar o desempenho da Bahia, impulsionado principalmente pelas contratações relacionadas à geração de energia elétrica, a partir de fontes renováveis (eólica).

9.1.3 Por tipologia dos municípios e UF

Do volume total de contratações do FNE no Setor de Infraestrutura, 39,2% foram direcionados aos municípios caracterizados como Média Renda e Médio Dinamismo, 20,3% foram para municípios de tipologia Média Renda e Alto Dinamismo e 22,2% aos municípios de Média Renda e Baixo Dinamismo (Tabela 82).

TABELA 82 - FNE - Infraestrutura - Contratações por tipologia de município - 2019

UF	Tipologia Sub-Regional	Quant.	Valor
AL	Baixa Renda e Médio Dinamismo	1	53.026
BA	Alta Renda e Baixo Dinamismo	2	26.028
	Baixa Renda e Médio Dinamismo	1	90.000
	Média Renda e Baixo Dinamismo	14	1.406.164
	Média Renda e Médio Dinamismo	17	1.400.796
CE	Alta Renda e Médio Dinamismo	5	225.208
	Baixa Renda e Médio Dinamismo	8	693.650
	Média Renda e Alto Dinamismo	9	346.367
	Média Renda e Médio Dinamismo	2	651.025
MA	Alta Renda e Médio Dinamismo	1	126.587
	Baixa Renda e Alto Dinamismo	4	395.766
	Média Renda e Alto Dinamismo	1	842.567
	Média Renda e Médio Dinamismo	1	35.061
MG	Média Renda e Alto Dinamismo	4	316.648
	Média Renda e Médio Dinamismo	3	242.293
PB	Alta Renda e Médio Dinamismo	1	18.801
	Baixa Renda e Médio Dinamismo	1	29.626
	Média Renda e Médio Dinamismo	4	357.311
PE	Alta Renda e Médio Dinamismo	3	357.419
	Média Renda e Médio Dinamismo	1	44.198
PI	Alta Renda e Alto Dinamismo	1	44.967
	Média Renda e Alto Dinamismo	8	600.000
RN	Média Renda e Alto Dinamismo	1	166.830
	Média Renda e Baixo Dinamismo	10	1.083.632
	Média Renda e Médio Dinamismo	15	1.646.229
SE	Média Renda e Médio Dinamismo	4	18.144
Total		122	11.218.343

Fonte: BNB-Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Esse resultado demonstra a preocupação do Banco do Nordeste com as regiões prioritárias da PNDR, utilizando o Fundo Constitucional como instrumento dinamizador da economia, contribuindo para a redução das desigualdades regionais.

9.1.4 Por Programa e UF

A totalidade dos recursos aplicados no Setor de Infraestrutura foram contratados no âmbito do Programa FNE Proinfra.

A Tabela 83 apresenta a distribuição das contratações por atividade, no Setor de Infraestrutura. Destaque para a produção e distribuição de eletricidade, gás e água - notadamente a produção de energia elétrica de origem eólica (61,4% das contratações) - que tende a contribuir para a sustentação da retomada do crescimento regional, após a fase mais aguda da crise 2015/2016.

TABELA 83 - Contratações por atividade financiada - Infraestrutura - 2019

UF	Atividade	Quantidade	Valor
AL	Prod. e Distrib..Eletricidade, Gás e Água	1	53.025
BA	Ativs.Aux.Transportes	3	116.027
	Prod. e Distrib..Eletricidade, Gás e Água	31	2.806.960
CE	Prod. e Distrib..Eletricidade, Gás e Água	24	1.916.249
MA	Prod. e Distrib..Eletricidade, Gás e Água	7	1.399.980
MG	Prod. e Distrib..Eletricidade, Gás e Água	7	558.940
PB	Prod. e Distrib..Eletricidade, Gás e Água	6	405.738
PE	Prod. e Distrib..Eletricidade, Gás e Água	4	401.616
PI	Prod. e Distrib..Eletricidade, Gás e Água	9	644.967
RN	Prod. e Distrib..Eletricidade, Gás e Água	26	2.896.691
SE	Prod. e Distrib..Eletricidade, Gás e Água	4	18.143
Total		122	11.218.343

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Ressalte-se que a aplicação em infraestrutura não é uma demanda facilmente estimulada, uma vez que, dentre outras dificuldades, depende de concessões pelo poder público. Contudo, o Banco realizou diversos eventos no ano de 2019, com vistas à induzir a demanda por financiamentos nesse setor.

A atividade de energia, em especial a energia limpa, é uma vocação natural da Região Nordeste. Em 2019 o mercado demandou mais recursos para projetos de geração eólica e solar, bem como para transmissão e distribuição de energia. Saliente-se que, em 2019, foram realizados mais leilões de energia do que das demais atividades de infraestrutura.

Apesar do grande esforço de prospecção do Banco, alguns entraves dificultaram o financiamento de mais projetos, à saber:

- i) a limitação de 50% na alavancagem de financiamento do projeto, limitado aos recursos próprios do empreendedor no projeto;
- ii) o atraso na aprovação do marco regulatório do saneamento básico;

- iii) notadamente para setor de Saneamento Básico, as empresas estaduais concessionárias apresentam diversas pendências contratuais junto ao poder concedente ou não estão devidamente estruturadas para serem financiadas;
- iv) dificuldade dos integrantes do setor em adquirir garantias, recursos próprios e recursos de terceiros (quando necessários ao projeto);
- v) Adequação às exigências ambientais, por parte dos empreendedores;
- vi) Escassez de leilões voltados para infraestrutura por parte dos governos federais, estaduais e municipais

9.1.5 Por finalidade do crédito

No Setor de Infraestrutura, aproximadamente 50,2% dos financiamentos tiveram a finalidade de promover investimentos fixos e semifixos (Tabela 84).

TABELA 84 - FNE - Infraestrutura - Contratações por finalidade do crédito - 2019

Finalidade	Quant.	Valor (R\$ mil)
Aquisição isolada de insumos	1	4.000
Investimentos fixos	54	4.901.288
Não especificada	14	2.391.039
Inv. Misto (fixo + cap.giro)	5	591.794
Aq. isol mat-primas/mercadorias	2	2.240
Inv. Fixos e semifixos	4	732.933
Proj em implantação-Greenfield	42	2.595.049
Total	122	11.218.343

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Ressalte-se a importância da finalidade investimento, principalmente em infraestrutura, como forma de contribuir para a sustentabilidade do crescimento econômico no longo prazo.

9.1.6 Por região

A região semiárida foi atendida com 82,3% dos recursos contratados no âmbito do FNE no Setor Infraestrutura (Tabela 85). Das 93 operações contratadas no

Semiárido, 92 foram destinadas a investimentos para geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, totalizando R\$ 9,1 bilhões na atividade.

TABELA 85 - FNE - Infraestrutura - Contratações no Semiárido - 2019

Região	Quantidade de Operações	Valor Contratado (R\$ mil)	% sobre Total
Semiárido	93	9.230.777	82,3
Fora semiárido	29	1.987.566	17,7
Total	122	11.218.343,46	100%

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Apesar da Programação Específica para Infraestrutura não exigir percentual mínimo de aplicação no Semiárido, o BNB tem priorizado esta porção regional, com investimentos que tendem a dinamizar sua economia.

9.1.7 Valores Desembolsados

Em 2019 foram desembolsados R\$ 6,8 bilhões no Setor de Infraestrutura com recursos do FNE (Tabela 86).

TABELA 86 - FNE - Infraestrutura - Valores desembolsados - 2019

UF	Infraestrutura
AL	230.968
BA	2.452.802
CE	832.046
ES	2.929
MA	431.275
MG	241.477
PB	251.994
PE	589.657
PI	727.253
RN	936.152
SE	78.012
Total	6.774.569

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

O valor desembolsado em 2019 é aproximadamente 60,0% superior aos R\$ 4,2 bilhões desembolsados no Setor de Infraestrutura no ano anterior, o que reflete o esforço do BNB em contratações nesse segmento nos últimos anos.

9.1.8 Perfil da carteira

Ao final de 2019, o Setor de Infraestrutura contava com, aproximadamente, R\$ 15,0 bilhões de saldo devedor, correspondendo a 23,0% do saldo total de aplicações do Banco, que era de R\$ 65,2 bilhões.

9.1.9 Inadimplência

Não foram identificados atrasos no Setor de Infraestrutura ao final de 2019.

9.1.10 Por faixa de valor

Considerando a própria natureza da Infraestrutura, a grande maioria dos financiamentos do Setor em 2019 foram na faixa acima de R\$ 10,0 milhões (Tabela 87).

Tabela 87 - FNE - Infraestrutura - Contratações por faixa de valor - 2019

Faixa de Valor	Quantidade de Operações	Valores Contratados (R\$ mil)
Até R\$ 1.000,00	-	-
Acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 10.000,00	-	-
Acima de R\$ 10.000,00 até R\$ 35.000,00	-	-
Acima de R\$ 35.000,00 até R\$ 100.000,00	-	-
Acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 200.000,00	1	160
Acima de R\$ 200.000,00 até R\$ 500.000,00	-	-
Acima de R\$ 500.000,00 até R\$ 1.000.000,00	8	6.350
Acima de R\$ 1.000.000,00 até R\$ 10.000.000,00	3	15.610
Acima de R\$ 10.000.000,00	110	11.196.223
Total	122	11.218.343

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

9.1.11 Proposta em carteira

Demonstrando a demanda regional por financiamentos em Infraestrutura, o BNB encerrou o ano de 2019 com 9 propostas em análise, totalizando cerca de R\$ 1,4 bilhão, para recursos do FNE (Tabela 88).

TABELA 88 - FNE - Infraestrutura - Proposta em carteira por situação - 2019

Valores em R\$ mil

UF	Aprovadas a Contratar		Situação				Total	
	Quant.	Valor	em Análise		Em Processo de Decisão		Quant.	Valor
AL	-	-	-	-	-	-	-	-
BA	-	-	3	1.080.478	-	-	3	1.080.478
CE	-	-	-	-	-	-	-	-
ES	-	-	-	-	-	-	-	-
MA	-	-	1	61.844	-	-	1	61.844
MG	-	-	1	5.159	-	-	1	5.159
PB	-	-	-	-	-	-	-	-
PE	-	-	-	-	-	-	-	-
PI	-	-	-	-	-	-	-	-
RN	-	-	4	244.444	-	-	4	244.444
SE	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	9	1.391.925	-	-	9	1.391.925

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

9.2 FNE SOL

9.2.1 Contratação por UF

A participação de cada estado ocorreu de acordo com suas respectivas condições objetivas, propiciando oportunidades de negócios em toda a área de atuação do FNE. Destaca-se a participação dos Estados do Piauí, Bahia e Ceará que, em conjunto, contrataram 50,4% do total do Setor (Tabela 89).

TABELA 89 - FNE - Verde Sol - Contratações por UF - 2019

Estado	Contratado	
	Valor	%
Alagoas	4.785	5,5
Bahia	14.311	16,5
Ceará	12.685	14,6
Espírito Santo	1.168	1,4
Maranhão	8.721	10,1
Minas Gerais	4.190	4,8
Paraíba	8.878	10,3
Pernambuco	6.060	7,0
Piauí	16.683	19,3
Rio Grande do Norte	6.154	7,1
Sergipe	2.993	3,5
Total	86.628	100,0

Fonte: BNB-Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

9.2.2 Por tipologia dos municípios e UF

Do volume total de contratações do FNE no Verde Sol, 26,6% foram direcionados aos municípios caracterizados como Média Renda e Médio Dinamismo, 22,3% foram para municípios de tipologia Média Renda e Alto Dinamismo e 21,5% aos municípios de Alta Renda e Médio Dinamismo (Tabela 90).

TABELA 90 - FNE - Verde Sol - Contratações por tipologia de município - 2019

UF	Tipologia Sub-Regional	Quant.	Valor
AL	Alta Renda e Médio Dinamismo	90	2.999
	Baixa Renda e Baixo Dinamismo	5	145
	Baixa Renda e Médio Dinamismo	4	111
	Média Renda e Alto Dinamismo	20	572
	Média Renda e Baixo Dinamismo	24	762
	Média Renda e Médio Dinamismo	6	196
BA	Alta Renda e Baixo Dinamismo	108	3.586
	Baixa Renda e Médio Dinamismo	26	640
	Média Renda e Alto Dinamismo	46	1.222
	Média Renda e Baixo Dinamismo	140	3.778
	Média Renda e Médio Dinamismo	185	5.085
CE	Alta Renda e Médio Dinamismo	189	5.745
	Baixa Renda e Alto Dinamismo	3	97
	Baixa Renda e Baixo Dinamismo	11	294
	Baixa Renda e Médio Dinamismo	28	897
	Média Renda e Alto Dinamismo	56	2.118
	Média Renda e Baixo Dinamismo	12	402
	Média Renda e Médio Dinamismo	106	3.132
ES	Média Renda e Alto Dinamismo	7	242
	Média Renda e Baixo Dinamismo	3	74
	Média Renda e Médio Dinamismo	32	853
MA	Alta Renda e Médio Dinamismo	56	1.920
	Baixa Renda e Alto Dinamismo	22	933
	Baixa Renda e Médio Dinamismo	44	1.201
	Média Renda e Alto Dinamismo	38	1.278
	Média Renda e Médio Dinamismo	108	3.389
MG	Média Renda e Alto Dinamismo	102	2.203
	Média Renda e Baixo Dinamismo	9	183
	Média Renda e Médio Dinamismo	75	1.803
PB	Alta Renda e Médio Dinamismo	75	2.139
	Baixa Renda e Médio Dinamismo	9	192
	Média Renda e Alto Dinamismo	81	2.307
	Média Renda e Médio Dinamismo	144	4.240
PE	Alta Renda e Médio Dinamismo	47	1.606
	Baixa Renda e Médio Dinamismo	1	100
	Média Renda e Alto Dinamismo	61	1.920
	Média Renda e Baixo Dinamismo	7	151

	Média Renda e Médio Dinamismo	79	2.282
PI	Alta Renda e Alto Dinamismo	257	9.392
	Baixa Renda e Alto Dinamismo	36	953
	Média Renda e Alto Dinamismo	204	6.338
RN	Alta Renda e Médio Dinamismo	86	2.338
	Média Renda e Alto Dinamismo	32	947
	Média Renda e Baixo Dinamismo	47	1.145
	Média Renda e Médio Dinamismo	60	1.724
SE	Alta Renda e Médio Dinamismo	64	1.904
	Média Renda e Alto Dinamismo	7	179
	Média Renda e Baixo Dinamismo	18	544
	Média Renda e Médio Dinamismo	14	367
Total		2.884	86.628

Fonte: BNB-Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

9.2.3 Por região

A região semiárida foi atendida com 56,5% dos recursos contratados no âmbito do FNE Verde Sol (Tabela 91), totalizando quase R\$ 50 milhões na atividade.

TABELA 91 - FNE - Verde Sol - Contratações no Semiárido- 2019

Região	Quantidade de Operações	Valor Contratado (R\$ mil)	% sobre o Total
Semiárido	1.661	48.943	56,5
Fora semiárido	1.223	37,685	43,5
Total	2.884	86,628	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Apesar da Programação Específica para FNE Verde Sol não exigir percentual mínimo de aplicação no Semiárido, o BNB tem priorizado esta porção regional, com investimentos que tendem a dinamizar sua economia.

9.2.4 Proposta em carteira

Demonstrando a demanda regional por financiamentos, o BNB encerrou o ano de 2019 com 233 propostas em análise, totalizando cerca de R\$ 7,6 milhões, para recursos do FNE (Tabela 92). Toda as propostas são para o Programa FNE Verde Sol.

TABELA 92 - FNE - FNE Verde Sol - Proposta em carteira por situação - 2019

Valores em R\$ mil

UF	Aprovadas a Contratar		Situação em Análise		Em Processo de Decisão		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
AL	1	73	3	159	3	116	7	348
BA	16	451	12	354	7	201	35	1.006
CE	21	675	16	583	2	100	39	1.358
ES	-	-	1	24	-	-	1	24
MA	11	460	9	291	2	74	22	825
MG	3	62	9	236	-	-	12	298
PB	8	212	10	262	1	20	19	494
PE	11	328	16	507	3	105	30	940
PI	22	858	9	273	8	261	39	1.392
RN	17	492	7	246	3	65	27	803
SE	-	-	2	71	-	-	2	71
Total	110	3.611	94	3.006	29	942	233	7.559

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

9.3 Financiamento Estudantil (FIES) no Banco do Nordeste do Brasil

As contratações do Financiamento Estudantil (FIES) no BNB tiveram início no primeiro semestre de 2018, após diversas ações visando à formalização de acordos com instituições de ensino, além de definição de normativos, processos e sistemas para a operacionalização na modalidade PFIES³⁰. Para realizar as contratações, o BNB implantou um modelo automatizado com fluxo digital, que elimina a necessidade de comparecimento à agência bancária para apresentação da proposta de financiamento. Somente na ocasião da

³⁰ Modalidade de financiamento estudantil prevista nos arts. 15-D a 15-M da Lei nº 10.260, de 2001, que é concretizada por meio de fontes de financiamento distintas do Fies, entre elas o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO, o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional do Nordeste FNE, o Fundo Constitucional do Centro-Oeste - FCO e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, têm a sua operação em relação aos estudantes e às mantenedoras de instituição de educação superior sob a responsabilidade de agentes financeiros operadores de crédito, não poderá ser garantida pelo Fundo Garantidor do FIES e pode ser acessada por estudantes que tenham perfil de renda bruta familiar per capita de 3 (três) salários mínimos até 5 (cinco) salários mínimos.

formalização, estudante e avalista(s) são atendidos por meio de uma Agência Itinerante do BNB, na própria instituição de ensino, para apresentação de documentação e assinaturas.

Registre-se, ainda, que as informações constantes no modelo automatizado são originárias de informações dos sistemas do Ministério da Educação (MEC), cadastradas por alunos e instituições de ensinos, de acordo com cronograma definido por aquele Órgão. Com as informações registradas, o BNB providencia de forma automática: cadastro do estudante e do avalista, conta corrente para o estudante, cartão de débito, internet *banking*, proposta de crédito, proposta de seguro e instrumento de crédito.

Importante registrar o crescimento significativo experimentado pelo Fies em 2019, relativamente ao ano de 2018, passando de 231 para 793, a quantidade de operações contratadas. Em relação ao volume de recursos, o crescimento foi ainda mais significativo, visto que as aplicações saltaram de cerca de R\$ 1,6 milhão para quase R\$ 7,5 milhões, superando em 24,1% o valor programado para 2019, que era de R\$ 6 milhões (Tabela 93).

TABELA 93 - FNE - Contratações por programa de financiamento - Fies (Programação Específica) - Programado x Realizado

Valores em R\$ mil

Programa de Financiamento	Quant. de Operações	Valor Contratado (A)	Valor Programado (B)	(B / A) %
FNE P-FIES - Programa de Financiamento Estudantil	793	7.446	6.000	124,1
Total	793	7.446	6.000	124,1

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Nota: (1) Projeção de acordo com a demanda apresentada, sendo que ao longo da execução desta Programação, poderão ser destinados recursos no âmbito do Programa, conforme venha a estabelecer sua regulamentação.

Tal crescimento revela a superação de problemas diversos observados no ano de 2018, os quais seriam responsáveis pelos baixos valores contratados (0,22% do programado), conforme indicado no relatório anual do BNB de resultados e impactos daquele ano.

O fato é que, ainda em 2018, o BNB realizou diversas ações para promover a disseminação do Programa e a desconcentração espacial verificada naquele

ano. Visitas e reuniões foram realizadas, durante as quais foram apresentadas as regras e o modelo de atendimento e formalizados acordos com Instituições de Ensino.

Considerando a distribuição estadual dos recursos do Fies (Tabela 94), o Ceará aparece com o maior número de contratações (356 operações), o equivalente a 44,9% do total. O valor dos recursos contratados nesse Estado (R\$ 3,2 milhões) corresponde a cerca de 43,0% do valor total. O Estado da Bahia recebeu o segundo maior número de contratações (100 operações; 12,6% do total) e em termos de volume liberado (R\$ 1,9 milhão; 26,0%). O restante dos recursos contratados em 2019 foi distribuído entre os demais estados da área de atuação do BNB, excetuando-se o Espírito Santo, onde não foram contratadas operações do Fies.

TABELA 94 - FNE - Contratações por Unidade da Federação e Programa - Fies (Programação Específica) - 2019

Valores em R\$ mil

UF	Quantidade	%	Valor	%
Alagoas	6	0,8	170	2,3
Bahia	100	12,6	1.939	26,0
Ceará	356	44,9	3.200	43,0
Maranhão	132	16,6	665	8,9
Minas Gerais	9	1,1	241	3,2
Paraíba	65	8,2	501	6,7
Pernambuco	21	2,6	105	1,4
Piauí	54	6,8	312	4,2
Rio Grande do Norte	4	0,5	46	0,6
Sergipe	46	5,8	267	3,6
Total	793	100,0	7.446	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Em relação à distribuição das contratações por faixa de valor, verifica-se que a maior parte (52,1%) corresponde a valores acima de R\$ 1 mil e até R\$ 10 mil. O restante foi distribuído entre as faixas de valores acima de R\$ 10 mil até R\$ 35 mil (20,8%) e acima de R\$ 35 mil até R\$ 100 mil (27,1%).

Em termos de tipologia sub-regional, observa-se o predomínio de contratos do Fies em municípios classificados como “Alta Renda e Médio Dinamismo”,

absorvendo 51,0% do total. Em segundo lugar, aparecem os municípios classificados como “Média Renda e Médio Dinamismo”, com 22,0% dos contratos. Juntas, portanto, essas duas classes de municípios absorveram 73% dos recursos do Fies aplicados em 2019. Ambas as classes, na mesma ordem de contratos, são responsáveis por acumular o maior volume dos recursos contratados, o correspondente a 44,0% e 37%, respectivamente. O Estado do Ceará concentrou o maior número de contratos (33,0%) e de recursos emprestados (33,6%) nessas duas classes de renda e dinamismo (Tabela 95).

TABELA 95 - FNE - Contratações por UF e tipologia de município - Fies (Programação Específica)
Exercício 2019

UF	Tipologia Sub-Regional	Quant.	Valor
AL	Alta Renda e Médio Dinamismo	4	160
	Média Renda e Alto Dinamismo	2	10
BA	Alta Renda e Baixo Dinamismo	17	121
	Média Renda e Alto Dinamismo	8	53
	Média Renda e Baixo Dinamismo	10	74
	Média Renda e Médio Dinamismo	65	1.691
CE	Alta Renda e Médio Dinamismo	229	2.210
	Média Renda e Alto Dinamismo	96	695
	Média Renda e Médio Dinamismo	31	295
MA	Alta Renda e Médio Dinamismo	121	588
	Média Renda e Médio Dinamismo	11	77
MG	Média Renda e Médio Dinamismo	9	241
PB	Alta Renda e Médio Dinamismo	2	4
	Média Renda e Alto Dinamismo	8	56
	Média Renda e Médio Dinamismo	55	441
PE	Alta Renda e Médio Dinamismo	8	48
	Média Renda e Alto Dinamismo	12	52
	Média Renda e Médio Dinamismo	1	5
PI	Alta Renda e Alto Dinamismo	43	255
	Baixa Renda e Alto Dinamismo	11	57
RN	Alta Renda e Médio Dinamismo	4	46
SE	Alta Renda e Médio Dinamismo	40	236
	Média Renda e Alto Dinamismo	1	4
	Média Renda e Baixo Dinamismo	4	22
	Média Renda e Médio Dinamismo	1	5
Total		793	7.446

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Considerando-se as mesorregiões, percebe-se a necessidade de um esforço para melhor distribuir os recursos do Fies, visto que a Chapada do Araripe concentra a maior parte dos beneficiários e do volume contratado (94,1% e 95,1%, respectivamente), conforme Tabela 96.

TABELA 96 - FNE - Contratações por mesorregião Fies (Programação Específica) - 2019

Valores em R\$ mil		
Mesorregiões	Quantidade de operações	Valor contratado
Bico do Papagaio	2	17
Chapada do Araripe	96	695
Vale do Jequitinhonha e do Mucuri	3	15
Xingó	1	4
Total	102	731

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Cabe ressaltar, ainda, que no final do exercício de 2019, o BNB contava com 61 propostas em carteira, cujo valor somava R\$ 798 mil. Destas propostas, 51 (totalizando R\$ 489 mil) já estavam aprovadas e se encontravam em processo de contratação.

A Tabela 3A (anexo) apresenta os financiamentos na modalidade FIES discriminados por UF e curso. Pode-se observar que 27,1% dos recursos foram contratados com estudantes do curso de Medicina, enquanto outros 24,2% como estudantes do curso de Direito. Depreende-se, ainda, que os maiores tickets médios são observados para os cursos de Medicina, Odontologia e Medicina Veterinária, com R\$ 42,0, R\$ 14,8 mil e R\$ 13,3 mil, respectivamente. Tal fato pode ser explicado pela própria característica desses cursos, que normalmente apresentam mensalidades elevadas³¹.

³¹ De acordo com o Guia do Estudante (Editora Abril), tais cursos figuram entre os dez com maiores mensalidades médias no Brasil (Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/quanto-custa-fazer-uma-faculdade/>). Acesso em: 25.mai.202020.

ANEXOS

Tabela 1A - FNE - Contratações por Programa e UF - 2019

Programa	UF	Quantidade de Operações	Valor (R\$)
AGRIN	AL	13	49.739.099,50
	BA	27	26.961.415,06
	CE	8	17.334.880,00
	ES	9	11.256.572,37
	MA	7	5.766.382,65
	MG	25	21.190.571,20
	PB	19	43.438.952,79
	PE	26	119.956.206,02
	PI	17	34.871.191,21
	RN	8	8.957.790,00
	SE	13	65.872.117,05
AQUIPESCA	CE	3	4.855.500,84
	MA	24	6.046.043,57
	PB	5	1.413.068,25
	PI	4	840.726,38
	RN	8	11.067.242,44
	SE	7	1.536.923,16
FIES ESTUDANTE	AL	6	169.607,13
	BA	100	1.938.845,29
	CE	356	3.199.933,79
	MA	132	664.991,70
	MG	9	241.014,96
	PB	65	501.409,26
	PE	21	105.461,74
	PI	54	312.056,13
	RN	4	45.625,38
	SE	46	267.076,91
FNE VERDE MPE AGROINDÚSTRIA	BA	1	550.000,00
	MG	1	258.000,00
	PB	1	196.420,00
	PE	3	2.642.757,99
	RN	5	1.824.870,98
	SE	2	179.196,78
FNE VERDE MPE COMÉRCIO	AL	14	1.513.230,83
	BA	91	10.316.602,27
	CE	82	7.587.250,63
	ES	4	468.241,33
	MA	32	4.826.591,08
	MG	32	3.640.748,54
	PB	24	1.507.912,19

Programa	UF	Quantidade de Operações	Valor (R\$)
	PE	23	2.625.985,59
	PI	30	2.544.176,37
	RN	26	2.417.774,92
	SE	20	2.604.575,51
FNE VERDE MPE INDÚSTRIA	AL	5	616.313,08
	BA	6	3.330.940,91
	CE	25	4.747.002,81
	ES	5	903.630,00
	MA	6	1.080.134,32
	MG	3	648.977,00
	PB	8	1.643.937,39
	PE	13	2.823.470,95
	PI	9	1.589.841,61
	RN	7	786.334,55
	SE	5	379.162,12
FNE VERDE MPE SERVIÇOS	AL	18	2.174.751,50
	BA	17	5.533.462,98
	CE	50	8.469.606,31
	ES	5	466.564,22
	MA	14	3.271.609,78
	MG	4	6.288.980,00
	PB	11	3.409.856,39
	PE	15	4.350.326,16
	PI	20	2.605.001,31
	RN	33	6.058.298,11
	SE	25	4.400.842,86
FNE VERDE MPE TURISMO	AL	6	908.192,84
	BA	10	3.077.067,64
	CE	15	1.691.678,74
	MA	8	1.210.973,98
	MG	3	391.638,51
	PB	7	1.160.615,67
	PE	4	1.075.821,86
	PI	3	341.019,81
	RN	8	928.619,39
	SE	2	238.982,62
FNE VERDE PROATUR	AL	1	1.360.400,00
	MA	1	820.322,00
	PI	1	120.426,44
FNE VERDE SOL PESSOA FÍSICA	AL	149	4.784.883,33
	BA	505	14.311.201,51
	CE	405	12.684.618,47
	ES	42	1.168.340,04
	MA	268	8.720.612,67

Programa	UF	Quantidade de Operações	Valor (R\$)
	MG	186	4.189.821,43
	PB	309	8.877.855,65
	PE	195	6.059.596,06
	PI	497	16.683.282,20
	RN	225	6.154.329,09
	SE	103	2.993.570,87
FNE VERDE/SERVIÇOS	AL	1	18.000.000,00
	BA	2	1.717.084,09
	CE	7	19.415.700,58
	MA	6	1.842.390,46
	MG	2	43.872.195,06
	PB	1	342.400,00
	PE	1	437.000,00
	PI	2	278.954,50
	SE	1	894.680,00
FNE VERDE-AGRIN	AL	1	195.341,40
	MG	1	379.050,00
FNE VERDE-COMERCIAL	AL	5	1.885.128,78
	BA	12	3.033.206,46
	CE	3	517.976,54
	ES	2	654.265,00
	MA	9	2.308.797,73
	MG	5	1.111.689,93
	PB	5	1.705.692,49
	PE	6	1.061.480,36
	PI	5	2.101.156,03
	RN	4	1.379.681,47
	SE	6	1.071.216,43
FNE VERDE-INDUSTRIAL	BA	2	1.314.988,00
	CE	4	4.391.872,00
	ES	1	586.606,00
	MA	1	1.072.075,00
	PE	1	2.110.280,45
	RN	3	3.399.324,89
	SE	1	92.562,68
FNE VERDE-IRRIGAÇÃO	PI	23	2.035.496,14
FNE VERDE-RURAL	AL	4	6.892.628,89
	BA	14	9.687.534,36
	CE	21	2.690.417,55
	MA	9	2.239.827,29
	MG	10	2.764.522,09
	PB	6	2.398.943,65
	PE	14	5.260.339,69

Programa	UF	Quantidade de Operações	Valor (R\$)
	PI	3	279.128,85
	RN	1	198.056,41
	SE	5	1.998.813,61
FNE-COMÉRCIO	AL	172	116.364.149,61
	BA	575	436.018.387,42
	CE	846	447.480.011,29
	ES	105	54.280.439,25
	MA	281	205.810.110,20
	MG	185	81.315.157,35
	PB	358	201.597.056,31
	PE	692	407.217.220,10
	PI	291	161.129.486,02
	RN	401	207.168.459,07
	SE	198	121.230.908,19
FNE-EI/COMÉRCIO	AL	6	104.283,44
	BA	34	673.529,28
	CE	90	1.791.214,68
	MA	53	1.122.206,23
	MG	27	522.575,51
	PB	7	159.215,00
	PE	12	221.368,50
	PI	41	796.504,60
	RN	12	207.378,98
	SE	15	271.567,10
FNE-EI/INDÚSTRIA	AL	1	17.600,00
	BA	4	60.802,00
	CE	18	351.602,28
	MA	5	61.500,00
	MG	3	49.409,35
	PB	2	25.522,04
	PI	5	133.616,96
	RN	2	38.199,98
	SE	3	60.926,29
FNE-EI/SERVIÇOS	AL	3	49.420,35
	BA	18	317.366,63
	CE	64	1.301.584,52
	MA	22	450.861,70
	MG	20	378.613,07
	PB	5	71.346,90
	PE	7	118.393,65
	PI	22	428.809,24
	RN	10	176.412,71
	SE	12	212.180,12
FNE-EI/TURISMO	MA	2	44.478,46

Programa	UF	Quantidade de Operações	Valor (R\$)
	MG	2	32.402,00
	PB	1	6.500,00
	RN	1	12.000,00
FNE-MPE-AGROINDÚSTRIA	AL	13	2.460.219,61
	BA	30	5.733.262,63
	CE	8	1.957.264,04
	MA	10	1.678.873,42
	MG	3	1.010.479,64
	PB	20	2.226.513,35
	PE	37	6.123.812,40
	PI	7	1.805.676,53
	RN	25	2.574.728,33
	SE	4	723.273,00
FNE-MPE-COMÉRCIO	AL	732	67.062.170,55
	BA	3.876	406.117.240,72
	CE	3.818	353.606.512,99
	ES	308	28.238.540,41
	MA	1.871	183.220.542,55
	MG	1.173	89.941.161,86
	PB	1.668	132.342.391,89
	PE	2.768	240.244.623,61
	PI	1.365	126.375.388,26
	RN	1.945	158.479.816,30
	SE	848	74.409.482,51
FNE-MPE-INDÚSTRIA	AL	74	11.587.942,31
	BA	457	72.109.982,35
	CE	674	96.336.719,25
	ES	63	9.139.668,73
	MA	132	26.160.070,12
	MG	74	7.310.108,97
	PB	253	28.552.718,42
	PE	541	62.751.414,38
	PI	132	18.909.287,02
	RN	272	27.982.724,03
	SE	158	14.341.818,79
FNE-MPE-SERVIÇOS	AL	215	30.080.219,38
	BA	1.068	178.254.048,05
	CE	1.232	142.630.441,05
	ES	119	12.846.011,13
	MA	507	90.297.940,16
	MG	298	37.115.936,87
	PB	359	38.611.250,19
	PE	901	147.224.499,21
	PI	383	56.941.502,93

Programa	UF	Quantidade de Operações	Valor (R\$)
	RN	740	84.017.528,17
	SE	458	64.732.534,00
FNE-MPE-TURISMO	AL	49	20.881.369,93
	BA	109	38.261.749,20
	CE	172	19.816.914,83
	ES	16	892.912,26
	MA	20	3.726.039,18
	MG	14	1.591.044,76
	PB	127	13.133.898,02
	PE	77	9.840.382,93
	PI	31	5.776.833,28
	RN	128	10.507.766,84
	SE	13	4.512.726,83
FNE-SERVIÇOS	AL	32	34.841.446,38
	BA	218	306.271.868,08
	CE	169	186.456.821,76
	ES	17	4.124.966,90
	MA	114	232.660.603,34
	MG	19	13.839.647,01
	PB	90	71.199.773,33
	PE	135	113.123.092,76
	PI	71	52.997.635,01
	RN	90	52.282.746,21
	SE	69	64.128.037,10
INDUSTRIAL	AL	15	54.375.471,00
	BA	157	305.511.496,37
	CE	187	290.909.898,52
	ES	53	47.939.121,85
	MA	11	38.940.688,31
	MG	17	5.460.096,69
	PB	65	106.444.652,96
	PE	141	330.766.455,16
	PI	45	27.203.420,06
	RN	82	415.957.317,76
	SE	269	78.768.681,35
INOVAÇÃO-COMERCIAL	BA	2	8.173.898,21
INOVAÇÃO-INDUSTRIAL	AL	1	31.146.826,35
	BA	3	33.068.503,12
	ES	1	142.096.754,00
	RN	1	4.085.383,50
	SE	2	14.230.206,60
INOVAÇÃO-INDUSTRIAL-2	MG	1	375.000.000,00
INOVAÇÃO-RURAL	BA	2	257.329,77
	MA	2	15.912.500,00

Programa	UF	Quantidade de Operações	Valor (R\$)
	PI	6	6.426.325,00
INOVAÇÃO-SERVICOS	BA	4	392.677.580,79
	PB	1	21.684.266,38
	SE	4	19.025.687,08
IRRIGAÇÃO	AL	3	17.153.577,74
	BA	84	104.044.671,51
	CE	7	4.168.590,49
	ES	57	40.170.411,55
	MA	6	7.957.910,96
	MG	52	77.252.980,71
	PB	11	19.351.489,67
	PE	73	46.064.444,37
	PI	48	14.572.570,64
	RN	33	12.307.693,39
	SE	3	1.659.152,40
PROATUR	AL	13	60.641.755,12
	BA	21	49.982.813,90
	CE	15	3.949.458,47
	MA	2	5.908.547,24
	MG	1	2.628.927,85
	PB	6	16.898.771,48
	PE	22	76.856.435,69
	PI	2	11.977.862,46
	RN	22	199.832.445,14
	SE	3	2.004.092,60
PROINFRA	AL	1	53.025.746,40
	BA	31	2.652.446.966,67
	CE	19	1.691.041.738,69
	MA	7	1.399.980.735,18
	MG	7	558.940.673,46
	PB	3	266.719.235,31
	PE	4	401.616.797,38
	PI	6	416.551.929,06
	RN	23	2.556.935.705,54
	SE	4	18.143.839,65
PROINFRA-2	BA	3	270.541.348,14
	CE	5	225.207.947,30
	PB	3	139.019.258,37
	PI	3	228.415.444,94
	RN	3	339.756.095,07
PRONAF FLORESTA - FNE	BA	75	2.195.703,65
	CE	29	671.513,24
	ES	10	521.671,35
PRONAF GRUPO "A" - FNE	AL	116	2.991.439,19

Programa	UF	Quantidade de Operações	Valor (R\$)
	BA	188	4.977.441,35
	CE	650	16.656.651,41
	ES	8	207.572,85
	MA	839	22.147.463,52
	MG	37	965.515,80
	PB	363	8.871.136,69
	PE	519	13.486.524,90
	PI	688	17.975.907,95
	RN	385	9.953.059,18
	SE	114	2.757.676,09
PRONAF GRUPO "B" - FNE	AL	10.467	51.550.188,81
	BA	17.458	84.556.598,24
	CE	7.078	30.974.152,33
	ES	217	1.077.400,42
	MA	48.516	239.037.263,75
	MG	16.295	78.540.557,83
	PB	8.191	37.917.087,83
	PE	12.963	63.299.799,41
	PI	10.743	51.898.163,87
	RN	3.515	17.011.280,37
	SE	9.083	43.434.933,62
PRONAF GRUPO A/C - FNE	AL	1	7.479,91
	CE	6	44.992,89
	MA	20	122.939,96
	PB	6	40.189,63
	PE	24	176.111,77
	PI	16	107.625,17
	RN	7	52.387,06
	SE	47	315.500,59
PRONAF JOVEM - FNE	CE	4	59.961,50
	MA	12	178.645,38
	MG	1	15.220,00
	PB	1	14.915,42
	PE	6	81.114,11
	PI	1	16.467,90
	RN	3	44.101,24
PRONAF MULHER - FNE	AL	140	1.797.338,18
	BA	526	6.404.477,34
	CE	142	1.971.555,26
	ES	18	382.339,11
	MA	112	1.977.264,25
	MG	239	3.181.891,25
	PB	92	990.055,28
	PE	231	3.246.007,26

Programa	UF	Quantidade de Operações	Valor (R\$)
	PI	220	2.786.181,54
	RN	148	2.246.823,67
	SE	70	795.914,16
PRONAF SEMIÁRIDO - FNE	AL	63	1.047.798,49
	BA	2.259	39.545.764,02
	CE	1.798	32.022.578,83
	MA	1	14.999,67
	MG	588	10.249.092,79
	PB	609	10.143.828,41
	PE	1.533	27.504.742,63
	PI	1.552	27.384.635,88
	RN	217	3.741.032,56
	SE	41	705.403,60
PRONAF-AGRINF (FNE)	CE	10	118.720,00
	PI	1	12.000,00
	RN	3	32.200,00
PRONAF-AGROECOLOGIA (FNE)	BA	1	19.628,00
	CE	1	16.701,55
	PB	77	2.387.296,68
PRONAF-AGROINDÚSTRIA (FNE)	BA	5	84.734,00
	CE	2	34.200,68
	MA	2	29.684,20
	MG	4	58.800,00
	PI	7	105.000,00
	RN	1	40.143,60
PRONAF-B/PLANO-SAFRA SEMIÁRIDO	AL	14.316	70.112.864,49
	BA	91.883	446.908.233,24
	CE	53.164	254.454.482,72
	MA	488	2.401.770,00
	MG	29.849	143.897.767,84
	PB	34.424	167.210.149,79
	PE	40.317	195.858.363,18
	PI	41.022	199.254.392,36
	RN	22.669	110.048.196,29
	SE	7.262	34.831.429,22
PRONAF-COMUM (FNE)	AL	548	9.815.005,38
	BA	456	11.309.876,35
	CE	836	16.570.143,44
	ES	13	428.586,40
	MA	928	18.471.081,80
	MG	165	3.970.506,54
	PB	690	9.377.828,40
	PE	502	11.492.589,37
	PI	564	9.817.531,85

Programa	UF	Quantidade de Operações	Valor (R\$)
	RN	275	4.503.510,44
	SE	888	25.637.897,96
PRONAF-ECO (FNE)	AL	1	18.357,45
	BA	14	400.823,30
	CE	1	77.921,91
	ES	2	181.720,95
	MG	14	521.806,64
	PB	3	177.550,00
	PI	55	937.769,06
PRONAF-MAIS ALIMENT/REVITALIZA	RN	1	19.932,84
PRONAF-MAIS ALIMENTOS (FNE)	AL	977	15.353.236,74
	BA	3.973	76.385.065,19
	CE	1.941	51.006.224,15
	ES	133	5.435.795,22
	MA	1.696	51.211.242,82
	MG	1.454	28.466.604,83
	PB	671	13.398.787,52
	PE	1.809	42.639.474,71
	PI	1.510	30.063.961,84
	RN	711	17.173.239,40
	SE	501	11.498.353,94
RURAL	AL	252	92.256.050,24
	BA	1.246	1.280.889.092,79
	CE	1.070	137.991.531,64
	ES	34	14.790.798,75
	MA	1.283	1.147.182.590,89
	MG	468	183.684.263,53
	PB	424	71.623.524,14
	PE	481	180.314.562,69
	PI	740	786.450.881,40
	RN	383	47.028.112,09
	SE	739	120.295.750,01
Total Geral		565.865	29.558.092.900,44

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Tabela 2A - FNE - Contratações por Atividade - PRONAF - 2019

Atividade	Quantidade	Valor (R\$)
Abate e Prepar.Prod.Carne, Aves e Pescado	24	115.000,00
Alimentação	739	3.529.001,59
Alimentação Preparada	35	164.966,00
Alimentos Naturais c/Praticas Ecológicas	39	199.090,50
Apicultura	4.070	23.050.710,20
Artesanato	7.896	33.649.020,89
Atividades de apoio à agricultura	128	630.153,72
Atividades de apoio à aquicultura em água doce	1	5.000,00
Atividades de apoio à pecuária não especificadas anteriormente	87	411.745,02
Ativs.Aux.Transportes	3	15.000,00
Atv.Associativas	21	101.851,66
Avicultura	22.639	113.563.839,13
Bebidas e Fumo	2.292	21.064.798,34
Benef. Fibras	6	28.999,00
Bovinocultura	257.970	1.593.121.080,31
Bovinocultura recria e engorda Extensiva	11.867	72.390.702,73
Bubalinocultura(Búfalo)	50	426.378,45
Caca e Pesca	7.666	38.144.020,31
Cactácea	132	643.292,63
Caprinocultura	31.433	187.837.502,77
Carcinicultura(Camarão)	181	1.058.465,56
Com. Atacadista	22	105.048,00
Com.Varej.Turístico	337	1.544.042,36
Com.Varejista	229	1.099.331,70
Criação de animais	48	247.065,00
Curtume	1	5.000,00
Diversos (Microcrédito Rural)	2.779	13.601.007,44
Ecológico	79	1.525.054,02
Edifícios e Obras de Eng. Civil	10	48.000,00
Educação	4	20.000,00
Entretenimento	25	123.900,00
Equinocultura	16	73.545,00
Especiarias	373	2.117.667,07
Extração Vegetal	944	10.544.837,03
Fibras e Têxteis	532	3.599.082,86
Flores	121	640.589,57
Florestamento e Reflorestamento	15	356.879,36
Fruticultura	28.972	196.627.172,28
Gramínea	3.082	21.237.363,96
Grãos	8.337	70.210.883,60
Hospedagem	15	75.000,00
Ind. de Transformação	56	267.842,00
Ind. Eletroeletrônica	3	13.770,00
Ind. Gráfica	1	5.000,00

Atividade	Quantidade	Valor (R\$)
Ind. Siderúrgica	3	13.500,00
Ind. Metal-Mecânica	57	271.787,52
Ind. Bebidas, Exceto Agroindústria	4	37.525,13
Ind. Calçados	4	19.900,00
Ind. Couros e Peles	9	43.500,00
Ind. Fibras, Fios, Cabos e Filamentos artificiais	1	5.000,00
Ind. Madeira, Exceto Mobiliário	50	240.500,00
Ind. Mobiliário	39	193.500,00
Ind. Prod. Alimentícios	122	586.780,03
Ind. Prod. Borracha	4	20.000,00
Ind. Prod. Limpeza, Perfumaria, Cosméticos	8	35.072,00
Ind. Prod. Minerais não Metálicos	25	122.000,00
Ind. Têxtil	294	1.372.698,66
Ind. Transportes	1	4.000,00
Ind. Vestuário e Acessórios	403	1.929.196,99
Informática	1	5.000,00
Intermediários do Comércio	35	169.500,00
Laticínios	39	208.573,10
Leguminosas	1	19.041,58
Minhocultura	1	5.000,00
Moagem e Beneficiamento	2.943	14.587.635,98
Mudas e Sementes	52	370.307,51
Obras de acabamento	47	225.627,31
Obras de instalações	4	20.000,00
Oleaginosa	794	4.838.617,88
Olericultura	9.400	51.867.935,19
Outras Atividades (Microcrédito Rural)	2.426	11.722.835,35
Outras atividades relacionadas ao lazer	583	2.831.063,46
Outros Serviços	516	2.456.999,50
Ovinocultura	55.852	309.539.310,95
Pesquisa e Desenvolvimento	4	60.000,00
Piscicultura	1.272	11.332.382,81
Plantas Aromáticas e Medicinais	5	23.500,00
Plantas Ornamentais	37	188.185,00
PREPARACAO DO TERRENO	3	15.000,00
Proces. Benef. Cana-de-açúcar	1.163	5.690.424,79
Proces. Benef. Castanha de Caju	1.192	5.887.721,45
Proces. Benef. Frutas e Hortaliças	158	846.530,44
Proces. Benef. Mel de Abelha	26	126.600,00
Proces. Benef. Óleos e Gorduras Vegetais e Anim	26	222.034,07
Prod. e Distribuição de Eletricidade, Gás e Agua	6	30.000,00
Produção de Ovos	3	15.000,00
Raízes e Tubérculos	12.759	74.483.995,20
Reparação e Conservação	796	3.778.806,93
Serv. aux. a Industria	2	10.000,00

Atividade	Quantidade	Valor (R\$)
Serv. Aux. Adm. Empresas	3	15.000,00
Serv. Aux. Agropecuária, Extrativismo e Silvicultura	217	1.779.904,91
Serv. Aux. Construção	9	45.000,00
Serv. Pessoais	451	2.083.462,47
Serviços de alojamento do gado de curta duração	1	3.000,00
Serviços Domésticos	11	50.520,00
Silvicultura	25	648.784,23
Suinocultura	30.967	151.996.304,14
Telecomunicações	5	25.000,00
Transp. Turismo	3	15.000,00
TOTAL	516.141	3.077.373.264,64

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Tabela 3A - FNE - Contratações na modalidade FIES - por UF e Curso - 2019

UF E CURSO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
ALAGOAS	6	169.607,13
Direito	2	9.666,84
Medicina	4	159.940,29
BAHIA	100	1.938.845,29
Administração	2	6.653,82
Direito	28	185.906,75
Educação Física	1	4.873,63
Enfermagem	2	12.017,16
Engenharia Agrônômica	6	47.277,48
Engenharia de Petróleo e Gás	1	4.085,89
Engenharia Mecânica	1	5.666,41
Farmácia	2	12.644,81
Fisioterapia	3	17.865,40
Medicina	35	1.504.429,50
Medicina Veterinária	6	72.289,98
Odontologia	2	25.358,40
Psicologia	8	29.022,64
Radiologia	3	10.753,42
CEARÁ	356	3.199.933,79
Administração	9	52.117,03
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	2	9.417,27
Arquitetura e Urbanismo	20	163.238,77
Ciência da Computação	4	31.113,21
Ciências Contábeis	6	24.424,53
Comércio Exterior	4	34.184,55
Comunicação Social - Publicidade e Propaganda	4	40.620,70
Direito	118	988.543,87
Educação Física	2	11.385,78
Enfermagem	26	214.391,86
Engenharia Civil	35	297.778,85
Engenharia de Produção	2	11.398,50
Engenharia Elétrica	6	51.768,89
Estética e Cosmética	6	30.971,70
Farmácia	8	93.143,64
Fisioterapia	13	114.977,32
Fonoaudiologia	3	23.251,17
Jornalismo	2	18.578,37
Medicina Veterinária	15	224.695,83
Nutrição	27	242.576,73
Odontologia	19	308.808,10
Psicologia	25	212.547,12
MARANHÃO	132	664.991,70
Administração	6	15.316,37

UF E CURSO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Arquitetura e Urbanismo	10	63.749,60
Biomedicina	3	13.985,04
Ciências Contábeis	5	20.238,85
Direito	34	201.661,65
Educação Física	2	6.265,28
Enfermagem	14	55.297,80
Engenharia Civil	2	16.608,38
Engenharia de Computação	2	9.159,27
Engenharia Mecânica	4	18.318,54
Farmácia	12	64.259,92
Fisioterapia	5	23.540,25
Logística	2	4.724,46
Nutrição	7	37.131,99
Odontologia	2	17.421,72
Pedagogia	2	8.261,78
Psicologia	20	89.050,80
MINAS GERAIS	9	241.014,96
Direito	2	17.467,58
Engenharia Civil	2	11.801,38
Medicina	5	211.746,00
PARAÍBA	65	501.409,26
Administração	4	12.414,28
Arquitetura e Urbanismo	9	61.473,36
Ciências Aeronáuticas	2	18.031,96
Direito	16	104.930,33
Educação Física	3	13.868,67
Enfermagem	7	34.232,04
Engenharia Civil	6	32.184,54
Farmácia	4	28.922,20
Fisioterapia	1	6.674,17
Medicina	4	142.124,16
Nutrição	7	35.253,37
Psicologia	2	11.300,18
PERNAMBUCO	21	105.461,74
Arquitetura e Urbanismo	1	6.051,49
Biomedicina	2	11.861,78
Direito	12	58.074,54
Enfermagem	2	8.909,78
Engenharia Mecânica	2	11.654,37
Fisioterapia	2	8.909,78
PIAUÍ	54	312.056,13
Direito	23	104.541,68
Enfermagem	4	24.411,90

UF E CURSO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Engenharia Ambiental e Sanitária	2	13.156,22
Engenharia Civil	8	38.392,59
Farmácia	5	19.009,42
Nutrição	1	4.253,13
Odontologia	7	88.965,89
Psicologia	3	16.986,91
Serviço Social	1	2.338,39
RIO GRANDE DO NORTE	4	45.625,38
Direito	2	11.190,38
Odontologia	2	34.435,00
SERGIPE	46	267.076,91
Administração	1	3.800,89
Arquitetura e Urbanismo	2	13.961,78
Ciências Contábeis	2	6.005,78
Design Gráfico	2	8.561,78
Direito	21	117.673,75
Enfermagem	4	27.923,56
Engenharia Civil	4	19.826,80
Medicina Veterinária	4	35.401,27
Psicologia	6	33.921,30
TOTAL	793	7.446.022,29

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito / Ambiente de Concessão de Crédito.